



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

**OS COMUNISTAS PROGRESSISTAS DO RECIFE:
vivências e lutas políticas em tempos de Guerra Fria (1947-1950)**

Luiz Augusto Ferreira Miranda

Recife
2015

Luiz Augusto Ferreira Miranda

OS COMUNISTAS PROGRESSISTAS DO RECIFE:
vivências e lutas políticas em tempos de Guerra Fria (1947-1950)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Recife
2015

M672c Miranda, Luiz Augusto Ferreira.

Os comunistas progressistas do Recife : vivências e lutas políticas em tempos de Guerra Fria (1947-1950) / Luiz Augusto Ferreira Miranda. – Recife: O autor, 2015.

123 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.

Inclui referências.

1. História. 2. Comunismo. 3. Guerra Fria. 4. Recife (PE). Câmara Municipal. 5. Vereadores. 6. Mandatos. I. Miranda, Carlos Alberto Cunha (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2015-128)

#

Luiz Augusto Ferreira Miranda

“OS COMUNISTAS PROGRESSISTAS DO RECIFE:

vivências e lutas políticas em tempos de Guerra Fria (1947-1950)”

Dissertação apresentada ao
**Programa de Pós-Graduação em
História** da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de **Mestre em
História**.

Aprovada em: **31/08/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda
Orientador (Departamento de História/UFPE)

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima
Membro Titular Interno (Departamento de História/UFPE)

Prof.^a Dr.^a Marcília Gama da Silva
Membro Titular Externo (Departamento de História/UFRPE)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus que me dá força e coragem para enfrentar os desafios da dura vida.

Aos meus amados pais, Marcílio Miranda e Nadir Ferreira que sempre torceram por mim.

Aos meus irmãos Clarissa e Bruno Romero, este, além de um grande amigo, foi fundamental para a conclusão do meu trabalho. Obrigado irmão pelas orientações e infinita paciência.

À minha esposa Clarisse, que suportou as minhas neuroses e impaciências.

Ao meu pequeno Luiz Otávio, simplesmente pelo fato de existir em minha vida.

Ao meu amigo e orientador Carlos Alberto Cunha Miranda, sempre paciente e educado desde os tempos da graduação. Obrigado amigo pela insistência para comigo.

Às professoras Socorro Abreu e Giselda Brito, por terem participado da minha banca de qualificação e terem me dado importantes dicas e orientações.

Aos nobres colegas e funcionários do Arquivo Público Estadual, em especial Cícero Souza que me orientou da melhor maneira nos Arquivos da DOPS.

Aos amigos Eberson Pessoa, João Montarroyos, Thiago Pedrosa, José Paulo, José Maria Jr, Sérgio Coelho, Alexandre Caetano, Bruno Kaway, Euclides Barbosa e tantos outros que me deram palavras de incentivo e torceram por mim.

Às sempre simpáticas, atenciosas e competentes funcionárias da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, Sandra e Patrícia.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pela concessão da bolsa de mestrado de dois anos sem à qual a minha pesquisa e dissertação estaria inviabilizada.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo principal analisar o processo de cassação dos mandatos de 12 vereadores comunistas eleitos pelo Partido Social Progressista em 26 de outubro de 1947. A vitória na eleição desses vereadores comunistas representa um marco histórico sem precedentes na história da política pernambucana, haja vista a origem proletária de parte substancial dos eleitos e sua procedência partidária. Entretanto, a tendência anticomunista e o conservadorismo das elites políticas pernambucanas aniquilaram essas forças populares. Todo o processo de perseguição culminou com a cassação desses mandatos na Câmara Municipal do Recife, em 15 de junho de 1950. Utilizando como principais fontes de pesquisa os principais jornais pernambucanos dos anos de 1947 a 1950, o acervo da hemeroteca do Arquivo Público Estadual de Pernambuco e os prontuários do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, discorreu-se sobre as lutas e vivências políticas cotidianas desses vereadores em sua tentativa de manter seus mandatos até o processo que resultou na cassação dos mesmos.

Palavras - chave: Comunismo. Guerra-Fria. Câmara Municipal do Recife.

ABSTRACT

The dissertation aims to analyze the cassation process of the mandates of 12 communist city council members elected by the Progressive Social Party on 26 October 1947. The election of these communist council members represents an unprecedented milestone in the History of Pernambuco politics, considering the proletarian origin of a substantial part of the elected council members and their political party. However, the anti-communist trend and the conservatism of Pernambuco political elites annihilated these popular forces. The persecution process culminated in the cassation of these mandates in the City Council of Recife, on 15 June 1950. The dissertation uses as main research sources the main newspapers of the State of Pernambuco from the year 1947 to 1950, the newspaper library's collection of the Public State Archive of Pernambuco (Arquivo Público Estadual de Pernambuco) and the records of the Department of Political and Social Order of Pernambuco. The main subject of this research is the struggle and everyday political experiences of these councilors in their attempt to keep their mandate until the process that resulted in their cassation.

Keywords: Communism. Cold War. City Council of Recife.

LISTA DE IMAGENS

Fig. 01 – Ramiro Justino, de paletó branco e com um livro na mão, em reunião na USTEP	71
Fig.02–Panfleto de divulgação das candidaturas populares de 1947	71
Fig. 03 – A “carteira do bom marido”	73
Fig. 04 – “O que é ser um comunista?”	73
Fig.05–Prestes recomenda os candidatos comunistas sob a legenda do PSP	77
Fig. 06 – Panfleto de divulgação da candidatura de Antonio Marques da Silva ao povo do bairro de Afogados	77
Fig. 07 – Doação de Heitor Manoel Pereira ao Partido Comunista do Brasil em favor da campanha pró-imprensa	86
Fig. 08 – “Carta ao povo Recife”	88
Fig. 09 – “Garrafa Japonesa”	94
Fig.10–“Crime de responsabilidade do prefeito Moraes Rego”	99
Fig.11–“O facínora Wandenkolk insiste na cassação”	107

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 – Resultado da eleição de 2 de dezembro de 1945, Pernambuco	37
TABELA 2 – Distribuição espacial do voto dos partidos para a Câmara Federal nas eleições proporcionais de 2 de dezembro de 1945	37
TABELA 3 – Número de votos e cadeiras conquistadas nas eleições proporcionais de 2 de dezembro de 1945.....	38
TABELA 4 – Composição do voto dos partidos nas eleições de 2 de dezembro de 1945.....	39
TABELA 5 – Eleição para o governo do Estado de PE: resultados por candidato e distribuição espacial do voto	55
TABELA 6 – Assembleia Legislativa: votação dos partidos, 19/janeiro/1947.....	55
TABELA 7 - Número de votantes nas eleições proporcionais no Recife 1945/1947	67
TABELA 8 – Vereadores eleitos por município do Grande Recife em outubro de 1947.....	68
TABELA 9 – Eleição para a Câmara Municipal do Recife em outubro de 1947	68
QUADRO 1 – Relação dos representantes do Estado de Pernambuco na Constituinte Federal eleitos em dezembro de 1945	41
QUADRO 2 – Relação dos vereadores eleitos para a Câmara Municipal do Recife em outubro de 1947	69

LISTA DE SIGLAS

Ação Integralista Brasileira (AIB)
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)
Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (CEPJC)
Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA)
Esquerda Democrática (ED)
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
Partido Comunista da União Soviética (PCUS)
Partido Comunista do Brasil (PCB)
Partido da Real Democracia (PRD)
Partido de Representação Popular (PRP)
Partido Democrata Cristão (PDC)
Partido Liberal (PL)
Partido Popular Progressista (PPP)
Partido Republicano (PR)
Partido Republicano Brasileiro (PRB)
Partido Social Democrático (PSD)
Partido Social Progressista (PSP)
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
Tribunal Regional Eleitoral (TRE)
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)
União Democrática Nacional (UDN)
União Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (USTEP)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS E AS ELEIÇÕES DE 2 DE DEZEMBRO EM PERNAMBUCO (1945).....	19
1.1 Do colapso do Estado Novo ao reordenamento político-institucional do Brasil	19
1.2 A organização partidária em Pernambuco	29
1.3 As eleições de 2 de dezembro de 1945 em Pernambuco	34
2 AS ELEIÇÕES DE 1947 EM PERNAMBUCO E A PROSCRIÇÃO DO PCB	43
2.1 A constituinte de 1946: “a transição pelo alto”	43
2.2 As eleições de dezenove de janeiro de 1947.....	49
2.3 A proscrição do PCB e o “entrismo”	55
2.4 As eleições de outubro de 1947 e a vitória dos comunistas progressistas para a Câmara Municipal do Recife.....	66
3 O EXPURGO DOS VEREADORES COMUNISTAS DA CÂMARA DO RECIFE	80
3.1 Ações e embates.....	80
3.2 O processo de cassação.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

No ano de 2010 me deparei com importante acervo da hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Trata-se de jornais entre dezembro de 1947 a junho de 1950 que noticiam de forma intensa uma série de debates, lutas e discussões envolvendo os vereadores do PSP (Partido Social Progressista) na Câmara Municipal do Recife e seus opositores. As alterações culminam com a cassação dos vereadores progressistas em 15 de junho de 1950. Analisando essas fontes, percebi a quase total ausência de literatura especializada no assunto, uma vez que boa parte dos estudos feitos até o momento não dedica atenção ao fato histórico referido, à exceção da tese de doutorado da historiadora Zélia de Oliveira Gominho. Outro fato que me chamou atenção foi que esses vereadores do PSP eram antigos líderes comunistas em Pernambuco que haviam tido seus registros políticos cassados quando da proscrição do PCB (Partido Comunista do Brasil) em 7 de maio de 1947 e que para continuarem atuando politicamente, inscreveram seus registros no PSP. O resultado foi a eleição de doze candidatos.¹ Esses vereadores eleitos em 1947 eram filiados ao PCB pernambucano com um histórico de lutas trabalhistas e alguns deles, com participação no levante comunista de 1935 e com um retrospecto de lutas contra o integralismo em Pernambuco. Portanto, a cassação desses mandatos é o resultado de todo um processo de lutas, vigilância e repressão anticomunistas.

Toda essa agitação política e social que os jornais noticiam insere-se em um momento histórico marcado pela bipolaridade política e ideológica da Guerra Fria, resultado da derrota do nazi fascismo, da vitória dos aliados e dos regimes democráticos. Pouco antes da cassação, o Partido Comunista do Brasil havia conseguido no Tribunal Superior Eleitoral o seu registro em virtude do processo de aproximação de Luís Carlos Prestes com Getúlio Vargas e pela vitória dos aliados na Segunda Guerra, onde os comunistas soviéticos foram um dos atores principais. Por isso, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o partido compareceu pela primeira vez com legenda e candidatos próprios. O PCB conseguiu eleger Luís Carlos Prestes para o Senado e para a Câmara dos

¹ Segundo o relatório da eleição municipal de 26 de outubro de 1947, do Tribunal Regional Eleitoral, foram eleitos pelo Partido Social Progressista (PSP): Carlos José Duarte, Júlia Santiago da Conceição, Ramiro Justino da Silva, Demócrito Ramos da Silveira, Pedro Renaux Duarte, Antônio Marques da Silva, José Coutinho de Lira, Otávio José do Nascimento, José Albino Ferreira de Miranda, Heitor Manoel Pereira, Claudino Lourenço de Albuquerque e Aginaldo de Barros Correia.

Deputados elegeram quinze candidatos. Nas eleições presidenciais, apresentou como candidato a presidência o engenheiro civil Iedo Fiúza, que recebeu mais de quinhentos mil votos. Em Pernambuco, os comunistas elegeram o prefeito de Jaboatão dos Guararapes, o médico Rodrigues Calheiros, que se tornaria o primeiro prefeito comunista eleito no continente. A influência do PCB se fez sentir principalmente nos centros de maior concentração operária, tanto que, nas eleições municipais de 1947, os comunistas formaram as maiores bancadas em Santos, São Paulo e Distrito Federal. Nacionalmente, o PCB já figurava como o quarto partido mais forte, depois do Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).²

Entretanto, a legalização do PCB não fora conseguida facilmente. O crescimento nas eleições de 1945 e 1947 provocou o aumento de resistências aos comunistas no governo, na área partidária e entre os militares. Essa resistência ficaria evidente nos debates da Constituinte de 1946, quando a maioria dos partidos conseguiu incluir um artigo na Constituição proibindo o funcionamento de partidos políticos “antidemocráticos”.³ Para o PCB, a vigência do regime democrático possibilitaria o desenvolvimento econômico e a justiça social. Já o anticomunismo dos partidos conservadores impossibilitaria a entrada do capital no país e consequentemente a geração de riquezas e de emprego. A luta dos comunistas no período democrático se faz em denunciar que a harmonia social e econômica era inexistente. A presença dos comunistas torna-se incômoda e provoca a ira dos grupos conservadores que a todo custo buscam a cassação dos mandatos comunistas.

A vitória do General Eurico Gaspar Dutra nas eleições presidenciais de 1947 e o alinhamento ideológico e político do Brasil com os EUA, fruto da Guerra Fria, foram fatos históricos determinantes para o aguçamento das tensões com os comunistas, os mais implacáveis críticos do governo.

² SILVA, Hélio. **História da República Brasileira: O fim da Ditadura Vargas (1946 – 1950)**. São Paulo: Edições Istoé, 1998, p. 89.

³ O artigo 141, parágrafo 13º da Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, definia: “É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-1946** (edição comemorativa - 1º decênio). Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

O desempenho eleitoral do PCB em dezembro de 1945 pode ser sintetizado transcrevendo-se comentários da imprensa internacional que acompanhava detidamente as eleições brasileiras. Encerradas as apurações, opinava o *The Times* a respeito: “O volume de votos comunistas apresenta possivelmente maior importância que a vitória do Gen. Dutra”.⁴

Em Pernambuco, com nove membros na Assembleia Legislativa, o partido passa a ser força política decisiva nas pendências entre a UDN e o PSD. Em vários estados elegem-se governadores com o apoio explícito do eleitorado comunista.⁵ O número de militantes comunistas crescia sem cessar. No final de 1946, o partido congregava 180 mil membros. Em abril de 1947, a Conferência Estadual de Pernambuco indicava contar o Estado com uma das mais fortes bases partidárias em todo o País. Vinte e cinco mil militantes estavam registrados no Estado. No movimento sindical, a força adquirida pelos comunistas era também motivo de preocupação para os grupos dirigentes. Além disso, o PCB controlava várias uniões sindicais estaduais, como a União Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (USTEP), declaradas ilegais quando se acentuou a perseguição contra o partido. Ao se iniciar 1947, o setor de divulgação do partido, além de alguns semanários, reunia oito jornais diários publicados nas principais capitais do País, sendo a **Folha do Povo**⁶ o jornal dos comunistas do Recife.

O período em questão pode ser considerado uma experiência rica (e até então inédita no país) no caminho da construção democrática. Trata-se do momento em que se desenvolveu pela primeira vez um quadro partidário nacional e relativamente estável, em que o número de votantes se ampliou e se fortaleceram ou surgiram novas organizações da sociedade civil. Por outro lado, esse momento foi fruto de um período de

⁴ O CRESCIMENTO DO COMUNISMO. **Diário de Pernambuco**, 25/12/1945, p. 8. Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

⁵ Minas Gerais, São Paulo e Bahia são os principais deles. Nas eleições de janeiro de 1947, o PCB elege em todo país, incluindo a Câmara Municipal do Distrito Federal, 64 candidatos de acordo com a seguinte distribuição: Distrito Federal, 18; São Paulo, 11; Pernambuco, 9; Rio de Janeiro, 6; Alagoas, 3; Bahia, 3; Rio Grande do Sul, 3; Mato Grosso, 2; Ceará, 2; Espírito Santo, 1; Goiás, 1; Minas Gerais, 1; Paraná, 1; Pará, 1; Paraíba, 1; Sergipe, 1. **Folha Do Povo**. 11/04/1947. p. 11 (APEJE).

⁶ A folha do povo foi fundada em 10 de julho de 1935 por Osório de Lima e José Cavalcanti, simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora. Após quatro meses de circulação foi fechada em meio ao processo de repressão à Intentona Comunista em Recife. Dez anos depois, voltou a circular como integrante da rede de jornais do Partido Comunista do Brasil. Mesmo estando entre os jornais que possuíam os menores recursos, da rede de imprensa popular estruturada pelo Partidão, a Folha do Povo teve um papel fundamental de formação e representação de grupos sociais que geralmente são excluídos da esfera pública, como os operários, trabalhadores rurais, donas de casa, sindicalistas, entre outros setores populares.

desenvolvimento industrial e consequente emergência de novos setores urbanos, até então frágeis e pouco representados.

Ao buscarmos retratar as vivências e embates políticos que ocorreram na Câmara Municipal do Recife e que culminaram com os expurgos dos vereadores progressistas em 1950, necessitaremos de suporte bibliográfico que nos auxilie de melhor maneira na compreensão do período proposto. As inúmeras obras que retratam os anos iniciais da Quarta República nos mostram um período histórico rico e intenso em relação às vivências políticas e sociais do País e do Estado.

Entre os trabalhos que fazem uma ampla análise das condições históricas, sociais e políticas do Brasil, vale destacar a importante contribuição dada pelo historiador norte-americano Thomas Skidmore em **Brasil: de Getúlio a Castello**. Para Skidmore, pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado. Não mais se tratava dos partidos da época do Império ou das organizações estaduais da Primeira República, em ambos os casos instrumentos das elites. As eleições tornaram-se sistemáticas e periódicas para os cargos do Executivo e do Legislativo nos planos federal, estadual e municipal, e contribuíram para consolidar um sistema partidário nacional que expressava as diversas correntes de opinião do eleitorado. Os estudos demonstram que, naquele período, se fortaleceram os vínculos programáticos e ideológicos entre os partidos e o eleitorado⁷.

Outra referência sobre as condições políticas do país pode ser encontrada na obra do cientista político Antônio Lavareda, em **A democracia nas urnas**. Lavareda tem por foco o sistema partidário-eleitoral que estava se consolidando. Para o autor, mesmo com as dificuldades existentes, a consolidação do sistema partidário foi “uma experiência privilegiada”, que ocorre conjuntamente com a ampliação dos direitos políticos dos cidadãos, com a nacionalização dos partidos políticos e com um rápido processo de urbanização que emancipou politicamente amplos contingentes da população.⁸

Tal contexto de ampliação dos direitos políticos é observado no livro **Jango e a República de 1945-1964: da República populista à Terceira República**, de Ângela de

⁷ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco**, 1930-1964. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 92-96.

⁸ LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas**. O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999, pp. 133, 191.

Castro Gomes. Para a autora, com base no sufrágio universal e com alto grau de competitividade, as eleições, sendo fiscalizadas pela Justiça Eleitoral, permitiram que a sociedade brasileira conhecesse o que se chama “aprendizado da política eleitoral em novos e mais amplos marcos”.⁹ Os trabalhadores surgiram no cenário político durante a transição democrática, ao longo do ano de 1945, participando ativamente do movimento queremista. Até março de 1964, manifestaram-se por meio de seus sindicatos e de partidos políticos, em particular o PTB e o PCB, com greves, manifestações públicas e nas campanhas eleitorais. Dificilmente outro período na história política brasileira tenha tido a quantidade de títulos de jornais publicados como no período 1946-1964, caracterizando uma imprensa que expressava diversas vertentes da opinião pública e atuando de maneira livre da censura estatal.

No entanto, nas palavras de José Murilo de Carvalho, em **Cidadania no Brasil: O longo caminho**, são grandes as dificuldades em admitir que, naquela época, o Brasil conheceu sua “primeira experiência democrática”.¹⁰ O anticomunismo que permaneceu vivo no período subsequente ao Estado Novo e a proscrição do PCB são fatos históricos que mostram isso. As várias restrições e censuras que os operários sofreram no governo do General Eurico Gaspar Dutra e a interdição aos analfabetos do direito de votar, fruto do caráter conservador da Constituição de 1946, são indícios disso. As dificuldades para viabilizar o regime democrático no Brasil devem ter sido imensas. Afinal, os antecedentes conhecidos eram o autoritarismo dos anos 1930 e o liberalismo excluyente da Primeira República. Até então, a sociedade brasileira não conhecera experiências de participação política ampliada.

Sobre a questão do anticomunismo no Brasil, duas importantes obras me auxiliaram na compreensão do assunto: **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)** e **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**, dos historiadores Carla Luciana Silva e Rodrigo Patto Sá Motta. A análise de Carla Silva acerca do fenômeno do anticomunismo no Brasil entre 1931-34 é de extrema importância para o estudo do tema, pois a autora comprova a existência de

⁹ GOMES, Ângela de Castro. Jango e a República de 1945-1964: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas**. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 36.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 127.

campanhas anticomunistas no período anterior à “Intentona Comunista”. A historiadora defende que o anticomunismo é um fenômeno constantemente presente na história nacional no período republicano, se manifestando em diversos setores sociais. Seu trabalho mostra que a partir do Governo Provisório de Vargas (1931-34) foram criadas as condições para que os vários setores das elites políticas nacionais optassem por propostas autoritárias em face da “visualização do perigo comunista”.¹¹ Em Rodrigo Patto Sá Motta, temos um vigoroso trabalho sobre a construção do imaginário anticomunista brasileiro. Em que pese seu caráter heterogêneo, o anticomunismo – entendido como um conjunto de ideias, de representações e de práticas de oposição ao comunismo tornou-se força decisiva nos embates políticos do mundo contemporâneo, principalmente a partir do período de entre guerras do século XX. O catolicismo consubstanciou-se numa das “principais fontes matriciais a fornecerem argumentos para elaboração das representações acerca do ‘perigo vermelho’”, como também, o nacionalismo e o liberalismo.¹²

No contexto local, o banimento do PCB é discutido em outra obra de Antônio Lavareda, **Partidos no pós-guerra: partidos políticos em Pernambuco, 1945-1947**. De acordo com Lavareda, as perseguições políticas aos comunistas devem ser entendidas como “ação cautelar dos grupos dominantes, visando redefinir o vetor institucional das camadas trabalhadoras no exercício do pacto social reitor da democracia do pós-guerra”.¹³

Segundo o autor, diante de um quadro de perseguição, o PCB, para continuar a atuar politicamente, adotou, entre outras, a estratégia do “entrismo”. Por “entrismo” se entende a tática política dos trotskistas para continuarem atuando política e ideologicamente logo depois dos expurgos políticos da Era Stálin. Os trotskistas infiltravam-se em partidos políticos com o objetivo de cooptar novos adeptos para o trotskismo. No Brasil, a solução para a manutenção dos intentos políticos dos comunistas era a de filiar os principais nomes dos quadros comunistas em outras siglas partidárias e dessa forma, continuar lutando politicamente.

¹¹SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, pp. 11-13.

¹²MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo, Perspectiva, 2002, p.15.

¹³ LAVAREDA, Antônio. **Partidos no pós-guerra: primeiras eleições em Pernambuco, 1945 – 1947**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, p.74.

Em Pernambuco, os comunistas articularam alianças com os pessedistas e com os progressistas. Na aliança com o PSD, os comunistas elegeram três deputados para a Assembleia Legislativa e da aliança com os progressistas foram eleitos doze vereadores em 1947. Em consequência, seu espaço político viria a ser ocupado em grande medida pelo PTB, seu concorrente mais próximo ideológica e eleitoralmente que, sob o último aspecto, sobrepujava-o no cômputo de toda a federação. Antônio Lavareda conclui que, exorcizado o PCB, o pleito de outubro de 1947 indicou nova configuração da cena institucional. Em Pernambuco criou-se, à esquerda do espectro partidário, um vazio não preenchível por qualquer dos competidores. A superfície política passou a apresentar um formato bipartidário reduzido a duas legendas significativas, o PSD e a UDN.

Paulo Cavalcanti e Gregório Bezerra fornecem grande contribuição histórica acerca do período proposto em suas obras, **O caso eu conto como o caso foi e Memórias**, obras de reminiscências políticas. Pelas condições de terem sido importantes líderes em Pernambuco pelo PCB, suas informações são precisas em vários dos momentos de tensões políticas e sociais. Para eles, a qualquer dos lados políticos interessaria juntar às suas forças o contingente eleitoral do PCB, devido a grande influência nos centros urbanos, principalmente o Recife e a área metropolitana, tradicionalmente sensíveis à linha política das esquerdas. Segundo Cavalcanti, as perseguições aos comunistas teriam sido obra dos burgueses direitistas, das forças católicas conservadoras e dos velhos caciques oligarcas que montados em cima de aparatos de informação, difamariam a história do PCB subestimando seus feitos.¹⁴ A luta política que foi travada em Pernambuco envolvendo os comunistas e seus opositores refletem as tensões nacionais. Coube ao PCB, à primazia de haver sido o primeiro partido político brasileiro a inscrever no seu programa e nas suas atividades a luta pela reforma agrária, o direito de greve, a limitação da jornada de trabalho, a libertação da tutela estrangeira, o combate a todas as formas de contenção da liberdade de pensamento, o voto livre e soberano, a educação pública, a defesa dos povos indígenas, o divórcio, a nacionalização dos recursos naturais, o monopólio do petróleo e a conquista do socialismo.¹⁵

¹⁴ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: nos tempos de Prestes: memórias políticas. 2ª Edição. Recife: Cepe, 2008, p. 253.

¹⁵ CAVALCANTI, Paulo. *Op. Cit.*, p. 253.

Outra importante obra é a tese de doutorado da historiadora Zélia de Oliveira Gominho, **Cidade vermelha: o tempo da experiência democrática no pós Estado Novo. Recife, 1945-1955**. Zélia Gominho constrói em sua narrativa um importante estudo sobre o cotidiano, a cultura, o trabalho e as vivências políticas do Recife. Sua tese fornece importante contextualização histórica, uma vez que, parte de sua pesquisa retrata relevantes questões políticas envolvendo os vereadores progressistas e a luta pela manutenção dos mandatos populares com base nas leituras das atas das plenárias da Câmara Municipal do Recife.

O objetivo central de minha dissertação é estudar a atuação dos vereadores comunistas eleitos pelo Partido Social Progressista em Pernambuco até o processo político de cassação de seus mandatos entre os anos de 1947 e 1950. A partir da análise das condições históricas, sociais e políticas do Recife, procuro identificar quais foram os arranjos de composição político-partidária dos comunistas (nos capítulos primeiro e segundo) e por fim, analiso as disputas travadas no plenário da Câmara Municipal entre os vereadores comunistas e os seus opositores, a luta pelo cumprimento do Programa Mínimo para o Recife e a defesa dos mandatos populares (capítulos segundo e terceiro).

Quanto à metodologia de trabalho e tratamento das fontes bibliográficas, dedico atenção a interpretação das obras que contextualizam o meu objeto de estudo ou que abordem assuntos correlatos aos objetivos propostos. O estudo desta bibliografia foi essencial para a sedimentação e cristalização das principais ideias que sustentam o trabalho. Assim, as obras de Antônio Lavareda, Dulce Pandolfi, Paulo Cavalcanti, Gregório Bezerra, Rodrigo Patto Sá Motta, Carla Luciana Silva, Zélia de Oliveira Gominho e outros tantos importantes autores mencionados no texto, contribuem para a compreensão de importantes aspectos correlatos ao objetivo central do meu trabalho.

Nesses autores encontro informações essenciais, tais como, o entendimento sobre os processos políticos partidários que ocorreram em Pernambuco no pós Estado-Novo, a configuração dos principais atores e partidos políticos do Estado, as eleições de janeiro e outubro de 1947 e seus resultados em Pernambuco, o ideário anticomunista, as memórias políticas de personagens envolvidos no contexto do meu trabalho e importantes fatos relevantes quanto às seções na Câmara do Recife.

Por fim, para o desenvolvimento dos objetivos propostos dedico atenção à seleção, leitura e interpretação de documentos provenientes do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, especificamente dos arquivos da **Delegacia de Operações da**

Polícia Secreta de Pernambuco (DOPS) de Pernambuco, onde estão os prontuários de todos os vereadores eleitos em 1947. Os prontuários me fornecem importantes informações sobre o histórico de lutas e perseguições do Estado contra esses indivíduos, assim como aspectos do cenário político e social do período referido. Outras valiosas fontes de pesquisa são os principais jornais publicados na cidade que circularam entre dezembro de 1945 e junho de 1950 (**Folha do Povo, Jornal da Manhã, Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco** – 1945-1950), igualmente pesquisados do APEJE. Também utilizei as atas e mapas eleitorais do TRE de Pernambuco.

Dessa forma, espero adquirir novos elementos sobre a História política de Pernambuco, especialmente no que se refere aos episódios ocorridos entre os meses de dezembro de 1947 e junho de 1950 e contribuir com a produção do conhecimento historiográfico do país no que tange um tema pouco estudado e de suma importância para o entendimento dos processos políticos partidários do estado de Pernambuco no pós Estado-Novo.

1 A ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS E AS ELEIÇÕES DE 2 DE DEZEMBRO EM PERNAMBUCO (1945)

1.1 Do colapso do Estado Novo ao reordenamento político-institucional do Brasil

O período que vai do início de 1945 à derrubada de Getúlio Vargas pelas forças armadas é um período de difícil desenlace. Trata-se de uma fase de manobras e contra manobras, marchas e contramarchas, na qual Getúlio ainda hesita entre a possibilidade de continuar no poder ou apoiar a candidatura de seu Ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra. Ao mesmo tempo, em que pese à perspectiva do pleito eleitoral e o evidente enfraquecimento do regime, as oposições desconfiam de Getúlio e acreditam na possibilidade de um golpe de última hora, pondo a perder o que a situação externa e mais as pressões internas da Sociedade Civil haviam até então conseguido.

Sem o apoio dos altos escalões das Forças armadas, cindido o grupo que o cercava no Palácio do Catete, Vargas perde a base de sustentação de seu poder e, portanto, as condições políticas para continuar na presidência da República. Nesse cenário político, somam-se as perspectivas de setores oposicionistas da burguesia rural e das camadas trabalhadoras contrárias a cooptação populista do Estado Novo onde um projeto democrático representativo articula, então, os interesses constitucionalistas próprios à burguesia, que rejeita a capa corporativa do Estado pretendendo seu controle direto, e às classes subalternas que objetivavam liberdade político-organizacional.

Neste primeiro capítulo trataremos de todo o processo histórico de reordenamento político institucional do Brasil e de Pernambuco tomando por base importantes obras da historiografia, os principais jornais de Pernambuco que retratam a redemocratização do país e as atas e mapas eleitorais do TRE de Pernambuco que tratam das eleições de 2 de dezembro de 1945. A leitura dessas atas e mapas eleitorais nos fornece dados imprescindíveis para a compreensão dos principais atores políticos envolvidos no pleito de 1945. Neste primeiro momento de minha dissertação dedicaremos atenção também ao breve retorno legal dos comunistas e de todo o processo de “refundação” do PCB no Brasil e em Pernambuco. Ao final do capítulo, abordaremos as eleições de 2 de dezembro de 1945 observando que o resultado final das eleições aponta para a vitória das três principais forças políticas de Pernambuco, o PSD, a UDN e o PCB.

O retorno às normas constitucionais fez-se através do Ato Adicional n.º 9, fixando a data das eleições, e do Decreto-lei n.º 7586 de 28 de maio de 1945, ordenando a

formação dos partidos. Embora revogasse disposições da Carta de 1937, o Ato iria receber forte ataque oposicionista por representar uma tentativa de compatibilização da ordem autoritária com disposições democratizantes reclamadas pelos contestadores do regime. Após sua decretação, Agamenon Magalhães, ex-ministro do trabalho foi deslocado por Vargas para o Ministério da Justiça com a tarefa de substituir Alexandre Marcondes Filho. Caberia a Agamenon dirigir a mudança. Com agudo senso de antecipação, ele confessara ao seu assessor Oswaldo Lima Filho meses antes de assumir o cargo: “O Estado Novo está morto. Vou para o Ministério da Justiça enterrá-lo”.¹⁶

Em seu discurso de posse, Agamenon Magalhães adiantou os elementos principais do novo Código Eleitoral popularizado como Lei Agamenon, que viria a ser decretado em 28 de maio. A Lei eleitoral tem por fundamento os seguintes postulados:

- a) Partidos políticos nacionais;
- b) Justiça eleitoral autônoma;
- c) Alistamento simples e extenso;
- d) Voto secreto;
- e) Apuração rápida ou imediata.

Não se explicaria que nessa altura de nossa evolução política voltássemos aos partidos estaduais e à fragmentação da opinião e das representações parlamentares [...] O sistema proporcional adotado no Código Eleitoral de 32 dá lugar à fragmentação política [...].¹⁷

O novo Código estabeleceu a data de 2 de dezembro para as eleições presidencial e da Constituinte e 6 de maio de 1946 para os pleitos estaduais. Apontada por Maria do Carmo Pereira de Souza como um dos principais instrumentos de continuidade do grupo dirigente,¹⁸ a “Lei Agamenon” efetivamente colocava embaraços concretos à estruturação dos adversários. A exigência de bases nacionais para os partidos (assinaturas de, no mínimo, 10 mil eleitores distribuídos por cinco ou mais estados) contida no artigo 109, não representava empecilho para os partidos saídos dos círculos oficiais, à medida que este naturalmente faria uso dos aparelhos do Estado, distribuídos em todo o País. Em

¹⁶ Depoimento de Oswaldo Lima Filho ao núcleo de História Política Regional do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (CEPJC) no Recife.

¹⁷ O novo Código Eleitoral de Agamenon. **Diário Da Manhã**, 04/03/1945(APEJE).

¹⁸ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, pp. 105-136.

maio de 1946, um decreto-lei aumentaria para 50 mil o número exigido de assinaturas para registro partidário sem, contudo, ter caráter retroativo; não penalizando as organizações já em funcionamento. A nova lei visava garantir dois pilares principais ao sistema partidário: pluralismo e abrangência nacional. Sistema que, tão logo implantado e consolidado, marcaria época, tanto pelas características dos partidos que os configuraram, como pela polarização/dualista, que, incrustada na pluralidade, o marcou de forma definitiva. Portanto, no conjunto das organizações partidárias que se formaram a partir de 1945 e que atuaram até 1965, a competição dicotômica, conduzida por um triângulo partidário, foi bem mais determinante que a competição pluralista. Lucila de Almeida Neves Delgado, explica que entre as diferentes agremiações que se organizaram a partir da Lei Agamenon, três se destacaram e ocuparam o espaço da cena pública: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Para Lucila de Almeida, esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder.¹⁹

Thomas Skidmore aponta que a divisão mais elementar da política brasileira em meados de 1945 era entre os “de dentro” e os “de fora”. Na terminologia tradicional da política brasileira, o contraste era expresso pelos termos “situacionistas” e “oposicionistas”. Os “de dentro”, em 1945, eram aqueles que haviam apoiado Vargas durante o Estado Novo e que representavam um farto manancial de votos para o candidato que lhes parecesse mais disposto a continuar as suas diretrizes básicas. Os “de fora” eram aqueles que haviam sido excluídos do poder, desde 1937, especialmente os constitucionalistas liberais. Ainda segundo Skidmore, Vargas criaria uma rede política formada por três grupos principais: os políticos e burocratas que se tinham beneficiado dos anos de Getúlio e que preferiam um mínimo de modificações no sistema, os proprietários de terra e industriais que haviam prosperado sob Vargas e que manifestavam grandes incertezas quanto à estabilidade de um sistema político mais aberto e, por fim, os trabalhadores urbanos, aos quais Vargas dedicou a sua legislação de previdência social e a sua organização sindical paternalística.²⁰

¹⁹ DELGADO, Lucila de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.134.

²⁰ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 80-81.

Assim aparece o Partido Social Democrático agrupando os situacionismos estaduais. Organiza-se sob a chefia dos interventores e chefes políticos solidários com o presidente da República. Participam da sua formação, em escalas sucessivas, os secretários de Estado, prefeitos e outras autoridades. Toda a estrutura político-social, dependente do Governo, alista-se em suas fileiras. O PSD substitui, pelas suas sessões estaduais, os partidos republicanos que a federação estabelecera nas diversas unidades. Os vícios da estrutura política da Primeira República persistiriam depois da Segunda Guerra. Mantinha-se a estrutura política do interior, com a dependência do eleitor ao chefe local, ligado à sua situação de que recebia favores, empregos, créditos, a troco de uma solidariedade incondicional. Paradoxalmente, o PSD atraiu também o apoio de empresários progressistas, tais como Roberto Simonsen, que encaravam a continuação da intervenção estatal como essencial a um impulso maior na industrialização. Essa combinação de industriais e políticos estaduais da velha guarda, deveria dar ao PSD a sua posição “não ideológica” *sui generis*, no período de após-guerra.²¹

Os poucos operários urbanos organizados eram representados entre os “de dentro” pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Vargas sentira a necessidade de uma agremiação que absorvesse a sociedade de massa que despontava, e ao mesmo tempo, interrompe-se a marcha dos comunistas assegurando os votos da classe operária. Influenciado pelo cooperativismo, imagina um partido trabalhista tendo por base os organismos sindicais. Como o PSD nascera dos Governos estaduais, o PTB teve seu berço no Ministério do Trabalho, no seu departamento que coordenava a massa sindical. A volta à normalidade constitucional foi precedida de manobras destinadas a dar ao Governo Central um duplo apoio, através de um partido de centro, conservador, governista, e um partido popular, arregimentando a massa trabalhista sindicalizada e controlada pelo Ministério do Trabalho. Foi outra vez escolhido Vargas para presidente de honra. As origens sociais do PSD e seus fortes vínculos políticos com o PTB sugeriam um ditado popular segundo o qual: “O PTB era o PSD de macacão e o PSD o PTB de casaca”.²²

Enquanto o PSD se constituía o partido do Governo, à base dos situacionismos estaduais e classes conservadoras, os elementos de oposição, os democratas liberais, os socialistas, os comunistas, todos os que discordavam da linha governamental, procuravam

²¹ COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe....** Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956, p. 423.

²² DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *Op. Cit.*, p. 139.

formar outra agremiação, também de âmbito nacional, obedecendo aos dispositivos legais.

Nesse ambiente político surgiu a União Democrática Nacional, reunindo elementos alijados em 30, como Otávio Mangabeira, os membros da Aliança Liberal e da Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932, desavindos com Vargas, durante o Governo Provisório. Para a oposição, no entanto, e especificamente para os udenistas, aglutinados no Centro-Sul, impunha-se uma interminável série de negociações estado a estado que, cada vez mais, dilatavam seu contorno de frente; esmaecendo, pela heterogeneidade dos agregados, a linha programático-ideológica da organização. Eram limitadas suas possibilidades eleitorais. Essa circunstância explica as atividades conspiratórias que vão desenvolver, paralelamente ao trabalho normal de propaganda e arregimentação. Porque a facção oposicionista não tinha possibilidade de vencer nas urnas, competindo com a máquina governamental.

O clima de vitória sobre o fascismo, no exterior, baseado numa aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética, e da qual o Brasil havia participado, ajudou a ressuscitar a reputação do Partido Comunista dentro do país. A nova atmosfera era simbolizada pelo reconhecimento da União Soviética, por parte de Vargas, em abril de 1945. No novo sistema partidário, o Partido Comunista do Brasil apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais. Em primeiro lugar, por ter sido fundado em 1922, no esteio da Revolução Bolchevique de 1917, era um partido de atuação histórica bastante anterior ao novo sistema. Em segundo, apresentava-se desde a sua fundação, à época dos partidos de inserção regionalista, como uma agremiação de base nacional, como fortes laços internacionais. Em terceiro, possuía vínculos ideológicos umbilicais com o marxismo. Era, portanto, um partido com programa nítido, vinculado ao projeto de revolução socialista mundial. Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, era o líder do partido, que depois de haver saído da prisão logo após a anistia, discursou durante um grande comício no Rio de Janeiro em 1945 pregando a “unidade nacional”, com vistas a uma “Assembleia Constituinte”. Seu discurso dirigia-se especialmente aos “comunistas e antifascistas conscientes”.²³ Para a incredulidade de muitos, Prestes

²³ PRESTES, Luís Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947, p. 82.

delineou uma estratégia de frente popular que incluía o apoio à continuação de Vargas no poder coincidindo com os queremistas.²⁴

Durante os breves anos de legalidade, após a brutal repressão do Estado Novo, onde muitos militantes foram presos, torturados e assassinados, o PCB adota uma linha política moderada. O discurso passa a ser de conciliação e não de revolução a partir da Conferência da Mantiqueira de 1943 onde a solução para os problemas nacionais deveria ser buscada através de meios pacíficos. Prosseguindo numa política bastante prudente, o PCB evita fazer críticas ao capitalismo nacional, a fim de não prejudicar a “união nacional” e a luta contra o fascismo. Essa tese de “união nacional” era teorizada pela direção do partido em termos da etapa “democrático-burguesa” da revolução nos “países semicoloniais”.

Os socialistas filiaram-se a UDN sob a denominação de Esquerda Democrática com candidatos próprios. Os integralistas apresentaram-se com outra denominação – Partido da Representação Popular – concorrendo às eleições com chapa própria. Formou-se também uma nova corrente política refletindo um movimento que fora bem-sucedido na Alemanha e Itália: a Democracia Cristã. No Brasil, reunia elementos de formação cristã, católicos em sua maioria.

O artigo 114 do novo Código Eleitoral outorgava ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negar registro ou efetuar seu cancelamento a qualquer partido cujo programa conflitasse com os princípios democráticos ou com os direitos fundamentais do homem, segundo a Constituição. O Partido Comunista, atingido pelo dispositivo em 1947, obteve em setembro de 1945 a licença provisória de seu registro e somente após haver satisfeito inúmeras exigências de esclarecimentos quanto a pontos do programa partidário que eram considerados ambíguos pelo TSE e eventualmente antidemocráticos. O relator do processo, ao emitir seu voto, acentuou que o fazia favoravelmente ao registro, porque o PCB declarava haver abandonando o marxismo-leninismo russo. Advertia ainda o

²⁴ O reconhecimento da União Soviética e o decreto de anistia que favoreceu dezenas de militantes comunistas, entre os quais Luís Carlos Prestes, juntamente com as teses de “União Nacional” adotadas na Conferência da Mantiqueira do PCB, em 1943, que alinhava o partido às decisões do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) concomitantes à dissolução do *Komintern*, inclinam o PCB em direção ao movimento “queremista”.

ministro que, a qualquer tempo, poderia o partido ter seu registro cancelado se a prática não viesse a corroborar suas declarações.²⁵

O alistamento eleitoral *ex-officio* correspondeu a 23% da votação nacional em 1945 e tinha no discurso oficial o papel de superar a lentidão e a ineficiência provável do alistamento regular. Empregadores e órgãos do governo poderiam preparar listas de seus trabalhadores que seriam registradas em bloco. Esse expediente utilizado pelos funcionários públicos e pela massa de sindicalizados atrelada ao Estado resultava não apenas na expansão do eleitorado, mas aumentava também a possibilidade de seu controle prévio.²⁶

Apesar das ressalvas, faz-se necessário, observar que, com a universalização do sufrágio, restrito aos analfabetos, a criação de uma justiça eleitoral autônoma e o aperfeiçoamento de dispositivos localizáveis no seu similar de 1932, o novo Código Eleitoral alargava o acesso à participação política. Representava a elevação jurídica do País nos marcos de uma “democracia de participação extensa”.²⁷

Anunciadas as eleições, o movimento político em torno da disputa pela chefia do Estado acelera seu ritmo. Os grupos dissidentes burgueses que empalmavam a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes desde 1944, sobre a qual se ergue a União Democrática Nacional, fortalecida pela adesão de setores da esquerda não vinculada ao PCB passam a radicalizar a campanha. Em várias capitais do País ocorrem manifestações que produzem enfrentamentos diretos entre os partidários do brigadeiro com correntes favoráveis à continuidade de Getúlio no poder, com a repressão policial que, em três de março, faz dois mortos em comício realizado na sacada do Diário de Pernambuco no Recife.²⁸

Antônio Lavareda afirma que em Pernambuco, o “3 de março” de 1945 não se constituiu em um fato isolado no esforço anti estadonovista. Durante toda a ditadura, amordaçada a imprensa liberal, cerceados os canais de expressão tradicionais, fechados

²⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974, pp. 102-103.

²⁶ LAVAREDA, Antônio. *Partidos no Pós-Guerra: primeiras eleições em Pernambuco (1945-1947)*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2008, p.30.

²⁷ GERNANI, Gino. Democracia representativa y classes populares. In: DI TELLA, Torquato S.; IANNI, Octávio. **Populismo e contradicciones de clase en Latinoamérica**. México: Era, 1977, p. 15.

²⁸ Os episódios do 3 de março foram analisados por Romildo Maia Leite no Diário de Pernambuco. Cidade invicta. **Diário de Pernambuco**, março de 1979.

os parlamentos, inexistindo os partidos, a política retrocede para os quartéis, para as faculdades, onde se processa clandestina, conspiratória, onde acumula forças, faz adeptos, nutre-se do descontentamento que se dissemina até explodir em manifestações de rua. Passeatas, comícios e correspondente repressão policial que muitas vezes termina em sangue. Ainda segundo Lavareda, nos meios militares, os Majores Juracy Magalhães, Humberto Melo e o Coronel Peri Beviláqua, entre outros, conspiravam abertamente fomentando a oposição nas guarnições sediadas no Recife.

Os universitários recifenses eram a ponta de lança da resistência. A Faculdade de Direito e de Engenharia eram os principais centros da atividade política estudantil, onde Odilon Ribeiro Coutinho, Alfredo Becker, Manuel Correia de Andrade e Demócrito de Souza Filho, vitimado no episódio de “3 de março”, eram algumas das principais lideranças acadêmicas de Pernambuco.²⁹ Mas não eram apenas os estudantes que se engajavam no movimento, a maior parte do professorado da Faculdade de Direito e parcela significativa da intelectualidade pernambucana cerrou fileiras contra o Estado Novo.

Os rumores de continuidade de Getúlio na presidência põem em pânico os dissidentes, que passam a exigir, além da revogação da Constituição de 1937, a renúncia de Vargas e a entrega do exercício do poder ao Judiciário. Em pronunciamento público em 16 de abril, Eduardo Gomes explicitava a tese relacionando-a com o processo eleitoral. Segundo ele, faltavam “condições legais para Getúlio presidir o pleito”.³⁰ Ainda em abril de 45, o governo anuncia a concessão da anistia e liberta centenas de presos políticos, entre os quais Luís Carlos Prestes. Os comunistas mobilizam-se para a campanha sucessória, sob o slogan “Constituinte com Getúlio” juntando-se ao movimento “queremista”. Esse fato daria a Vargas nova base de apoio. O “queremismo”, embora tomasse feições próprias em junho, teve sua origem situada no movimento de “panelas vazias” ocorrido em São Paulo, fruto da manipulação de contingentes operários de baixo nível político pelos sindicalistas pelegos orientados pelo Ministério do Trabalho. O fato é que o movimento “queremista”, reforçado pela participação comunista, assume proporções desafiadoras aos olhos da oposição liberal, bem como da própria burguesia situacionista que, incerta quanto aos rumos do País, abraça a candidatura de Eurico

²⁹ LAVAREDA, Antonio. *Op. Cit.*, pp.31-32.

³⁰ CARONE, Edgar. **O Estado Novo, 1937-1945**. São Paulo: Difel, 1976.

Dutra.³¹ Até a deposição do governo em 29 de outubro, os acontecimentos se desdobram como peças que se enquadram em um jogo.

No dia 1.º de maio, discursando nas comemorações dos trabalhadores, Vargas desafia os que pretendem afastá-lo do poder “pela traição ou pela violência”. Prenunciava-se agitada a sucessão presidencial. Em junho, o decreto “antitruste” acaba de fundir a UDN e as camadas burguesas hostis ao regime. Em agosto, o afastamento de Dutra do Ministério da Guerra antecipando o prazo legal de desincompatibilização, ato que, em si, aponta certo nível de consolidação da candidatura no próprio esquema oficial, praticamente desagregado, leva Góes Monteiro, contra a vontade de Vargas, a ocupar o lugar vago. Nos meses restantes, bastante “político”, ele será o “fiel” do regime. Elemento confiável às oposições garantiu reiteradas vezes a realização de eleições e o cumprimento da vontade das urnas.³²

Em 29 de setembro de 1945, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolfo Berle Júnior foi convidado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro para falar sobre a democracia. Em seu pronunciamento, enfatizou a necessidade de acelerar o processo de democratização para assegurar as eleições:

A solene promessa de eleições livres no Brasil, marcadas para uma data definitiva, por um Governo cuja palavra os Estados Unidos sempre acharam inviolável, foi aclamada com tanta satisfação nos Estados Unidos quanto no próprio Brasil. Não concordam os americanos com aqueles que se esforçaram em representar essas promessas e declarações solenes como insinceras ou mero embuste verbal. Nenhum amigo verdadeiro do Brasil e do povo brasileiro terá medo daquela evolução. Nenhum amigo verdadeiro do progresso humano a acusará de ser reacionária. Não é o emprego de

³¹ A coincidência de teses entre trabalhistas e comunistas, que preocupa a burguesia e o Exército, é motivo também de explicações por parte do PTB. Em outubro, quando a aliança já estava consolidada, Segadas Viana, vice-presidente do PTB, desmentia qualquer coalizão com o PCB, afirmando que seu partido estava inspirado na Encíclica *Rerum Novarum*. **Diário de Pernambuco**, 03/10/1945.

³² Observados os pronunciamentos de Góes Monteiro que, de certa forma, sintetizam a posição dos militares graduados não comprometidos com nenhuma das duas candidaturas fardadas, constata-se a intenção de permanecer alheio ao processo político, no máximo de ser seu árbitro, até as vésperas da deposição de Vargas. Em entrevista em 1.º de outubro ao *Diário Carioca* sobre o comício queremista marcado para o dia 3 seguinte, ele dizia que “as contradições políticas não interessam aos militares”. Em uma clara menção aos apelos udenistas para o golpe, declarava apenas quinze dias antes de dirigi-lo: “Não se trata de competição entre partidos. Trata-se de uma verdadeira balbúrdia, com apelos constantes às Forças Armadas. Parece que estamos vivendo em verdadeiro manicômio. Às Forças Armadas, cabe, apenas cumprir o seu dever sem interferir, sem receber ordem dos partidos ou dos agentes provocadores”. **Diário de Pernambuco**, 14/10/1945.

instituições livres, tais como eleições, que cria o fascismo e reação, e sim o oportunismo.³³

Tal pronunciamento provocou forte impacto na opinião pública, sendo considerada uma intromissão indevida em nossa política interna. Para os adeptos de Vargas, “um sinal verde para o golpe”.

Em três de outubro, os partidários de Getúlio Vargas promovem comemorações para relembrar a vitória da Revolução de 1930. Uma multidão em frente ao Palácio da Guanabara escuta do presidente que não era candidato, acrescentando, porém, que o povo decidiria soberanamente. No momento do discurso advertiu que havia “forças reacionárias poderosas, ocultas umas, ostensivas outras, contrárias todas à convocação de uma Constituinte”. “Posso afirmar-vos que, naquilo que de mim depende, o povo pode contar comigo”. Qualificou a manifestação de “delegação da vontade popular” e agradeceu à multidão por “esta demonstração cívica de alta significação”.³⁴ A multidão interrompe gritando “Queremos Getúlio”. A ambiguidade do discurso revela um Vargas que se movimenta no limite. Estreitado seu apoio na burguesia, contando com a oposição aberta do governo norte-americano, tentava uma última cartada populista buscando com o endosso popular readquirir o controle do setor militar dividido e, com isso, assegurar sua permanência.

Os últimos fatos políticos do Estado Novo mostram o quanto era inevitável o reordenamento institucional do país. O general Góis Monteiro passa a receber em seu gabinete elementos envolvidos em uma pré-conspiração, porque se generaliza a convicção de que Vargas prepara um novo golpe com a ajuda dos comunistas. Refletindo esse ambiente, os chefes do PSD não se esforçam a fundo na campanha pela candidatura Dutra. Nos meios udenistas também é mais corrente a convicção de que o desfecho não será uma eleição democrática na data prefixada de dois de dezembro.

O Decreto n.º 8.063, de 10 de outubro, antecipando os pleitos estaduais e municipais, fazendo-os coincidir com a eleição presidencial, poderia parecer uma manobra político-eleitoral com o intuito de dividir as várias correntes oposicionistas estaduais momentaneamente juntas através da candidatura do Brigadeiro Eduardo

³³ SILVA, Hélio. **História da República Brasileira: fim da ditadura Vargas 1946-1950**. São Paulo: Editora Três, 1998, pp. 60-61.

³⁴ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.*, p. 76.

Gomes. Porém, considerada a conjuntura, afigura-se como uma tentativa de obscurecer o próprio processo eleitoral. Mais adiante, o episódio da tentativa de substituição de João Alberto pelo irmão do Presidente, Benjamim Vargas, serve apenas de pretexto para a deposição do presidente. Em 29 de outubro, contando com a concordância dos candidatos Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes, o General Góis Monteiro manda comunicar a Vargas sua deposição. O Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares assume o governo dando ênfase na sua primeira fala à garantia da realização das eleições.

O Decreto de 10 de outubro é revogado mantendo-se apenas as eleições para a presidência da República e para o Congresso com Poderes Legislativos e Constituintes como havia decidido o Tribunal Superior Eleitoral. Em todo país são eufóricas as comemorações do golpe. No Recife, na manhã seguinte à deposição, os estudantes e os intelectuais “invadem” a Rádio Clube e anunciam ao povo a derrubada de Getúlio. O jornalista Osório Borba, integrante da Esquerda Democrática assim falou ao povo: “Pernambucanos. Caiu esta noite a bastilha do poder ilegítimo!”.³⁵

1.2 A organização partidária em Pernambuco

A formação dos partidos políticos em Pernambuco e no Brasil obedeceu a duas ponderações de peso. A primeira determinada pela história das relações sociopolíticas dos grupos regionais. A segunda condicionada à exigência institucional do caráter nacional das organizações partidárias e ainda pela preexistência de candidaturas presidências que, de certa forma, agiram como polarizadoras do processo.³⁶

Em Pernambuco, três grandes partidos vieram corresponder às principais forças políticas estaduais com interesses estruturais diferenciados – PSD, UDN e PCB. Os demais partidos não assumem a mesma importância podendo ser classificados como “pequenos partidos”.³⁷

O Partido Social Democrático foi organizado pelo ex-secretário de Segurança Pública de Pernambuco Etelvino Lins. Como em todo o país, a estruturação do PSD foi montada fazendo uso da burocracia oficial. O lançamento oficial do partido coincidiu com a apresentação da candidatura presidencial de Eurico Dutra, realizada em 24 de

³⁵O fim da tirania. **Diário de Pernambuco**, 31/10/1945, p. 11(APEJE).

³⁶ LAVAREDA, Antônio. *Op. Cit.*, p. 43.

³⁷ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Notas para o estudo do sistema partidário brasileiro, 1945-1962**. São Paulo: Anpocs, 1979, p. 32.

março de 1945 no Teatro de Santa Isabel em Recife, na presença de delegações de oitenta e quatro municípios.

Segundo Oswaldo Lima Filho, ex-pessedista pernambucano, “o PSD era um partido profundamente agrário. Os líderes locais que organizavam o Partido eram quase sempre coronéis, havia um ou outro comerciante, mas o grosso dos diretórios era constituído por essas oligarquias”. O PSD em Pernambuco foi implantado tendo como base o coronelato agrestino e sertanejo, fiel ao Estado Novo, “condutores do rebanho eleitoral” na expressão de Victor Nunes Leal,³⁸ reunindo também membros cooptados dos principais segmentos integrantes da malha corporativa do Estado Novo. O comando do partido estava centrado nas mãos de seus principais condutores, Agamenon Magalhães, Etelvino Lins e Barbosa Lima. Controlando a máquina partidária, serão os eleitos pelo PSD juntamente com alguns coronéis nas eleições de dezembro.

A União Democrática Nacional em Pernambuco surge como ampla frente democrática. A combinação de extrema heterogeneidade da UDN nacional tem igual e forte denominador: a oposição ao Estado Novo, que assumirá com frequência a feição de antigetulismo. A construção da candidatura Eduardo Gomes que, desde o final de 1944, ainda em situação de clandestinidade, articulou um leque que reunia elementos da esquerda não comunista, ou não ligada ao PCB, representantes das oligarquias regionais depostas em 1930, revolucionários dissidentes de 1937, ex-políticos do Estado Novo, militares descontentes e liberais dos centros urbanos.

Entre suas expressões políticas quanto à UDN pernambucana, reuniu os intelectuais de esquerda, a exemplo de Gilberto Freyre e Osório Borba; dissidentes de 1934, ex-deputados João Cleofas e Alde Sampaio; dissidentes de 1937, ex-governador Carlos de Lima Cavalcanti e o ex-presidente da Assembleia Legislativa Padre Félix Barreto. Reuniu também a maior parte da juventude universitária, os constitucionalistas liberais e a Faculdade de Direito do Recife cujos professores e alunos de vulto compunham a elite ideológica de oposição ao Estado Novo. Alguns dos quais, docentes, candidatar-se-iam em 1945 não logrando êxito.³⁹

³⁸ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

³⁹ FALCÃO NETO, Joaquim Arruda. **Cultura Jurídica liberal e ordem política autoritária**. Recife, UFPE, 1979, mimeografado.

O controle real do partido estava nas mãos da grande burguesia açucareira – Lima Cavalcanti, João Cleofas, os Sampaio, os Bandeira de Melo. Sendo as camadas médias tradicionais (pequenos proprietários e profissionais liberais), “moralistas anti-Estado Novo” e “anticomunistas”, sua fonte de votos urbanos, ao que se soma, na zona da mata, o voto controlado pela burguesia açucareira garantindo seu papel eleitoral de envergadura. Segundo Lavareda, não pode ser omitido o fato de que no Agreste e Sertão passou a representar alternativa institucional para as facções não dominantes que disputavam o poder local, ou se sentiam desprestigiadas e rompiam com o governo federal. O que será responsável pelos consideráveis índices obtidos pela legenda naquelas áreas.⁴⁰

Em Pernambuco, ao contrário de outros estados, a diferenciação UDN/PSD esteve estruturalmente determinada. A UDN representará nitidamente a grande burguesia açucareira. Por ela será chefiada e com seus membros concorrerá à eleição governamental. O PSD, representado pela oligarquia pecuário-algodoeira exercerá o controle sobre a fatia mais expressiva do voto rural para continuar o desfrute do poder iniciado em 1937.

A reestruturação do Partido Comunista em Pernambuco inicia-se logo após a anistia de 1945. Com o retorno ao Recife de Alcedo Coutinho e Gregório Bezerra, ex-líderes alianças, inicia-se efetivamente a reorganização do PCB pernambucano. O Partido Comunista do Brasil se organiza estadualmente sobre uma estrutura mínima sobrevivente à repressão sistemática e feroz que lhe foi movida pela polícia do Estado Novo. Até a sua reorganização, os comunistas pernambucanos encontravam-se agrupados na “União Socialista”, associação formada por socialistas e democratas progressistas. O objetivo da “União Socialista” era o de “congregar todas as classes populares, trabalhadores rurais e urbanos, trabalhadores intelectuais, pequenos proprietários, comerciantes e industriais dispostos à realização de um programa democrático progressista”.⁴¹ Com o retorno do PCB pernambucano, os comunistas se afastam da organização mencionada. Os intelectuais restantes vão aliar-se ao núcleo da Esquerda Democrática da UDN, depois se vinculando ao Partido Socialista Brasileiro.

⁴⁰ LAVAREDA, Antônio. *Op. Cit.*, p. 48.

⁴¹ A formação da União Socialista. **Diário de Pernambuco**, 13/03/1945, p. 16(APEJE).

No princípio, os comunistas enfrentam inúmeros problemas de organização em virtude das campanhas sistemáticas contra o Partido movidas por Etelvino Lins, Igreja e burguesia industrial, comercial e agrária. Segundo Gregório Bezerra, os textos de propaganda do Partido eram impressos em outros Estados e havia dificuldades até para conseguir locação destinada à sede do Partido.⁴² Porém, o trabalho disciplinado em moldes leninistas de organização, aliado ao grande apoio recebido por parte do operariado do Grande Recife, torna possível a divulgação e arregimentação dos comunistas. Em maio de 1945, o Comitê Estadual do partido é empossado em ato público no Parque 13 de Maio.⁴³

Concomitantemente, empossavam-se os comitês municipais e multiplicavam-se o número de militantes nas células de fábricas e locais de trabalho em geral. A população rural organizava-se em “Ligas Camponesas”⁴⁴ e nas cidades em “Comitês Populares Democráticos de Bairros”⁴⁵. Em novembro de 1945, o partido contava com um órgão de imprensa diário, a **Folha do Povo**, jornal que havia sido desativado pela repressão que se instalou no país logo após a Intentona Comunista de 1935.⁴⁶

Segundo Antônio Lavareda, o crescimento acelerado do partido na sua fase de organização correspondeu a vários fatores. Entre eles, o vínculo histórico estabelecido com os movimentos populares do Recife desde a década de 1920, que assistia ao aprofundamento dos laços com a classe trabalhadora. Vários candidatos e dirigentes

⁴² BEZERRA, Gregório. **Memórias, 1900-1945**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, parte 1.

⁴³Idem.

⁴⁴ As primeiras Ligas Camponesas surgiram no Brasil entre 1945/46, sob influência do PCB e como primeiro instrumento de organização dos trabalhadores rurais. Eram estruturadas como associações civis, de acordo com dispositivos do Código Civil que permitia a organização de associações de caráter não especificamente trabalhista. Essas ligas camponesas expressavam a tentativa do PCB de estender ao campo sua influência e buscar o alargamento de suas bases políticas, num movimento que acompanhou o processo de expansão e fortalecimento do partido ocorrido naqueles anos. As ligas camponesas buscavam organizar tanto os assalariados rurais como os camponeses, pequenos produtores, arrendatários, parceiros e posseiros na busca das reivindicações específicas e imediatas do trabalhador rural.

⁴⁵ Os Comitês Populares Democráticos de Bairros foram organizados pelo PCB em 1945. Objetivando as ampliações dos espaços democráticos após a recém liberalização da conjuntura política, o PCB procurou, através da mobilização da população nos bairros, organizar a luta por reivindicações populares e democráticas, que iam desde reivindicações “práticas e imediatas” como melhoria de transportes, creches, postos médicos e escolas, até reivindicações políticas gerais, como direito de voto aos analfabetos e soldados, eleições livres e honestas, liberdade de imprensa e de reunião, sindicalismo livre, legalidade do PCB e reatamento das relações como a URSS.

⁴⁶ BEZERRA, Gregório. *Op. Cit.*.

partidários eram operários. Assim, o operariado do Grande Recife corresponde a base por excelência do PCB no Estado.⁴⁷

Em relação aos partidos de menor representatividade em Pernambuco destaca-se o Partido Democrata Cristão (PDC), terminologia que surge em vários países após a 2.^a Guerra Mundial, representante das pequenas e médias propriedades. Católico e anticomunista por definição programática têm em Pernambuco sua criação determinada pelo rompimento do Padre Arruda Câmara, seu dirigente máximo, com Agamenon Magalhães na ocasião da composição do secretariado estadual da interventoria após o golpe de 1937. O apoio maior do partido vem da organização eclesiástica do interior de Pernambuco e em intelectuais liberais católicos. O PDC representou um espaço eleitoral alternativo para muitos quadros inicialmente vinculados a UDN e que viam diminuídas suas chances de postulação à medida que o mando do partido se centralizava em mãos da grande burguesia açucareira. De acordo com Lavareda, o PDC, a partir de 1946 vai gravitar em torno da UDN formando uma das mais consistentes alianças político-eleitorais de Pernambuco, a “Coligação Pernambucana”.⁴⁸

O Partido Republicano (PR), liderado por Eurico de Souza Leão, proeminente figura ligada a burguesia açucareira tradicional, reúne expressivo número de militares liberais com bom trânsito nos meios civis, além de intelectuais como o professor Soriano de Souza Neto e Francisco Julião.

O Partido Trabalhista Brasileiro em Pernambuco não obtém êxito na mobilização da burocracia sindical e previdenciária. Identificando-se com o Estado Novo e Agamenon Magalhães se estabelece grande distância entre sua organização e os assalariados urbanos que pretendia representar. Estruturado em Recife entre pelegos e polícias, no primeiro momento, não consegue cumprir sua “missão saneadora” imaginada por Getúlio Vargas, ou seja, atingir o operariado urbano para fazer frente a influência do PCB.⁴⁹ No estado de Pernambuco atinge sua mais baixa colocação entre os concorrentes nas eleições de 1945.

O Partido de Representação Popular (PRP), assim como o PCB, representa a continuidade da matriz política anterior ao Estado Novo. Reunia pequeno número de antigos simpatizantes da Ação Integralista Brasileira (AIB), não conseguindo no pleito de

⁴⁷ LAVAREDA, Antônio. *Op. Cit.*, p. 50.

⁴⁸Idem.

⁴⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

1945 despontar com a mesma força anterior a 1937, sendo a penúltima legenda votada no estado. Na campanha presidencial de 1945, parte de sua comissão diretora apoiou a candidatura de Eurico Dutra.

1.3 As eleições de 2 de dezembro de 1945 em Pernambuco

A anulação do Decreto n.º 8.063 repôs a perspectiva do pleito eleitoral como estivera até sua edição, polarizada pelas candidaturas presidenciais, sem o esfacelamento que a manutenção do decreto acarretaria, sobretudo, na candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Desde o início de 1945, as candidaturas militares desenvolviam seus esforços em duas frentes. A primeira sendo a propaganda onde caravanas eleitorais cortavam o País em todos os sentidos e a segunda, desenvolvida junto às grandes agremiações que, a apenas um mês do pleito, não haviam assumido opções definitivas.

Unido até a deposição de Vargas, o PTB, na primeira quinzena de novembro encontrava-se dividido entre as correntes lideradas por Segadas Viana e Luiz Augusto de França. O primeiro defendia que o partido deveria ter candidato próprio ou nenhum e o segundo, que defendia o engajamento na candidatura Dutra. No final de novembro, Getúlio Vargas resolve apoiar seu ex-ministro da Guerra temendo uma vitória udenista.

A quinze dias das eleições, os comunistas anunciam a candidatura do engenheiro Yedo Fiúza à Presidência da República. Na ocasião, Luís Carlos Prestes atacou as candidaturas militares “que não interessam ao povo brasileiro e, longe de unificar, contribuem para aumentar a desunião”, e justificou a escolha de Fiúza dentro da tese de “União Nacional”. “Desejamos que o democrata não fosse comunista, mas permitisse a existência legal do Partido do proletariado e inspirasse igualmente confiança à burguesia”.⁵⁰ Nos poucos dias que lhes restavam, os comunistas, fazendo uso de sua ativa máquina implantada nacionalmente, desenvolveram uma intensa campanha, estimulada pela presença de Prestes como candidato preferencial a senador e deputado federal por vários estados.

Mobilizada toda a nação as vésperas do pleito, a expectativa era aumentada pelo acirramento dos confrontos interpartidários. Em Pernambuco, o jornal Folha da Manhã anunciava acerca de Dutra: “Candidato do Brasil Cristão. Pela ordem, trabalho e

⁵⁰ Os comunistas lançam candidato. **Diário de Pernambuco**, 17/11/1945, p. 21(APEJE).

seriedade. O que manterá o equilíbrio entre o capital e o trabalho”.⁵¹ Em editorial, o Diário de Pernambuco perguntava aos seus leitores e já respondia: “Quais são os caminhos que se oferecem ao povo? O do continuísmo de Vargas. O da impostura Comunista. O da Liberdade Democrática”.⁵² A Folha do Povo, intérprete da linha política do PCB, batia-se pela lisura do pleito e a posse dos candidatos eleitos soberanamente pelo povo.

Paulo Cavalcanti em seu livro autobiográfico de memórias políticas, **O caso eu conto como o caso foi – Nos tempos de Prestes** assevera que nestes tempos “vivía-se a efervescente agitação política que se seguiu à queda do Estado Novo”.⁵³ Em fins de novembro de 1945, o estudante de Direito José Ivens Peixoto de Carvalho, primeiro-secretário da célula comunista integrada por universitários, escrevia na Folha do Povo sobre as candidaturas à presidência artigo intitulado **Os dois e o verdadeiro**. Segundo Cavalcanti, o artigo do jovem Ivens “era marcado duplamente pelo sectarismo e pelo mau gosto literário – a partir do título”. Sua argumentação tinha cunho panfletário, repetindo os chavões em voga:

Como disse Luiz Carlos Prestes, as forças reacionárias queriam impor ao proletariado o seguinte dilema: ou Dutra ou Eduardo, sendo que qualquer um dos dois significava o triunfo do capitalismo reacionário. Isso não é uma afirmação vaga e sim uma verdade absoluta. Mas o capitalismo reacionário não conseguirá dividir as massas, porque o proletariado, por intermédio de seu partido, o partido comunista, rompe o dilema da burguesia reacionária e apresenta o verdadeiro candidato do povo, Yedo Fiúza, que surge no panorama político pela palavra de Luiz Carlos Prestes.⁵⁴

No Recife, os comícios refletiram a votação dos três candidatos. Dos grandes comícios realizados na capital pernambucana, dois se destacaram pelo grande público que, segundo os imprecisos registros da crônica política, puderam reunir. “O Nordeste a Eduardo Gomes” foi a apoteose udenista em 9 de outubro de 1945, com oradores vindos de todos os estados, a ala feminina cantando “vassourinhas” e o encerramento vibrante de Carlos Lacerda. No Parque 13 de Maio, depois chamado “O Parque do Povo”, por ser

⁵¹ O melhor para o Brasil. **Folha da Manhã**, 13/11/1945, p.7(APEJE).

⁵² Quais são os caminhos que se oferecem ao povo? **Diário de Pernambuco**, 30 /11/1945, p. 3 (APEJE).

⁵³ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: nos tempos de Prestes: memórias políticas. 2ª Ed. Revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008, p. 68.

⁵⁴ Idem.

tomados pelas seguidas manifestações populares encabeçadas pelo PCB, ocorreu em 26 de novembro do mesmo ano grande comício encabeçado por Prestes, Fiúza e Gregório Bezerra denominado “O Nordeste a Luís Carlos Prestes”. Com caravanas do interior e de todos os estados nordestinos, foi “até então a maior manifestação popular realizada em todo o Nordeste Brasileiro”.⁵⁵

Sobre os dados eleitorais, Antônio Lavareda aponta que o eleitorado pernambucano crescera de 122.849, nas últimas eleições para o Poder Legislativo realizadas em 14 de outubro de 1934, para 321.763 inscritos. Registrou-se uma abstenção de 16%. No mesmo período, o eleitorado nacional passara de 2.659.171 para 7.348.054 eleitores. “Ampliava-se o processo de extensão da cidadania aos grupos sociais emergentes, iniciado com a adoção do voto secreto em 1933. Em 1945, todos os impedimentos eleitorais legais estavam removidos com exceção da restrição aos analfabetos”.⁵⁶

Segundo os dados eleitorais dos mapas e atas do Tribunal Regional Eleitoral (TER) de Pernambuco, o resultado da eleição de 2 de dezembro de 1945 evidencia a dominância do PCB nos centros urbano-industriais como mostra a tabela de número 1. Na capital, em zonas que abrangiam bairros operários, como a 5.^a e a 7.^a zonas,⁵⁷ o percentual de Yedo Fiúza eleva-se a mais de 53% dos votos válidos. Na zona da mata, a influência do PCB mostra-se pouco permeável. Yedo Fiúza não alcança mais do que 11,3% do conjunto dos votos válidos, embora tenha ocorrido grande esforço de organização entre o semi-operariado açucareiro, acarretando baixas nos “currais” tradicionais. No agreste e sertão, foi irrisória a votação do PCB devido ao padrão de controle coronelístico do eleitorado exercido pelos grandes proprietários da região.

Os índices obtidos por Eduardo Gomes sobre Eurico Dutra no Grande Recife, com uma diferença positiva em favor do primeiro de 7,1%, foram empurrados para baixo pelo resultado das cidades circunvizinhas à capital que privilegiam Eurico Dutra. Em todas elas, à exceção de Olinda, Dutra leva vantagem expressiva sobre Eduardo Gomes.

⁵⁵ BEZERRA, Gregório. *Op. Cit.*, 334.

⁵⁶ LAVAREDA, Antônio. *Op. Cit.*, p. 56.

⁵⁷ De acordo com o zoneamento válido até 1º de julho de 1946, quando são criadas na capital mais duas zonas eleitorais. A 5ª ZE compreende os bairros de Casa Amarela, Casa Forte, Dois Irmãos, Várzea, Apipucos, Parnamirim e Guabiraba e a 7ª ZE atende os bairros da Torre, Madalena, Cordeiro, Iputinga e Monsenhor Fabrício.

O PSD se beneficia da permanência de estruturas municipais e das benesses distribuídas durante o Estado Novo, já o voto brigadeirista no Grande Recife baseia-se no moralismo das camadas médias tradicionais, no antiestadonovismo e no anticomunismo. Na zona da mata, a UDN alcança 37,7% dos votos, não conseguindo contrapor-se à máquina pessedista que, praticamente, duplica o índice de votação majoritária em relação ao Grande Recife (51,0%).

TABELA 1 – Resultado da eleição de 2 de dezembro de 1945, Pernambuco

Candidatos	Nº Absolutos	Total %	Grande Recife	Zona da Mata	Agreste/Sertão
Eurico Dutra (PSD)	126.804	48,2	26,3	51,0	62,6
Eduardo Gomes (UDN)	93.158	35,4	33,4	37,7	36,1
Yedo Fiúza (PCB)	43.073	16,4	40,3	11,3	1,3
TOTAL	263.035	100	100	100	100

Fonte: Mapas eleitorais e atas do TRE/PE.

As eleições proporcionais realizadas simultaneamente apresentam nos seus resultados, no Grande Recife e nas demais regiões, um alto grau de associação com a opção do voto majoritário. Os números obtidos por Dutra e pelos candidatos do PSD à Câmara Federal e ao Senado no agreste e sertão confirmam as teorias sobre a base eleitoral do PSD pernambucano como se observa nas tabelas 2 e 3.

TABELA 2 – Distribuição espacial do voto dos partidos para a Câmara Federal nas eleições proporcionais de 2 de dezembro de 1945

Partidos	Grande Recife %	Zona da Mata %	Agreste/Sertão %
PSD	21,1	42,7	54,1
UDN	22,0	26,9	25,9
PCB	40,1	13,0	1,1
PDC	6,0	5,8	7,8
PR	3,8	4,8	7,3

Fonte: Mapas eleitorais e atas do TRE/PE.⁵⁸

⁵⁸ Foram computados apenas os partidos que obtiveram representação.

TABELA 3 – Número de votos e cadeiras conquistadas nas eleições proporcionais de 2 de dezembro de 1945

SENADO		CÂMARA FEDERAL				
Partidos	Candidatos	Número de votos	Eleitos	Votação	%	Nº de cadeiras
PSD	Novais Filho	118.918	2	106.393	41,1	7+3
	Etelvino Lins	111.154				
UDN	Padre Félix Barreto	76.164	—	63.966	24,7	4
	Júlio Albuquerque	65.627				
PCB	Luís Carlos Prestes	49.244	—	42.013	16,2	3
	Agostinho Dias	48.239				
PDC	- - -	18.060	7,1	1		
PR	Nadir Toledo Cabra	11.561	-	14.747	5,7	1
	Dorgival Galindo	5.490				
PTB	Getúlio Vargas	7.095	-	6.280	2,4	—
	Segadas Viana	1.930				
PRP	--3.973	1,5	-			
PRD-	-3.400	1,3	-			
TOTAL			2	258.832	100	19
Fonte: Mapas eleitorais e atas do TRE/PE.						

Com relação aos resultados gerais do pleito tem-se uma elevada concentração dos sufrágios nos três maiores partidos (PSD, UDN, PCB) reunindo 82% dos votos conforme exposto na tabela 4. Não há alterações referentes ao modelo nacional que despontou das urnas no que diz respeito aos dois primeiros partidos mais votados. Como em todas as unidades da federação, inclusive em Pernambuco, o PSD e a UDN encabeçaram as votações. Já a terceira colocação, que em termos nacionais coube ao PTB,⁵⁹ em Pernambuco foi reservada ao PCB. Com uma característica marcante, pois dos três estados onde supera a votação petebista (Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Pernambuco) é em Pernambuco que os comunistas o fazem em maior proporção, tendo quase sete vezes a votação dos trabalhistas.⁶⁰

⁵⁹ **Anuário Estatístico do Brasil 1946**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

⁶⁰ Idem.

TABELA 4 – Composição do voto dos partidos nas eleições de 2 de dezembro de 1945

Partidos	Urbano (Grande Recife)	Rural	Total
PSD	17,4%	82,6%	100
UDN	30,1%	69,9%	100
PCB	83,5%	16,5%	100
PDC	29,2%	70,8%	100
PR	22,4%	77,6%	100
PTB	42,8%	57,2%	100
PRP	37,2%	62,8%	100
PRD	58,1%	41,9%	100
Fonte: Mapas eleitorais e atas do TRE/PE.			

O PSD passa a ter a maior bancada em comparação aos demais partidos. Teve a maioria dos sufrágios presidenciais, elegendo dois senadores e sete candidatos à Câmara Federal mais três beneficiados com a distribuição das sobras. Os “mecanismos de sobras” eram mecanismos eleitorais criados à época em que Vargas ainda se achava no poder e que deram ao PSD uma confortável maioria no Senado, na Câmara Federal e, conseqüentemente, na Assembleia Constituinte. Maria do Carmo Campello de Souza assim descreve tal mecanismo:

Na representação proporcional, o quociente eleitoral seria determinado pela divisão do número de votos válidos, mais votos em branco, pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria obtida dividindo-se a votação partidária pelo quociente eleitoral. Os lugares não preenchidos por esse critério seriam dados ao partido que obtivesse o maior número de votos na eleição, em vez de os candidatos individualmente mais votados, como previa o Código de 1932. Esse sistema de absorção de sobras, é evidente, beneficiaria nacionalmente ao PSD, à UDN em uns poucos Estados e ao PTB ou ao PCB somente no Distrito Federal.⁶¹

Seus candidatos eleitos demonstram a base social do partido e apontam para onde estava radicado seu controle. Dos doze eleitos (dois senadores e dez deputados federais), nove são oriundos da burocracia do Estado Novo e os demais são grandes proprietários do agreste e sertão.

⁶¹SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Op. Cit.*, p. 120.

A UDN elege quatro representantes, dos quais três são oriundos da grande burguesia açucareira e um intelectual, Gilberto Freyre. Nessas eleições, a UDN situa-se na mesma faixa do PDC quanto à quantidade de seu voto rural na legenda.

Embora não se elegeesse senador por Pernambuco, uma vez que a legislação permitia a candidatura dupla, Luís Carlos Prestes levou para seu partido uma votação que lhe valeu a eleição de três representantes. Ele renunciaria depois à sua eleição por Pernambuco, como em outros estados, dando lugar a Alcedo Coutinho. O PCB nessas eleições apresentou a mais elevada taxa de importância do voto urbano (83,5%) na composição de sua votação, confirmando sua base operária e de trabalhadores urbanos em geral.

O PDC, Partido Democrata Cristão, aparece como a quarta organização em tamanho do eleitorado elegendo o padre Arruda Câmara. Os democratas cristãos possuem acentuada preponderância no setor rural no cômputo geral da legenda, fazendo da seção estadual do PDC, a segunda em importância em nível nacional sendo apenas superada pela seção paulista. O PR também elege um único representante, Eurico de Souza Leão, velho cacique da Primeira República e membro do setor tradicional da economia açucareira que não encontrara espaço na UDN por motivo de rixa pessoal com Carlos de Lima Cavalcanti. Os demais candidatos do PR atingem limitada votação. Os demais partidos não conseguem representação tendo em seu conjunto de votos menos de 6% (QUADRO 1).

QUADRO 1 - Relação dos representantes do Estado de Pernambuco na Constituinte Federal eleitos em dezembro de 1945

SENADO

Partido Social Democrático (PSD)

Antônio de Novais Filho
Etelvino Lins de Albuquerque

CÂMARA FEDERAL

Partido Social Democrático (PSD)

Agamenon Magalhães
Jarbas Albuquerque Maranhão
Oswaldo da Costa Lima
Gersino Malagueta de Pontes
Oscar Napoleão Carneiro Silva
José da Costa Porto
Ulisses Lins de Albuquerque
João Ferreira Lima
Alexandre Barbosa Lima
Paulo Guerra

União Democrática Nacional (UDN)

João Cleofas
Carlos de Lima Cavalcanti
Alde Feijó Sampaio
Gilberto Freyre

Partido Comunista do Brasil (PCB)

Gregório Bezerra
Luís Carlos Prestes (Alcedo Coutinho)
Agostinho Oliveira

Partido Democrata Cristão (PDC)

Padre Alfredo de Arruda Câmara

Partido Republicano (PR)

Eurico de Souza Leão

Concluímos que todo o processo de redemocratização e institucionalização do Brasil se fez dentro de uma margem de segurança e relativo conforto no que diz respeito à permanência dos grupos sociais dominantes no poder. Desde o primeiro momento, Vargas e os seus principais colaboradores costuraram e consolidaram a passagem da ditadura estadonovista em um ambiente de extrema segurança para a realização de seus

interesses políticos. Todavia, o crescimento do eleitorado comunista verificado nas principais regiões metropolitanas do Brasil coloca os grupos tradicionais dominantes “em guarda contra o perigo vermelho”. A discussão em torno dos comunistas e de todo processo de crescimento eleitoral do PCB que resultará na cassação do registro eleitoral do partido, assim como, as estratégias de luta política dos comunistas e as eleições de 1947 em Pernambuco norteará a dissertação do segundo capítulo de minha pesquisa.

2 AS ELEIÇÕES DE 1947 EM PERNAMBUCO E A PROSCRIÇÃO DO PCB

2.1 A constituinte de 1946: “a transição pelo alto”

As eleições de 2 de dezembro de 1945 prepararam o terreno para a redemocratização do Brasil. Em 31 de janeiro de 1946, o general Eurico Gaspar Dutra assume a presidência da República e a Assembleia Nacional Constituinte, eleita conjuntamente a 2 de dezembro de 1945, instala seus trabalhos. A nação preparava-se para refazer a sua Constituição pela quarta vez. A Ordem dos Advogados do Brasil indicou uma lista de destacados estudiosos em legislação para propor a substituição da estrutura autocrática imposta em 1937. O novo Congresso reuniu-se em Assembleia Constituinte e debateu sucessivos projetos constitucionais aprovando em setembro de 1946 a versão final da nova Constituição. No dia 17 de janeiro de 1947 – já na vigência da nova Carta Magna – os Estados deveriam eleger seus governadores e as respectivas Assembleias Constituintes para a elaboração das novas Constituições estaduais.

Neste capítulo dissertaremos sobre as eleições de janeiro de 1947 em Pernambuco à Assembleia Legislativa e ao governo do estado, a proscrição do PCB em 7 de maio, a alternativa “entrista” dos comunistas e a significativa vitória eleitoral dos comunistas progressistas no pleito de outubro de 1947 à Câmara Municipal do Recife. Utilizando valiosas contribuições de obras bibliográficas acerca do período, assim como, os principais periódicos de Pernambuco e dos prontuários do DOPS do estado, tratarei neste capítulo de um dos principais e mais ricos momentos da história do Brasil e de Pernambuco em se que evidencia mais uma vez, a força dos comunistas e a reação das forças conservadoras.

Na Assembleia Constituinte de 1946, a maior bancada era a mineira, com 36 representantes, seguida por São Paulo, com 23, e depois por Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro, com 19 cada uma. Diferentemente de 1891 e 1934, não havia anteprojeto governamental. Também em relação às Constituintes anteriores, dessa vez o número de militares era muito pequeno. Mas durante os trabalhos o clima político da Capital Federal esteve bem pesado. Passeatas foram reprimidas; sedes do Partido Comunista, invadidas e depredadas pela polícia; e militantes de esquerda, presos.

A Guerra Fria só começaria formalmente em 1947, porém, no Brasil já tinha se iniciado. O enfrentamento entre os apoiadores dos Estados Unidos e da União Soviética estava presente em qualquer discussão da Constituinte, por mais banal que fosse. Em

julho visitou o Brasil o ex-comandante das tropas aliadas na Europa, o general Dwight Eisenhower, que presidiu os Estados Unidos entre 1953 e 1961. Octávio Mangabeira, presidente da União Democrática Nacional, foi escalado para fazer o discurso de recepção. Mas, além das loas de praxe, Mangabeira encerrou o discurso afirmando que, em nome do povo brasileiro, desejava fazer uma reverência mais eloquente, “inclinando-me respeitoso diante do general comandante chefe dos exércitos que esmagaram a tirania, e beijando, em silêncio, a mão que conduziu à vitória, as forças da liberdade”. Foi um escândalo o servilismo do senador baiano. Houve protestos e quem considerasse o ato uma servidão política.

Com 218 artigos, foi, até então, a Constituição republicana mais extensa e democrática. Todavia, no capítulo referente à nacionalidade e cidadania acabou transformando-se em um dos pontos mais polêmicos da Constituição, não durante a Constituinte ou, ainda, na década de 1950, mas nos idos de 1964. De acordo com o parágrafo único do artigo 132, não podiam alistar-se como eleitores os praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares. O artigo 138 dispunha que “são inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no § único do artigo 132”. O problema é que a politização das Forças Armadas, especialmente entre 1961 e 1964, levou muitos sargentos a desejar serem candidatos a cargos eletivos. A Constituição, porém, era clara: eles eram inelegíveis. Isso gerou diversas crises e até uma rebelião dos sargentos, em setembro de 1963, quando, durante algumas horas, Brasília foi tomada pelos sargentos, que chegaram a deter até mesmo um ministro do STF.⁶²

Foi garantida a liberdade de expressão, porém sempre com a ressalva: “Não será tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou classe” (art. 141, § 5.º). Oito parágrafos à frente, estava aberta a porta para colocar na ilegalidade o Partido Comunista: “É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”. Era claro o recado para o PCB. Os comunistas, antes da votação do texto final, já tinham denunciado no plenário que o presidente Dutra urdia, nos bastidores, uma manobra para colocar na ilegalidade o

⁶² VILLA. Marco Antônio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Editora Leya, 2011, p. 60.

partido. Oito meses após a promulgação da Constituição, em maio de 1947, o partido teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Houve argumentos de ocasião, mas a base legal foi dada pela Constituição.

Nas discussões travadas em torno da Constituição, uma das questões mais polêmicas relacionou-se à apuração das atrocidades cometidas pela repressão durante o Estado Novo. O deputado Euclides de Figueiredo, da UDN, apoiado sobretudo pelo deputado comunista Carlos Marighella, do PCB, conseguiu criar a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Delituosos da Ditadura. O assunto, entretanto, era muito explosivo e a Comissão foi boicotada pelo PDS e PTB.⁶³ A Constituição mantinha o regime republicano, reforçava o federalismo e pela primeira vez fixou taxativamente a autonomia dos Municípios. De acordo com as tendências dominantes no continente, se manteve o presidencialismo, devendo o presidente e o vice-presidente ser eleitos cento e vinte dias antes do término do período presidencial para mandatos de quatro anos.

Uma questão central da Constituição foi a garantia da propriedade, que centralizou o debate político especialmente no período anterior ao golpe civil militar de 1964. Segundo o artigo 141, § 16, “é garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”. O artigo 147 tratou meio de raspão da reforma agrária, tema de moda naquela época: “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no artigo 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Havia certa incompatibilidade entre um artigo e outro, porém a exigência da indenização em dinheiro – e não em títulos de dívida agrária – era um obstáculo a qualquer projeto de reforma agrária em propriedades particulares. Tanto que o artigo 156 abria a possibilidade para projetos de colonização ou de reforma agrária, mas em terras públicas. No processo de radicalização do governo Goulart, já em março de 1964, o presidente assinou um decreto sobre a reforma agrária estabelecendo regras para a desapropriação das terras que feriam frontalmente a Constituição. O decreto não teve nenhuma aplicação prática. Foi revogado pelo novo governo que assumiu o poder em abril de 1964.

Na verdade, como asseverou Leôncio Basbaum em sua obra clássica **História sincera da República de 1930 a 1960**, a “nova constituição pouco tinha de nova, senão o

⁶³Nosso Século 1945-1960 - A Era dos Partidos Políticos. São Paulo:Abril Cultural, 1980.

fato de ser recente. No mais, não diferia, em essência, da de 1934”.⁶⁴ Apesar de seu liberalismo, nada continha que mudasse expressamente, por exemplo, a legislação sindical e trabalhista que marcara o Estado Novo. Era assegurado o direito de “livre associação sindical”, nos termos previstos pela legislação, isto é, dentro dos esquemas – por sinal, em nenhum momento alterado – da subordinação dos sindicatos ao Estado. O direito de greve era assegurado, porém, submetido à apreciação da Justiça do Trabalho e com exceção de casos previstos em leis específicas, o que significaria, é obvio, o cerceamento prático do direito em questão.

Luís Werneck Vianna, ao analisar o problema sob o prisma dos debates ocorridos então, indica a proposital “nebulosidade” da redação do texto constitucional relativo aos sindicatos, onde os defensores de um continuísmo corporativo-fascista buscavam confundir a expressão “livre associação sindical” com “autonomia sindical”, termos que, segundo reconheceram até mesmo alguns udenistas, não eram sinônimos ou idênticos. A própria “polaca” utilizava as palavras “livre associação sindical”, permitindo que a legislação regulamentadora atrelasse de forma cabal os sindicatos ao Ministério do Trabalho. Apesar da oposição do PCB e de setores do PTB foi essa a forma pela qual se manteve a legislação sindical fascista no período de 1945 a 1964.⁶⁵

Entretanto, o movimento operário, apesar de tudo, assumia novas posturas. Era de todo impossível que a participação política das massas durante a queda do Estado Novo não tivesse seus reflexos profundos no movimento operário-sindical, de maneira a torná-lo, não apenas consciente de sua força, mas também da necessidade de sua autonomia em relação ao aparelho de Estado. Assim é que, pouco antes do final dos trabalhos da Constituinte de 46, o Congresso Sindical dos Trabalhadores reuniu-se estabelecendo, como uma das suas principais reivindicações, a autonomia sindical. A aliança firmada entre comunistas e petebistas permitiu a vitória dessa posição que, ao contrariar os desejos do Ministério do Trabalho, acabou por ocasionar o fechamento do Congresso, por ordem do governo Dutra.

Outro quadro não se poderia esperar dada a composição congressual. O PSD de posse de 151 cadeiras, a UDN com 77, o PTB com 22 e o PCB com 15 lugares. As poucas vagas restantes distribuídas com os demais partidos que, juntos, amealharam apenas 13%

⁶⁴ BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República de 1930 a 1960**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 179.

⁶⁵ VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 220.

dos votos em 1945.⁶⁶ A maioria pessedista conciliava nas questões técnico-jurídicas levantadas pela bancada udenista e com esta compunha um sólido bloco, responsável em última instância pela Carta, que rechaçava integralmente as emendas propostas pelos comunistas.

Contudo, o trabalho dos comunistas na Assembleia Nacional Constituinte foi incansável na defesa dos interesses do povo, como afirma Gregório Bezerra em sua obra autobiográfica de memórias:

[...] queríamos estar entrosados com o povo, vivendo com ele, sentindo seus problemas, suas angústias e aprendendo com ele; enfim, queríamos ser fiéis e dignos da sua confiança e da nossa dupla responsabilidade de comunistas e de verdadeiros delegados do povo. Assim nos diferenciávamos dos demais deputados na Assembleia Nacional Constituinte e éramos compensados pela grande confiança que o nosso partido e a nossa bancada desfrutavam no seio do povo brasileiro.

Quanto ao trabalho de Prestes na liderança da bancada comunista e na feitura da Constituição afirmou ser o “cavaleiro da esperança” um gigante, não “deixando passar gato por lebre” nos diferentes projetos que eram debatidos.

[...] participava vigorosamente de todos os debates na Assembleia Nacional Constituinte, ora apresentando emendas aos projetos de lei, ora apresentando substitutivos aos projetos dúbios ou nocivos aos interesses da classe operária e do povo. Além disso, arranjava tempo para falar em comícios, fazer conferências e sabatinas, ora na Guanabara, ora em Niterói e, aos domingos, quando não havia sessão na Assembleia, dava um pulo a São Paulo ou aos municípios mais importantes do Estado do Rio de Janeiro para participar de comícios e conferências. Era uma máquina de trabalho e um excelente exemplo para toda a nossa bancada comunista que, estimulada por ele, procurava dar o máximo em benefício do nosso povo. Dessa forma, nosso partido crescia em todos os setores trabalhistas e em todos os estados. E, com ele, crescia também o seu prestígio no seio das grandes massas populares. Eram estas que diziam: Agora temos deputados que nos defendam, temos um partido que nos apóia. É pena que sejam ainda poucos, mas nas próximas eleições serão muitos!⁶⁷

⁶⁶ Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

⁶⁷ BEZERRA, Gregório. **Memórias, 1900-1945**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, parte 2, pp. 559-360.

E mesmo estando em minoria na Câmara dos Deputados, os comunistas tiraram boas lições políticas, aprendendo com os próprios erros do partido e amadurecendo política e ideologicamente. Os deputados pelo PCB pernambucano Alcedo Coutinho e o próprio Gregório Bezerra tiveram atuação de destaque na bancada ao propor emendas constitucionais de caráter popular. Alcedo Coutinho propôs emenda constitucional que determinava a retenção em favor dos municípios, de uma percentagem dos tributos federais arrecadados. Além disso, proferiu um longo discurso sobre as condições sanitárias do Brasil, discurso que lhe valeu inúmeros elogios da imprensa e até das lideranças conservadoras.⁶⁸ Entre essas emendas constitucionais apontadas como as mais importantes figuravam a redução dos poderes presidenciais, o caráter colegiado do governo e a nacionalização dos trustes e monopólios. Gregório Bezerra propôs o direito de voto aos analfabetos e praças das Forças Armadas. Sua luta pela aprovação dessa emenda foi a única tentativa concreta em toda a Constituinte de afastar os óbices postos à plena consecução da universalidade do sufrágio na legislação brasileira.

Concluímos que a constituição de 1946 legitima todo um processo histórico de transição “pelo alto” ou “revolução passiva”, como definiu Werneck Vianna em **A revolução passiva – iberismo e americanismo no Brasil**. O processo de redemocratização de 1945 não teve a intenção de consolidar uma nova ordem político-social, na qual a modernização econômica fosse acompanhada pela modernização política e pela institucionalização de verdadeiros canais de participação social e de controle social do Estado. Ao contrário, a manutenção da estrutura corporativa estadonovista, da “cidadania regulada”, de partidos criados “de cima para baixo” e mais, os obstáculos à autonomia das classes trabalhadoras no campo e na cidade, limitaram o projeto de redemocratização pós-45.⁶⁹

⁶⁸ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da coluna Prestes à queda de Arraes. 4ª Ed. Revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008, p.171.

⁶⁹ VIANNA, Luís Werneck. **A revolução passiva – iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

2.2 As eleições de dezenove de janeiro de 1947.

Após a destituição de Getúlio Vargas, a interventoria em Pernambuco passa às mãos do Desembargador José Neves Filho. Como em todo país teve cumprimento a fórmula udenista que apontava o Judiciário como a única instituição capaz de proceder à transição democrática. Nos poucos dias em que Etelvino Lins permanecera no governo do Estado, o presidente interino José Linhares e os altos comandos militares sofreram grande pressão dos liberais que insistiam na exoneração do braço direito de Agamenon Magalhães. Em janeiro de 1946, o desembargador Neves Filho foi sucedido pelo advogado José Domingues da Silva para uma curta gestão de fevereiro a agosto do mesmo ano. Nesse curto período, Domingues da Silva “procurou formar uma equipe de pessoas em que confiasse e achasse que podiam tecnicamente conduzir-se bem”.⁷⁰ Entre os nomes escolhidos estão Pelópidas Silveira, para ocupar a cadeira de prefeito do Recife, Ageu Magalhães, Secretário de Educação e Saúde e Murilo Coutinho, Secretário de Viação e Obras.

A repentina substituição de Domingues da Silva da interventoria federal do estado de Pernambuco pelo General Demerval Peixoto, insere-se na conflituosa relação política entre o presidente Eurico Dutra e o líder do PSD pernambucano Agamenon Magalhães. As contendas entre os antigos aliados de Vargas tiveram início ainda no Estado Novo quando do movimento queremista. O apoio de Magalhães a Getúlio no movimento não passaria despercebido por Dutra, que uma vez eleito presidente da República, passou a opor-se frontalmente à liderança do velho cacique pessedista em Pernambuco. Na campanha eleitoral para o governo do Estado de Pernambuco em janeiro de 1947 essas intrigas políticas ficam latentes. Ainda antes das eleições de 1945, Barbosa Lima Sobrinho foi escolhido pela convenção estadual do PSD como candidato ao governo de Pernambuco. Nos primeiros dias do governo de José Linhares, seu nome é especulado para a interventoria de Pernambuco, no que a UDN veta expressamente.

Foram várias as tentativas de substituição do nome de Barbosa Lima, contudo, Agamenon Magalhães e Etelvino Lins, detendo o controle partidário do PSD, conduzem a candidatura de Lima Sobrinho. É nesse cenário que ocorre a formação da “Coligação Pernambucana”. Segundo Lavareda, a “Coligação Pernambucana” resulta da ala

⁷⁰GUSMÃO FILHO, Jaime. (Org.). **PELÓPIDAS: o homem e a obra**. Recife: EDUFPE, 2005, pp. 209-210.

minoritária do PSD liderada por Novais Filho. Esse grupo, assentado na decadente aristocracia açucareira e sem espaço no PSD se junta a UDN, PDC e PL.⁷¹ Na mesma convenção do PSD em que se indicou o nome de Barbosa Lima Sobrinho para as eleições estaduais, aprovou-se a eliminação de Novais Filho e Neto Campelo Júnior, candidato da “Coligação” ao pleito estadual dos quadros do partido.⁷² Neto Campelo Júnior por influência do senador Novais Filho assume o Ministério da Agricultura do governo do presidente Dutra, que passa a apoiar ostensivamente sua candidatura.

Entre as forças políticas conservadoras despontaria ainda uma terceira candidatura pelo PR. Trata-se de Eurico de Souza Leão, secretário de Estado do governo Estácio Coimbra deposto em 1930 e pertencente ao setor tradicional da agroindústria açucareira. Enquanto havia alguma indecisão no PSD quanto à escolha do nome para o pleito estadual de 1947, a candidatura de Eurico de Souza Leão era pensada como uma “terceira via”. Com a definição das candidaturas de Barbosa Lima e Neto Campelo, o nome de Eurico de Souza Leão mantém-se como gesto de teimosia, uma vez que nem o próprio PR apoiava a sua candidatura.

Declaradas as candidaturas dos grupos sociais dominantes, esperou-se o posicionamento do PCB, a terceira maior força eleitoral do estado. Com 16,4% dos votos estaduais na eleição presidencial de 1945, o PCB pernambucano defrontava-se com dois caminhos eleitorais a seguir. O de lançar um candidato próprio e de antemão sair derrotado, ou torna-se com seu eleitorado o fiel da balança entre as candidaturas conservadoras. Os comunistas reuniram-se diversas vezes com os líderes da Coligação e do PSD oferecendo apoio em função da adoção pelos candidatos de plataforma mínima que incorporasse alguns de seus pontos programáticos e a presença de cargos na equipe governamental.

Gregório Bezerra em suas memórias políticas relata que na campanha que precedeu as eleições de 15 de janeiro de 1947 ocorreram alguns fatos e incidentes que foram vivenciados com certa intensidade pelos membros do Partido Comunista em Pernambuco:

⁷¹ LAVAREDA, Antônio. **Partidos no Pós-guerra**: primeiras eleições em Pernambuco (1945-1947). Recife: Editora Universitária/UFPE, 2008. p.73-74.

⁷² **Ata da Convenção da seção regional do PSD**. Recife, 25/11/1946, Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEJE).

Quando foi iniciada a campanha eleitoral do estado, nosso intuito era apoiar um candidato a governador que apresentasse um programa mínimo, capaz de sensibilizar as camadas populares. Mas tanto o PSD como a UDN, que desejavam o nosso apoio, tinham receio de recebê-lo abertamente e queriam-no, mas clandestinamente.⁷³

Em **O caso eu conto como o caso foi – fatos do meu tempo**, Paulo Cavalcanti afirma que nunca houve mistério nos acordos celebrados entre os comunistas e as outras correntes partidárias em Pernambuco. A exploração política que sempre se fez em torno desses entendimentos decorria de posições de despeito da parte dos grupos não contemplados pela preferência dos votos dos comunistas. À exceção do Partido de Representação Popular, antiga Ação Integralista Brasileira, Cavalcanti assevera que todos os partidos, indiscretamente, cortejavam o PCB e nem mesmo o PDC do “fogos” padre Arruda Câmara fugiu à regra. Quando a balança eleitoral pendia de um lado, pelo contrapeso da presença dos comunistas, os grupos que se aninhavam na outra ala abriam a boca no mundo para denunciar as “espúrias alianças com o comunismo internacional ateu e dissolvente”. Quando era o PSD o beneficiário dos votos, ecoavam pelos quatro cantos as falaciosas referências à “conjura comuno-pessedista”. Noutras ocasiões, se as preferências do PCB se concentravam na margem oposta, invertia-se a direção dos vitupérios e, já aí, o que estava à vista era o perigo da aliança “udeno-comunista” com todo o seu caudal de malefícios à “civilização cristã ocidental”.⁷⁴

Ainda segundo Cavalcanti, o fato é que,

fazendo parte de uma sociedade mesclada de tendências ideológicas das mais variadas nuanças, agrupamentos econômicos e sociais representando interesses de classe às vezes contraditórios, dentro de um esquema político-partidário incaracterístico, sem nitidez filosófica quanto a seus rumos e propósitos, os comunistas não tinham por onde apegar-se ferreamente a rígidos conceitos de comportamento político, vendo-se forçados a se movimentar ao sabor das circunstâncias, quase sempre olhando, numa linha de horizonte nebulosa, o que melhor pudesse consultar aos interesses imediatos do povo, em determinada conjuntura. A inautenticidade das agremiações políticas, os vaivéns das andanças dos chefes e caudilhos, as repentinas alterações no panorama das disputas eleitorais, tudo isso levava o PCB a dar tratos à bola a fim de situar-se dentro de uma realidade muitas

⁷³ BEZERRA, Gregório. *Op. Cit.*, p. 385.

⁷⁴ CAVALCANTI, Paulo. *Op. Cit.*, pp. 137-138.

vezes imperscrutável à visão dos que se postavam de sentinela aos dogmas da coerência, frustrando-se nos seus rasgos de pureza ideológica.⁷⁵

Na verdade, como afirma Antônio Lavareda, o que estava em questão, longe de ser a incorporação do eleitorado comunista, desejado por todos, eram os termos do acordo que a procederia e essencialmente o caráter público que o PCB desejava dar a ele. Quando optaram pelo lançamento de um candidato próprio, os comunistas denunciaram que o partido “recusou-se terminantemente a fazer cambalachos”, pelo que o povo teria um candidato que “surge em consequência de não haverem sido levados a bom termo os entendimentos com as principais candidaturas já existentes devido ao anticomunismo que predomina nas forças em que elas se apoiam”.⁷⁶ A força política do Partido Comunista em Pernambuco determinava o nível e a firmeza de suas reivindicações nas relações com possíveis aliados. As palavras de Luís Carlos Prestes nesse sentido não deixam dúvidas:

A situação do Partido em Pernambuco é diferente da Bahia. Em Pernambuco, o PCB é forte e pode decidir o pleito e assim tinha o direito de exigir uma aliança e ter compensações. O PCB estava disposto a fazer essa aliança em Pernambuco com o PSD muito embora esse Partido tivesse um passado muito triste em Pernambuco.⁷⁷

A postura nacional do PCB foi condicionada à estratégia dos partidos majoritários. Em Minas Gerais, os comunistas apoiavam Milton Campos, candidato da UDN e do PR, em troca de pouco mais que o compromisso de defesa de sua legalidade. O mesmo ocorrendo com Moura Carvalho, lançado pelo PSD no estado do Pará, ou Otávio Mangabeira patrocinado pela UDN na Bahia. Em São Paulo, o apoio a Ademar de Barros incluía, além da adoção de um programa mínimo comum, a composição de uma chapa mista à Câmara Federal nas eleições suplementares unindo o PSP e o PCB. O resultado dessa composição foi à eleição de Diógenes Arruda e Pedro Pomar.

Entretanto, em Pernambuco não houve acordo político com nenhuma das forças conservadoras e o PCB pernambucano correu os páreos eleitorais sozinho, apresentando listas de candidatos a governador do Estado, senador, deputado federal e deputado

⁷⁵ CAVALCANTI, Paulo. *Op. Cit.*, pp.137-138.

⁷⁶ LAVAREDA, Antônio. *Op. Cit.*, p.76.

⁷⁷ Prestes Fala Das Alianças. **Folha do Povo**, 14 /01/1947, p.7 (APEJE).

estadual. Com o lançamento do nome do ex-prefeito do Recife Pelópidas Silveira, que recebe também a indicação da Esquerda Democrática, já desligada da UDN e concorrendo nas proporcionais com legenda própria, os comunistas iniciam uma campanha mais uma vez marcada pela falta de tempo, além da falta de recursos financeiros necessários para aprofundar a propaganda no estado, especialmente no agreste e sertão. Paulo Cavalcanti lembra que nenhum compromisso houve com o socialista Pelópidas, a não ser a confiança na sua dignidade pessoal e na sua capacidade de trabalho, aliadas a uma reconhecida tendência antifascista. Os poucos recursos da campanha ao governo do estado vieram do bolso de pequenos e médios comerciantes, de profissionais liberais, de setores da classe média e dos operários do Grande Recife. Em seu programa de governo, o candidato das esquerdas defendia reformas de base, o combate ao latifúndio, estímulos à economia regional dentro de um enfoque nacionalista, a implantação de um aparelho administrativo democrático, o estímulo à cultura e a promoção de políticas públicas de assistência à saúde dos mais carentes. No tocante aos direitos e garantias individuais, o programa de governo das esquerdas enfatizava o respeito às liberdades fundamentais da pessoa humana, assunto principal da campanha concentrando-se na condenação à violência.⁷⁸

A campanha de Pelópidas ao governo do estado de Pernambuco foi marcada por grande entusiasmo, especialmente no Grande Recife. Em pouco tempo de propaganda, atraiu, sobretudo, os segmentos urbanos da população entre os quais os operários, a mocidade e os intelectuais. Todavia, no Agreste e Sertão as dificuldades foram enormes em virtude das dificuldades orçamentárias do Partido e do forte domínio dos coronéis. Pelópidas Silveira, não sendo membro do PCB, representa a alma da “frente democrática” que preside a tática nacional dos comunistas naquela conjuntura. Seu perfil político e as forças que o apoiam marcam o caráter popular dessa frente. A opção por seu nome leva em conta o grande prestígio popular que passa a desfrutar na capital após exercer por seis meses o mandato de prefeito. Ao assumir a Prefeitura do Recife pela primeira vez, Pelópidas imprimiu um estilo diferente à sua administração. Os gabinetes da Prefeitura foram fechados e o prefeito à frente de seus funcionários ganharia as ruas para ouvir o povo, discutir seus problemas e conhecer suas reivindicações. Reduzindo e tentando eliminar as distâncias que sempre separaram Governo e Povo, Pelópidas mostrou-se sensível aos problemas sociais desde o início combatendo a especulação dos

⁷⁸ CAVALCANTI, Paulo. *Op. Cit.*, p. 139.

gêneros alimentícios e criando feiras livres, assim, tornava-se aos olhos da população um bom e eficiente administrador.⁷⁹ Com medidas desse tipo, bastante avançadas para o período, como observou Dulce Pandolfi,⁸⁰ logo ele ganhou a admiração do povo que nunca vira um Prefeito e seus auxiliares diretos nos mercados e feiras dos arrabaldes, mal raiava o dia, conferindo a regularidade do peso e apreendendo balanças “viciadas”, multando comerciantes desonestos e inutilizando gêneros inapropriados para o consumo.

Com relação ao pleito estadual a escolha dos nomes dos candidatos nos parece clara e lógica. A candidatura de Barbosa Lima Sobrinho, responsável pelo Estatuto da Lavoura Canavieira e ex-presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, não apenas é ditada por sua condição de ex-integrante da burocracia do Estado Novo. O PSD buscava com Barbosa Lima cultivar a memória política dos grupos intermediários da zona da mata, capitalizando sua ligação com o Estatuto que representa uma aliança desses setores com o regime de 1937, neutralizando, dessa forma, o já esperado insucesso nas urnas do Grande Recife e assim assegurar a vitória no agreste e sertão. A candidatura de Neto Campelo aparece como um trunfo nas mãos da Coligação. Seu nome sela a unidade da burguesia açucareira, prometendo a supremacia nas urnas da zona da mata. Ao mesmo tempo, sua condição de ex-dirigente do PSD, ao lado de Novais Filho, abre as portas do agreste e sertão para a investida da Coligação, que passa a explorar as contendidas dos coronéis da área com o comando pessedista no estado.

Os resultados do pleito eleitoral de 19 de janeiro de 1947, conforme mostram as tabelas de números 5 e 6, não surpreendem. A disputa maior, como era previsto, envolveu o PSD e a UDN, únicos partidos estruturados em todo o Estado. Os números eleitorais deram a vitória aos candidatos do PSD ao governo do Estado, Barbosa Lima Sobrinho, à terceira senatoria, Apolônio Jorge Sales, e aos suplentes dos senadores eleitos em 1945. Segundo dados estatísticos do TSE, no conjunto da federação, o PSD atinge o governo estadual em dez unidades, coligados a outros partidos ou concorrendo isoladamente. Para a Assembleia Legislativa, com 55 vagas, o PSD elegeu 23 representantes, a “Coligação UDN-PDC e PL”, 18; o PCB, 9; o PR, 3; o PRP e o PTB, 1 representante cada.

Embora derrotado na soma total das diversas regiões de Pernambuco, Pelópidas Silveira venceu nos municípios do Grande Recife por maioria absoluta, obtendo 56,7%

⁷⁹GUSMÃO FILHO, Jaime (org.). *Op. Cit.*, p. 117.

⁸⁰ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Ed. Massangana, 1984, p. 119.

dos votos, contra 15,6% dados a Barbosa Lima Sobrinho, 27,4% a Neto Campello Júnior e apenas 0,3% a Eurico de Souza Leão.

TABELA 5 – Eleição para o governo do Estado de PE: resultados por candidato e distribuição espacial do voto

Candidatos	Números absolutos Total	Grande Recife	Zona da Mata	Agreste/Sertão
Barbosa Lima (PSD)	91.985 (37,81%)	15,6%	35,8%	52,4%
Neto Campello (COLIGAÇÃO)	91.410 (37,58%)	27,4%	42,9%	42,4%
Pelópidas Silveira (PCB-ED)	58.155 (24%)	56,7%	21,2%	4,1%
Eurico de Souza Leão (PR)	1.685 (0,7%)	0,3%	0,1%	1,1%

Fonte: Mapas e atas do TRE/PE.

TABELA 6 – Assembleia Legislativa: votação dos partidos, 19/janeiro/1947

Partidos	Percentual	Número de cadeiras
PSD	34,4	23
UDN-PDC-PL	33,3	18
PCB	18,2	9
PR	6,1	3
PRP	2,5	1
PTB	2,3	1
PRD	1,7	-
ED	1,2	-
PSP	0,3	-
TOTAL	100	55

Fonte: Mapas e atas do TRE/PE.

2.3 A proscrição do PCB e o “entrismo”.

A proscrição do Partido Comunista do Brasil surpreendeu militantes, simpatizantes e democratas. A exclusão do Partido da cena legal brasileira foi o desfecho de um processo repressivo que havia sido iniciado ainda no ano de 1946. Induzida por rearranjos na ordem internacional, sua determinação central residiu na dinâmica das relações entre os grupos sociais internos.

Em 23 de março de 1946 foram apresentadas duas denúncias ao Tribunal Superior Eleitoral pedindo a cassação do registro do PCB. Uma delas veio acompanhada de numerosos documentos constituídos, sobretudo, de publicações de jornais e de entrevistas e discursos, pretendendo provar que o PCB era uma organização internacional, orientada pelo comunismo marxista-leninista e que, em caso de guerra com a Rússia, os comunistas ficariam contra o Brasil, porque era um partido estrangeiro a serviço da Rússia. Esta acusação baseava-se em uma entrevista do secretário geral do Ministério da Guerra e na interpretação tendenciosa de uma fala do senador Luís Carlos Prestes no Senado. A outra denúncia afirmava que, logo depois de registrado, o partido passou a exercer ação nefasta provocando luta de classes, fomentando greves, procurando criar ambiente de confusão e desordem.

A Doutrina Truman⁸¹ fez retroagir no Brasil e em toda a América Latina, a abertura em relação à União Soviética e ao socialismo que os acordos de Teerã e da Conferência de São Francisco haviam propiciado em quase todo o Ocidente.⁸² Assim, reiterava-se o exacerbado anticomunismo da cúpula da hierarquia militar e criavam-se, com a perspectiva de eliminação do PCB do plano institucional, condições para as frações burguesas diluírem o matiz classista da cena política reduzindo os riscos da mobilização popular. Antônio Lavareda afirma que em pouco mais de um ano de existência legal, os espaços ocupados pelo PCB, particularmente em nível eleitoral, parlamentar e sindical, exigiam do grupo dominante medida cautelar. Tratava-se de manter os quadros da “democracia de participação extensa” inaugurada em 1945, a incorporação política das camadas trabalhadoras urbanas, de resto, irreparável sem grande comoção econômica, redefinindo, todavia, seu vetor institucional representativo, a fim de diminuir a margem de risco quanto a eventuais desdobramentos autonomistas da classe subalterna.⁸³

Os resultados eleitorais das eleições de dezembro de 1945 e janeiro de 1947 destacam a importância do PCB especialmente nos centros urbanos. Em São Paulo, foram eleitos onze deputados estaduais comunistas e dois federais, além de que o apoio do partido foi

⁸¹ A Doutrina Truman foi o nome pelo qual ficou conhecida a política externa adotada pelo governo do presidente dos EUA Harry S. Truman, em relação aos países do bloco capitalista. A adoção desta política visava conter a expansão do socialismo nos países não pertencentes à zona sob influência da União Soviética. Esta mesma, teve o início formal quando em 12 de março de 1947, o presidente Truman pronunciou um discurso em que assumiu o compromisso de defender o mundo capitalista contra o comunismo.

⁸² BASBAUM, Leôncio. *Op. Cit.*, p. 181.

⁸³ LAVAREDA, Antônio. *Op. Cit.*, p.94.

de fundamental importância para a eleição de Ademar de Barros. No Rio de Janeiro, os comunistas formavam a maior bancada da Câmara Municipal com dezoito vereadores eleitos. Em Pernambuco, com nove membros na Assembleia Legislativa, o partido passa a ser a força política decisiva nas pendências entre o PSD e a UDN. Em vários estados elegem-se governadores com o apoio do eleitorado comunista.⁸⁴

Em fins de 1946, o Partido Comunista do Brasil contava com 180 mil militantes em sua organização. A Conferência Estadual em Pernambuco indicava contar o Estado com uma das mais fortes bases partidárias de todo o País. Nos idos de 1947, o setor de divulgação do partido, além de alguns semanários, contava com oito jornais diários publicados nas principais capitais do País, sendo a Folha do Povo o órgão sediado em Recife. Além do mais, duas editoras dedicavam-se à impressão de pequenas obras e clássicos do marxismo, além de significativo material de propaganda sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).⁸⁵

Como havia sido dito anteriormente, o cancelamento do registro eleitoral do PCB não acontece de forma inesperada. Desde a anistia que as forças conservadoras acompanhavam minuciosamente as atividades de organização e divulgação dos comunistas. A participação do PCB no movimento “queremista” ao apostar na possibilidade de Vargas vir a convocar uma Constituinte, o principal objetivo do Partido naquele momento, torna as perseguições e agressões aos comunistas ainda mais firmes. Assim, nas articulações “antiqueremistas”, o PCB era, depois de Getúlio, o principal alvo.⁸⁶ Após a deposição de Vargas foram invadidos muitos comitês comunistas e presos muitos de seus militantes. Durante todo o processo eleitoral de 1945 até a divulgação dos resultados, em nenhum momento cessaram as hostilidades contra os comunistas. Em vários municípios de Pernambuco, como Catende, Pesqueira, Belo Jardim, Paulista, entre outros, a campanha de 1945, como se repetiria em 1947, foi marcada de ameaças, agressões e violência contra os militantes comunistas.⁸⁷

⁸⁴ Minas Gerais, São Paulo e Bahia são os principais deles. Nas eleições de janeiro de 1947, o PCB elege em todo o Brasil, incluindo a Câmara Municipal do Distrito Federal, 64 candidatos de acordo com a seguinte distribuição: Distrito Federal, 18; São Paulo, 11; Pernambuco, 9; Rio de Janeiro, 6; Alagoas, 3; Bahia, 3; Rio Grande do Sul, 3; Mato Grosso, 2; Ceará, 2; Espírito Santo, 1; Goiás, 1; Minas Gerais, 1; Paraná, 1; Pará, 1; Paraíba, 1; Sergipe, 1. **Folha do Povo**, 11/04/1947, p. 9 (APEJE).

⁸⁵ BASBAUM, Leôncio. Op. Cit., p. 181.

⁸⁶ “Conjura comuno-queremista” era a expressão utilizada com frequência pelos brigadeiristas para designar a relação entre Vargas e os comunistas. **Diário de Pernambuco**, 06/10/1945 (APEJE).

⁸⁷ Mais uma vez as violências contra os representantes do povo. **Folha do Povo**, 26/01/1947, p. 7 (APEJE).

As denúncias feitas pelo advogado Himalaia Virgulino e o deputado trabalhista Barreto Pinto contra o PCB foram examinadas pelo procurador-geral Temístocles Cavalcanti. Seu parecer acentua que o cancelamento do registro eleitoral do PCB exige fundamentos seguros e a comprovação que o partido desvirtua as suas finalidades ou conduz à deformação do sistema democrático. Assim, a denúncia devia apresentar um começo de prova que se enquadrasse, objetivamente, nos itens respectivos do regime do Tribunal. Lembra que o cancelamento do registro de um partido é dos atos mais graves que o Tribunal pode praticar. Destaca que o bitolamento dos partidos e das atividades intelectuais pode conduzir ao totalitarismo. Conclui que a denúncia não lhe parece bem fundamentada, não se justificando, portanto, a abertura de sindicância. Pede o arquivamento das denúncias apresentadas. O pedido de arquivamento foi indeferido por três votos contra dois. Julgando-se impedido para continuar funcionando no caso, o Dr. Temístocles Cavalcanti passou-o para o desembargador Alceu Barbedo.

Em maio de 1946 começam as sindicâncias. Investigam-se as atividades dos comunistas na imprensa, nos sindicatos, nas manifestações de rua e nas greves. Tenta-se apurar o teor de um telegrama de Prestes a Stálin. O TRE do Distrito Federal, responsável pelas investigações, remeteu ao TSE seus resultados em setembro, com a observação de que as greves recentes não podiam ser todas atribuídas ao PCB. Estranhava, porém, a existência de dois estatutos partidários. Os comunistas alegavam que um dos estatutos não estava em vigor, sendo apenas um projeto de reforma do primeiro. O Ministério da Justiça toma a iniciativa de enviar documentação ao TSE para embasar a acusação de duplicidade de estatutos, e de que o PCB se regia por um estatuto clandestino. O procurador Alceu Barbedo acolheu a nova denúncia e em fevereiro de 1947 dá seu parecer, opinando que a inconstitucionalidade dos partidos extremistas atinge o PCB. Destaca que o símbolo do PCB, a foice e o martelo, representa a divisa do movimento comunista internacional e que o fato de a autoridade máxima do PCB ser secretário-geral pressupõe autoridade superior, logicamente estrangeira. O PCB defendia-se alegando não haver duplicidade de seus estatutos, afirmando seus princípios democráticos e sua origem nacional.⁸⁸

⁸⁸ SILVA, Hélio. **História da República Brasileira: fim da ditadura Vargas 1946-1950**. São Paulo: Editora Três, 1998, pp. 93-94.

Entre os meses de fevereiro a maio de 1947, a imprensa comunista dedica espaços na primeira página para registrar as opiniões contrárias ao “parecer Barbedo”. Em Pernambuco, todos os Comitês Municipais do PCB e células enviaram ao TSE e a Presidência da República telegramas em protesto contra o parecer. Professores da Faculdade de Direito do Recife, deputados pessedistas, inclusive Etelvino Lins, coligacionistas, do PR, do PDC, de todos os partidos, manifestam-se em Pernambuco contrários ao fechamento do PCB. A aparente unanimidade dava ao PCB a certeza de que não vingaria a cassação. O editorial da Folha do Povo intitulado “Guerra de nervos e nada mais”, de 10 de abril de 1947, situava o problema nos seguintes termos:

Não há condições para o fechamento do PCB. A correlação de forças tanto no domínio internacional como no nacional, favorece a democracia. Fracassam em suas investidas os industriais da guerra a soldo do imperialismo ianque em todos os países da mesma forma como fracassaram e foram derrotados os reacionários e fascistas depois de 19/01 em nossa Pátria.

Em outro momento, a Folha do Povo destacava em seu editorial o nível de consciência política do povo:

É interessante recordar que o nosso povo já possui uma elevada consciência política e soube substituir em vários estados interventores fascistas e reacionários por homens democráticos [...] Se a vontade do povo é esta, como poderiam prevalecer os desejos de uma cáfila de vendidos de Wall Street? Portanto, trata-se de uma guerra de nervos e nada mais.⁸⁹

O TSE reuniu-se em 12 de abril para ouvir o voto do relator do processo, o Ministro Sá Filho, e uma multidão compareceu ao tribunal para acompanhar o resultado da sessão. O voto foi contrário ao parecer. Entendia o ministro que “a pluralidade dos partidos, ainda quando antidemocráticos, caracteriza os sistemas democráticos modernos”, afora, segundo ele, “não ficar provado que o PCB no seu programa ou ação seja contrário ao regime democrático”.⁹⁰ Procrastinava-se para os comunistas a crença na sobrevivência legal de sua organização, baseada na concepção de que sua programática de respeito à ordem instituída para consolidar a democracia, de desestímulo às greves

⁸⁹Guerra de nervos e nada mais. **Folha do Povo**, 10 /04 /1947, p.13(APEJE).

⁹⁰**Folha do Povo**, 13/03/1947, p.13(APEJE).

visando evitar pretextos para retrocessos ditatoriais, de “união nacional”, em suma, era suficiente para resguardar sua confiabilidade aos olhos dos grupos dominantes.

Passados quatro dias da sessão em que o ministro Sá Filho pronunciara seu voto em favor dos comunistas, o presidente Eurico Dutra assina decreto suspendendo por seis meses e impondo a dissolução imediata da União da Juventude Comunista. Posteriormente, ocorre a proibição de todos os comícios programados para o 1º de maio, a assinatura do decreto de fechamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil e, na mesma data, o TSE decide por maioria de seus membros cancelar o registro eleitoral do PCB.

A ilegalidade imposta ao PCB não afastou os comunistas da estratégia de chegar ao poder pela via eleitoral. As expressivas votações nos pleitos eleitorais de 1945 e 1947 mostravam aos comunistas “muito bem como é possível chegar ao poder através do voto”.⁹¹ O fatídico 7 de maio de 1947 não poderia impedir os esforços do PCB com vistas às eleições de outubro, uma vez que, desde março que o Pleno Ampliado do Comitê Estadual de Pernambuco vinha elaborando os programas mínimos para as eleições municipais.⁹² Logo após a sentença do TSE, o PCB requereu como sociedade civil, *habeas-corpus* para garantir o livre acesso de seus líderes às sedes do partido, o que lhe foi negado. Na indefinição acerca do pedido de *habeas-corpus* junto ao STF, o PCB empreende a primeira alternativa que lhe possibilitaria participar das eleições de outubro, criar outro partido de massas com o mesmo programa conjuntural do PCB. Em junho, Luís Carlos Prestes declarava: “Faremos outro Partido com qualquer nome para lutar pela democracia”.⁹³

Pedro Pomar explicitava o que pareciam já ser as opções fixadas pelo Comitê Nacional do PCB:

O PCB permanecerá na legalidade como sociedade civil. Urge um novo Partido para não ficar na inatividade política que a Ditadura quer lhe impor. Até que o STF se pronuncie, é preciso que o povo tenha outro Partido. A primeira ideia de nome é União Popular Constitucionalista com Prestes

⁹¹ Informe do dirigente comunista Pedro Pomar. **Folha do Povo**, 27/ 02/1947, p. 5(APEJE).

⁹²**Folha do Povo**, 12/03/1947(APEJE).

⁹³**Folha do Povo**, 08/06/1947 (APEJE).

como Presidente [...]. Caso não dê tempo, os comunistas participarão das eleições através de legendas de partidos democráticos já registrados.⁹⁴

A Folha do Povo em sua primeira página do dia 12 de junho convoca seus leitores e militantes a assinar as listas de eleitores do Partido Popular Progressista (PPP). Dias após, instalava-se no auditório da Associação Brasileira de Imprensa o diretório do Distrito Federal do PPP e em agosto, os comunistas promoveram no Grande Recife vários comícios do novo partido que contava como membros iniciais de seu diretório nacional com o ex-senador Abel Chermont, o Major e herói da FEB Henrique Oest e Aparício Torelli, o Barão de Itararé. O Diretório Estadual de Pernambuco era composto por Pelópidas Silveira, Paulo Cavalcanti e Carlos Duarte. Em dezessete de julho de 1947 a Folha do Povo estampava em sua página principal o programa do PPP: “Em defesa das liberdades democráticas e populares e pela revolução democrático-burguesa, agrária e anti-imperialista”.⁹⁵

O Partido Popular Progressista era definido pelos comunistas como um partido de massas capaz de mobilizar o povo na luta pela democracia. Incitava à transformação agrária dos latifúndios improdutivos, defendia a nacionalização dos bancos, das companhias de seguros, frigoríficos, moinhos de trigo, empresas de energia elétrica, de transportes e meios de comunicação. Refletindo a linha política do PCB, o PPP sintetizava: “[...] há dois inimigos fundamentais do Brasil e do povo brasileiro: o monopólio da terra e o imperialismo”.⁹⁶

Em pouco tempo, o PPP realizou comícios e organizou diretórios em todo o estado. Em suas declarações públicas, a temática principal era a da estruturação de uma frente popular ampla contra o fascismo, o imperialismo e a guerra. Em fins de setembro, o TRE nega em função de pedido da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, o direito de o PPP realizar sua propaganda eleitoral. Embora como sociedade civil legalmente registrada, o novo partido dependia de seu registro no TSE, que adiava as vésperas do pleito eleitoral sua decisão. Diante da impossibilidade do registro do PPP e dentro da estratégia eleitoral do PCB, restava o “entrismo” como última alternativa. Conforme visto anteriormente, o “entrismo” foi a tática política dos trotskistas para

⁹⁴Folha do Povo, 24/06/1947 (APEJE).

⁹⁵Folha do Povo, 17/07/1947 (APEJE).

⁹⁶Folha do Povo, 09/07/1947 (APEJE).

continuarem atuando política e ideologicamente logo depois dos expurgos políticos da Era Stálin. Os trotskistas infiltravam-se em partidos políticos com o objetivo de cooptar novos adeptos para o trotskismo. No Brasil, a solução para a manutenção dos intentos políticos dos comunistas era a de filiar os seus principais nomes em outras siglas partidárias e dessa forma, continuar lutando politicamente.

No mês de agosto, Luís Carlos Prestes apresenta ao senado proposta para a formação de uma Comissão Interpartidária aberta a todas as organizações, para estabelecer as bases de um acordo que tivesse como linhas mestras a defesa da democracia e um programa econômico de salvação nacional.⁹⁷ No mês seguinte, Prestes esclarece a tática do “entrismo” em relação à eleição municipal:

Participaremos ativamente das eleições municipais. Naqueles em que formos mais fortes poderemos indicar o candidato a Prefeito e registrar seu nome e o de nossos candidatos a vereador na legenda que melhores condições nos oferecerem. Noutros em que nossas forças forem menores, devemos sempre que possível apoiar o candidato a Prefeito que contar com maior apoio popular e negociar esse apoio para conseguir o registro de nossos candidatos a vereador. As condições variaram de município a município, mas devemos estar prontos para entrar em entendimentos com todos sem sectarismo ou ideia preconcebida. Do sucesso das próximas eleições, vai depender em grande parte a consolidação da democracia no país e a destruição necessária da base política das velhas oligarquias locais e regionais [...]. Conseguir essa vitória popular é uma das maneiras práticas de lutar pela legalidade de nosso partido.⁹⁸

O PPP desaparece tão rápido quanto nascera. Os acordos realizados em Pernambuco pelo PCB seguiam a diretriz nacional e realizavam-se em várias direções. Para as eleições complementares visando o preenchimento de dez novas vagas introduzidas na Assembleia pela Constituição Estadual,⁹⁹ valeu a aliança com o PSD. As alianças com os pessedistas foram “costuradas” desde os tempos da redemocratização conforme frisado anteriormente, garantindo ao PSD o capital político dos comunistas e possibilitando aos pessedistas a maioria na Assembleia e a presidência da mesma. Assim, Nelson Higino da Luz Monteiro, Paulo Cavalcanti e Cassimiro Pereira da Silva foram os “candidatos populares” lançados pelo PCB e inscritos à deputação na legenda pessedista. Nos

⁹⁷**Folha do Povo**, 07/08/1947 (APEJE).

⁹⁸**Folha do Povo**, 05/09/1947 (APEJE).

⁹⁹ O parágrafo único do artigo 7º da Constituição Estadual alterou o número de deputados para 65.

municípios, é sobre “programas mínimos”, que tinham um primeiro ponto em comum – a defesa intransigente da Constituição Federal e Estadual –, que se contingencia o apoio do PCB aos diversos partidos. O programa mínimo para a constituinte dos candidatos comunistas à Assembleia, firmado em 30 de outubro de 1946, tinha os seguintes pontos principais:

- Soberania da Assembleia Constituinte;
- Autonomia municipal, inclusive para a capital;
- Extinção da polícia política;
- Mandatos de dois anos para deputados e quatro para governador;
- Abolição das relações feudais no campo com a extinção do “barracão”, do “cambão” e “condição”, das “contas” e tarefas de “meia”;
- Medidas de estímulo à policultura;
- Medidas de estímulos à indústria com isenção de impostos;
- Defesa do mercado interno.¹⁰⁰

Em outubro, a Folha do Povo anunciava que o PCB apoiaria candidatos a prefeito sob a legenda do PSP em onze municípios; do PSD, em dez, da UDN, em seis; do PRD, em três; do PTB e PR, em dois e do PDC, em um município.¹⁰¹ No Recife e no Grande Recife, os comunistas, dada a importância de seu contingente eleitoral, conquistam para o partido condições de barganhar o ingresso de seus candidatos em outras legendas. Entretanto, à exceção de partidos sem nenhuma base eleitoral, como o PSP que registra 14 “candidatos populares” à Câmara do Recife, os demais partidos impõem restrições à presença dos “candidatos populares” em suas listas. Nos municípios de Olinda, Cabo e São Lourenço, onde o PCB sempre foi vitorioso não lhe é dado o direito de disputar as eleições municipais e até mesmo em Jaboatão, onde o PSD cede a inscrição para o “candidato popular”, os pessedistas cercam-se de precaução ao exigirem a cadeira de vice-prefeito. Interessava aos partidos os votos dos comunistas que os deixariam em posição privilegiada no que diz respeito às sobras eleitorais nas majoritárias e proporcionais, todavia, era importante resguardar o controle partidário que estaria desequilibrado caso os comunistas eleitos em outras legendas fossem em maior número.

¹⁰⁰Em defesa do programa mínimo. **Folha do Povo**, 17/07/1947, p. 11 (APEJE).

¹⁰¹**Folha do Povo**, 07/10/1947 (APEJE).

Até o PSB, de maior afinidade ideológica, nutria essa preocupação e por sua pequena dimensão negaria sistematicamente a possibilidade de “entrismo” em suas listas.¹⁰²

A maior resistência aos acordos eleitorais do PCB partia da “Coligação”, que mirava, sobretudo, a chapa de candidatos do PSD à Assembleia ou às Câmaras Municipais do Grande Recife. O Diário da Manhã, periódico jornalístico da Coligação e dirigido pelo dissidente pessedista Costa Porto radicalizava a campanha contra os acordos entre comunistas e pessedistas:

Já é uma redundância dizer-se pessedista e comunista como se tratasse de dois seres ou de duas coisas diferentes. A esta altura dos fatos, pessedistas da ala Magalhães e comunistas da agência Prestes são ambos um só e único sujeito. Não há este ou aquele, há apenas comunistas a serviço de Moscou, inclusive o nosso discursador de cemitérios, o Sr. Etelvino Foice e Marteli Lins.¹⁰³

Em 10 de outubro de 1947 é aprovado projeto de Lei que cancela as eleições para prefeito da capital pernambucana. Ampliava-se o parágrafo 2.º do artigo 28 da Constituição Federal que dispunha que seriam nomeados os prefeitos dos municípios considerados bases e projetos de excepcional importância segundo parecer do Conselho de Segurança Nacional.¹⁰⁴ Meses antes, a direção do PCB havia decidido pela candidatura de Gregório Bezerra ao posto de prefeito, John Kirchofer Cabral, vice, e Vicente Barbosa, subprefeito. Segundo Gregório Bezerra, os primeiros comícios realizados nos bairros do Recife mostravam o contentamento e entusiasmo das “massas recifenses” pela candidatura de Bezerra. O otimismo dos comitês estadual e central e de todos os amigos e simpatizantes era contagiante. Nas palavras de Gregório,

O povo congratulava-se com a iniciativa do partido. Acredito, sem a menor vaidade, mas cheio de emoção e gratidão, que jamais candidato algum foi tão bem aceito pelas massas em Recife. Desgraçadamente, corria a toque de caixa, na Câmara Federal, um projeto de lei cassando a autonomia de Recife, de São Paulo, de Santos e do Distrito Federal, bem como dos municípios

¹⁰² Sobre o PSB, conforme depoimento de Pelópidas Silveira ao núcleo de História Política Regional do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro. 23/01/1985.

¹⁰³ A agência prestes à serviço do Sr. Agamenon. **DIÁRIO da MANHÃ**, 14/09/1947, p.15 (APEJE).

¹⁰⁴ As cidades bases eram: Manaus, Belém, Natal, Recife, Salvador, Niterói, Angra dos Reis, São Paulo, Santos, Guarulhos, Florianópolis, São Francisco, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Gravataí, Canoas e Corumbá. **DIÁRIO DE PERNAMBUCO**, 23/10/1947 (APEJE).

mais importantes, onde o Partido Comunista desfrutava de grande prestígio. Foi um golpe pérfido contra o partido e o nosso povo. Cassaram o direito das populações mais esclarecidas e mais capacitadas politicamente a eleger seus prefeitos. E por uma só razão: sabiam que os candidatos do PCB seriam vitoriosos nessas cidades (e foram realmente majoritários na votação para vereadores em Recife, em São Paulo, Santos, Santo André, Distrito Federal etc.). O governo, a burguesia reacionária e o imperialismo ianque viviam em pânico, como medo do povo e da ação dinâmica do partido.¹⁰⁵

Para Gregório Bezerra, a lei que cassou a autonomia dos municípios mais importantes “causou um justo ódio nas massas populares” levando muitos eleitores a rasgarem seus títulos eleitorais. Em Recife, foi preciso que o Comitê Estadual mobilizasse todo o partido para explicar pacientemente ao eleitorado dos bairros, morros e alagados, que não deviam destruir os títulos eleitorais, mas sim votar nos candidatos do partido. Para os comunistas, a maior resposta que se poderia dar ao governo Dutra era a eleição da maioria absoluta dos vereadores comunistas, o que forçaria o prefeito nomeado pelo governo a administrar a coisa pública de acordo com os interesses do povo.¹⁰⁶

Em nota divulgada na Folha do Povo com o título, “Traição ao povo do Recife”, em nome de Davi Capistrano e Gregório Bezerra do dia 23 de outubro de 1947, anunciava-se a cassação da autonomia da capital pernambucana:

Foi aprovada a lei que coloca Recife na categoria de base militar. Perde assim o povo da cidade mais culta do Estado o direito de eleger livremente o seu prefeito. Não haverá eleição para prefeito do Recife. Os deputados e senadores federais da UDN e do PSD traíram os seus eleitores unindo-se para votar contra autonomia do Recife. Somente os parlamentares comunistas tendo à frente o grande líder do proletariado Luiz Carlos Prestes lutaram até o fim na defesa da autonomia municipal. O povo do Recife responderá a essa manobra reacionária que mutila a democracia em nossa Pátria e no glorioso Estado de Pernambuco votando em massa no dia 26 de outubro nos candidatos apresentados por Prestes e apoiados pelos comunistas.¹⁰⁷

A eleição de outubro de 1947, por seus resultados, demonstra ter surtido efeito para os grupos dominantes a exclusão do PCB. O enfraquecimento do partido, agravado com a suspensão de eleições para prefeito em alguns municípios, a exemplo do Recife onde era

¹⁰⁵ BEZERRA, Gregório. *Op. Cit.*, pp. 387-388.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 388.

¹⁰⁷ Traição ao povo do Recife. **Folha do Povo**, 23/10/1947, p. 4(APEJE).

certa sua vitória, traduziu-se na diluição de sua força eleitoral. Ao mesmo tempo, anulava-se a viabilidade em longo prazo, como um todo, do sistema partidário implantado dois anos antes.

2.4 As eleições de outubro de 1947 e a vitória dos comunistas progressistas para a Câmara Municipal do Recife

A exclusão do PCB e as dificuldades impostas aos comunistas no plano institucional permiti-nos observar importantes mudanças no jogo político. O número de membros e simpatizantes decresceu acentuadamente, embora o partido conservasse forte influência nos meios sindicais e intelectuais. Deve-se notar que o PCB pode manter legalmente seus jornais e publicações de massas, apesar de sujeitos a periódicas investidas da polícia e a fechamentos temporários e isso foi canalizado como importante instrumento de divulgação das ações políticas do PCB, assim como, de todo o processo de arregimentação dos seus eleitores e simpatizantes. Antes de nos aprofundar na campanha municipal do Recife, vale destacar de forma breve o resultado geral do pleito de 26 de outubro de 1947 à Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Os resultados oficiais deram ao PSD, na Assembleia Legislativa, quatro cadeiras acrescidas de mais duas pelo mecanismo de sobras e à Coligação da UDN-PDC-PL, as quatro restantes. Pelo exposto, o PSD foi o vitorioso oficial nas eleições. Todavia, uma vez computados em separado os sufrágios destinados aos três candidatos comunistas inscritos na legenda do PSD, altera-se o significado da distribuição dos votos e a Coligação surge vitoriosa. Com relação a votação comunista, que mostrara uma ligeira evolução registrada em janeiro de 1947, observa-se um declínio acelerado de 6,3 pontos. Em outubro, a concentração dos sufrágios eleva-se como consequência da diminuição dos competidores, além do escasso poder de arregimentação do PTB, incapaz de atrair o espólio das legendas não concorrentes. Em referência ao desenvolvimento eleitoral das três forças políticas mais expressivas no conjunto do estado ao final das três primeiras eleições, temos: o PSD repetindo praticamente em outubro de 1947 o índice inicial; a UDN, coligada com o PDC e PL, apresentando o único resultado positivo em 1,3% e o PCB, que sem legenda própria, começa a vivenciar um processo agudo de evasão provocado por abstenções, votos nulos e brancos ou ainda por realinhamento ideológico de segmentos da sua clientela original.

Nas cidades onde ocorreram eleições para prefeito, o PCB elege seus “candidatos populares” apenas à Prefeitura de Jaboatão e duas subprefeituras, Jaboatão e Paulista, entre doze que são disputadas, todos inscritos na legenda do PSD. A desmobilização do eleitorado fica evidente pelos números do TRE que no Recife, além da cassação do registro do Partido Comunista e do anúncio definitivo da não realização da eleição para o cargo de prefeito da capital. O índice de abstenção chegou perto de 45%, registrando-se o maior número de votos brancos e nulos já assinalados (Tabela 7).

TABELA 7 – Número de votantes nas eleições proporcionais no Recife 1945/1947		
Ano/Eleições	Votantes	Nulos/Branco
1945 (Câmara Federal)	67.211	2.719
1947 (Janeiro/Assembleia Legislativa)	60.730	1.026
1947 (Outubro/Assembleia Legislativa)	48.824	5.207
Fonte: Mapas e atas eleitorais do TRE/PE.		

No Grande Recife, os comunistas inscritos nas legendas do PSP, PSD e PTB elegem treze vereadores em um total de cinquenta e três vagas. Para Antônio Lavareda, resultados inexpressivos no conjunto levando-se em conta que, em quatro dos seis municípios enfocados, Olinda, Jaboatão, São Lourenço e Cabo, os comunistas foram vitoriosos em todos os pleitos, proporcionais e majoritários, até então disputados, ficando nos dois municípios restantes, Paulista e Moreno, em segundo lugar por estreita margem de votos (Tabela 8).¹⁰⁸

¹⁰⁸ LAVAREDA, Antônio. *Op. Cit.*, p.113.

TABELA 8 – Vereadores eleitos por município do Grande Recife em outubro de 1947

Partidos	Olinda	Paulista	Moreno	Cabo	Jaboatão	São Lourenço
PSD		5	6		6 (4)	6
PTB	3(3)	2				
PRD		1			3	
PSP		1 (1)	2 (2)	1 (1)		2 (2)
PR				3		
PL			1			
PRP	1					
UDN	5			5		
TOTAL	9	9	9	9	9	8

Fonte: Mapas e atas eleitorais do TRE/PE.

Entre parênteses figura o número de “candidatos populares” do PCB eleitos na legenda referida.

Para a Câmara Municipal do Recife, os comunistas elegem a maior bancada com doze vereadores, todos inscritos no PSP (Tabela 9).

TABELA 9 – Eleição para a Câmara Municipal do Recife em outubro de 1947

Partidos	Percentuais	Número de cadeiras
PSP	28,8 (25,8)	12
PSD	20,9	5
UDN	19,4	4
PL	11,3	2
PDC	9,0	2
PRD	3,7	-
PTB	3,4	-
PSB	3,2	-

Fonte: Mapas e atas do TRE/PE e registro de partidos.

Entre parêntesis figura o percentual dos “candidatos populares” do PCB inscritos pelo PSP.

QUADRO 2 - Relação dos vereadores eleitos para a Câmara Municipal do Recife em outubro de 1947

Partido Social Progressista (PSP)

Carlos José Duarte - 2056 votos
 Júlia Santiago da Conceição – 1163 votos
 Ramiro Justino da Silva – 1003 votos
 Demócrito Ramos da Silveira – 929 votos
 Pedro Renaux Duarte – 790 votos
 Antonio Marques da Silva – 749 votos
 José Coutinho de Lira – 742 votos
 Otávio José do Nascimento – 720 votos
 José Albino Ferreira de Miranda – 703 votos
 Heitor Manoel Pereira – 693 votos
 Claudino Lourenço de Albuquerque – 685 votos
 Aginaldo de Barros Correia - 668 votos

Partido Social Democrático (PSD)

Antonio Maury Fernandes – 1027 votos
 Arnaldo de Carvalho Paes de Andrade – 958 votos
 Sergio de Godói e Vasconcelos – 838 votos
 Henrique Valença da Mota – 815 votos
 Rivaldo Alain Ferreira Teixeira – 729 votos

Partido União Democrática Nacional (UDN)

Luiz Ramos Leal – 1129 votos
 Ranilson de Sá Barreto – 866 votos
 Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley – 669 votos
 Edgar Galvão Raposo – 628 votos

Partido Libertador (PL)

José Gomes de Moura – 1164 votos
 Romildo José Ferreira Gomes – 613 votos

Partido Democrata Cristão (PDC)

Artur Barreto Coutinho – 1163 votos
 Antonio Luiz da Silva – 656 votos

Ao analisar os prontuários dos vereadores mencionados em meu trabalho, observei que as histórias de vida desses homens refletem suas trajetórias de lutas políticas no meio sindical ou em suas particularidades cotidianas. Todos eles eram filiados ao PCB e cada um, à sua maneira, contribuiu para a construção e execução dos projetos políticos do comunismo no Brasil. Procuro reconstituir, na medida do possível, um pouco das histórias desses homens que acreditaram ser possível, por meio do parlamento, lutar por melhorias sociais e ao mesmo tempo, alcançar o poder por meio da democracia.

À exceção dos vereadores Carlos José Duarte e Heitor Manuel Pereira, advogado e estudante universitário, respectivamente, todos os demais vereadores eram pessoas de condições sociais e graus de instrução simples e primária. Nas análises realizadas a partir das leituras dos prontuários do DOPS desses vereadores, contata-se que muitos deles iniciaram suas trajetórias de lutas na Aliança Nacional Libertadora e que foram ativos no movimento insurrecional que ocorreu em Recife em novembro de 1935 ou tiveram uma bagagem significativa de luta trabalhista.

Há vários pontos em comuns que unem esses homens ao mesmo contexto histórico. O primeiro deles diz respeito às suas profissões. Como indicam os prontuários da DOPS de Pernambuco, foram em sua maioria operários. Entre eles estão Claudino Lourenço de Albuquerque, Antônio Marques da Silva, José Coutinho de Lira e Júlia Santiago da Conceição. Os demais exerciam profissões comuns e vinculadas as massas como, por exemplo, Otavio José do Nascimento, gari, Demócrito Ramos Silveira e Ramiro Justino da Silva, transviários, e Pedro Renaux Duarte, carteiro.

Como dito anteriormente, o PCB buscou desenvolver uma rápida ocupação de espaços no movimento sindical que lhe servisse de instrumento político, credenciando-o como força de peso no interior do mundo político nacional. Para um partido que, na maior parte de sua história, apostou na importância da atuação legal e da abertura de espaços democráticos, voltar ao jogo democrático com participação legal e aberta passou a ser quase uma obsessão.¹⁰⁹ Portanto, o avanço da militância comunista nos sindicatos encontra-se ligado à sua necessidade de instalar-se em postos-chaves da estrutura sindical e, a partir daí, fortalecer sua posição frente às massas e ao conjunto do sistema político.

O prontuário de Ramiro Justino da Silva, nº 10075, do acervo do DOPS de Pernambuco, nos informa e confirma a estratégia de inserção política por meio da atuação sindical. O referido prontuário é descrito como tendo “atividade celular” na União Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco (USTEP) onde foi Secretário Geral. Eleito vereador com 1.003 votos pelo Partido Social Progressista, destacou-se pela organização de inúmeros atos de arregimentação e organização do PCB em Pernambuco, tomando parte em importantes greves como a dos transviários, em 1948, e nos movimentos para baixar os preços das passagens de ônibus. Exerceu as atividades de Delegado Sindical, Secretário Geral da USTEP, delegado de Pernambuco no 1º Congresso Sindical em

¹⁰⁹SANTANA, Marco Aurélio. *Op. Cit.*, p.28.

Budapeste e Secretário Sindical do Comitê Municipal do Recife. Abaixo, temos duas importantes imagens de Ramiro Justino que confirmam a sua atuação sindical quando da realização de atividade organizativa na USTEP (Fig. 08) e na outra imagem temos um panfleto de divulgação da sua candidatura à vereança do Recife (Fig. 01).



Fig. 01 – Ramiro Justino, de paletó branco e com um livro na mão, em reunião na USTEP.
Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário individual de Ramiro Justino da Silva de nº 10075.



Fig. 02 – Panfleto de divulgação das candidaturas populares de 1947.
Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário individual de Ramiro Justino da Silva de nº 10075.

Outro fato que me chamou bastante atenção foi a descoberta de uma interessante carteira de bom comportamento do que seria o perfil ideal do “bom marido” comunista (Fig. 03) e um pequeno panfleto de orientação de como deveria se portar um comunista (Fig. 04). Essas são imagens que podem ser conectadas às diretrizes do PCB, que preconizava aos filiados a manutenção de uma boa conduta. A vocação de ser um comunista associava-se a uma espécie de sacerdócio onde cada membro afiliado ao partido deveria zelar pelos bons costumes, pela honra e pela vida austera. Como afirma Dulce Pandolfi,

além do despojamento do mundo material e do espírito de sacrifício, o comunista tem de ser antes de tudo um bravo. Deve cultuar o estoicismo e ter uma capacidade de resistir ao sofrimento”.E nesse processo de construção de uma nova identidade, pressupõe-se “um rompimento formal com toda a ética do passado, a aquisição de uma nova consciência, de uma nova tábua de valores e a renúncia a amizades inúteis à causa.¹¹⁰

Portanto, ao aderir ao PC, o homem deveria abandonar o álcool, a vadiagem, o tempo inútil e os mafuás.

¹¹⁰PANDOLFI, Dulce. *Op. Cit.*, pp. 37-38.



Fig. 03 – A “carteira do bom marido”. Acervo particular de Carlos José Duarte cedido a FUNDAJ.

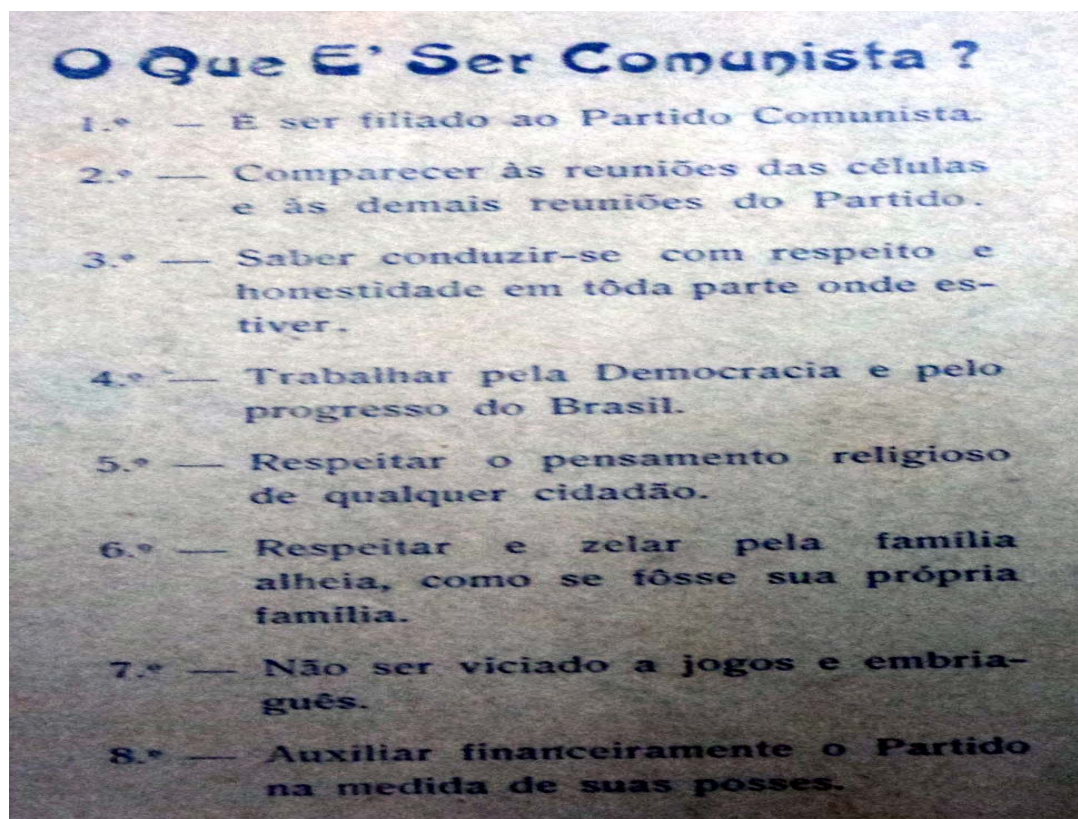


Fig. 04 – “O que é ser um comunista?”.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário de individual Pedro Renaux Duarte de nº 30552.

É possível que todo esse cuidado com a imagem e o comportamento ideal de um comunista fez parte do jogo político que o PCB executou nos poucos períodos de legalidade constitucional. Era preciso mostrar que o comunismo não era diabólico e anárquico. Era preciso convencer a sociedade de que o homem comunista era fiel aos valores da família e dos bons costumes. Era necessário desconstruir as matrizes do anticomunismo do senso comum e todo o seu imaginário. Para Rodrigo Patto Sá Motta, as matrizes do imaginário anticomunista são três: o catolicismo, que com o crescimento eleitoral do PCB, após 1945, vai causar grande ansiedade nas lideranças católicas que passam a temer a participação dos seus fiéis no partido comunista; o nacionalismo, que no Brasil associa-se a ideia de que os comunistas são estrangeiros perigosos a serviço de Moscou e, por fim, o liberalismo, que temia o autoritarismo político e a supressão da propriedade privada.¹¹¹

Uma questão bastante pertinente a ser observada em relação a esses homens diz respeito às suas funções dentro do partido. Ainda que seja fonte tendenciosa, os prontuários do DOPS fornecem valiosas informações das suas atuações profissionais, desempenho e graus de importância no mesmo, histórico de prisões e perfis sociais.

A historiadora Marcília Gama da Silva, em sua importante obra **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**, afirma que nesses fragmentos de documentos pertencentes aos prontuários individuais, observa-se no histórico desses homens a notificação e o registro dos antecedentes do chamado “epigrafado”. Para ela, esse procedimento é antes de tudo um tipo de informação produzida pela polícia, cujo assentamento é utilizado no intuito de enquadrar o envolvido no crime político. Ainda segundo Marcília, “em todos os relatórios da Delegacia Auxiliar contidos nos prontuários funcionais da Delegacia que vai de 1932 até 1968, a maioria faz referência ao partido comunista, o que reforça a tese do comunismo como alvo principal da repressão”.¹¹²

Ao cruzar essas informações com o contexto pesquisado, percebo claramente que esses indivíduos tinham empregos bem definidos em relação ao partido e objetivos bem claros no que diz respeito a conquista dos espaços políticos. Assim, encontramos

¹¹¹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, pp. 23-39.

¹¹²SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014, pp. 62-64.

vereadores como Júlia Santiago da Silva, descrita em seu prontuário como uma das mais importantes lideranças operárias de Pernambuco e arregimentadora de milhares de operários para o PCB; Otávio José do Nascimento, descrito como sendo filiado a “célula comunista Henrique Dias” e de grande importância na propaganda e divulgação do partido no bairro da Mustardinha e regiões vizinhas; Heitor Manoel Pereira, filiado a “célula dos universitários” e que gozava de grande prestígio e projeção entre os comunistas, tendo executado diversas tarefas de importância; Claudino Lourenço de Albuquerque, o marinheirinho, filiado a “célula de Areias”, descrito em seu prontuário como agitador e subversivo, tendo atuado em diversos incidentes em 1936 quando da “distribuições de boletins, dizeres alusivos ao credo vermelho em muros e paredes”; José Albino Ferreira de Miranda, comerciante, filiado a “célula da Boa Vista”, descrito como grande colaborador do jornal Folha do Povo; Antônio Marques da Silva, preso pela primeira vez por motivo de “ordem pública”, sempre fiel a linha do Partido Comunista e que “tornou-se perigoso agitador e organizador, fazendo-se membro de diversas organizações de classe e, principalmente, atuando em diversas células comunistas”; José Coutinho de Lira, soldador, cuja primeira prisão se deu sob acusação de ser “estafeta” do Comitê Regional do PCB em Pernambuco; Pedro Renaux Correia, carteiro, filiado a “célula da Boa Vista”, o qual em seu prontuário consta a informação que o mesmo era “um elemento exaltado, registrado no PCB e frequentador assíduo dos comícios e reuniões promovidos pelo partido”. Ademais, Renaux “dentro e fora da repartição faz ampla propaganda do credo vermelho procurando doutrinar os colegas de serviço”. Finalmente, Demócrito Ramos Silveira, ferroviário, “elemento bastante conhecido da polícia, como de grande projeção e confiança do partido desde a sua fundação e tomando parte como membro no movimento de 1935”. Ainda em seu prontuário temos a informação de que “desde 1945 vem desenvolvendo grande atividade em prol do Partido, existindo em sua residência a “célula comunista Guararapes”, onde exerce o cargo de encarregado de finanças”.¹¹³ Esses homens, vereadores eleitos para a Câmara do Recife, eram extremamente valiosos no que diz respeito à conquista dos espaços políticos.

A perseguição política que esses vereadores sofreram na Câmara Municipal do Recife e que culmina no processo de cassação dos seus mandatos em 15 de junho de 1950 é o resultado de todo um longo processo de vigilância e repressão sobre eles. Quando Wandenkolk Wanderley e os demais vereadores anticomunistas da Câmara recifense

¹¹³ Prontuários diversos. **SSP/DOPS/APEJE**.

decretam a anulação dos mandatos populares, encerra-se um breve, mais intenso período de conquista do poder pelas classes populares. Sem dúvidas, uma rica experiência da história pernambucana, afinal, aquela foi a primeira vez em que grupos sociais de condição humilde estiveram presentes no parlamento do Recife.

Em relação às campanhas realizadas pelos comunistas à vereança do Recife, constata-se que elas foram arquitetadas pelas principais lideranças do Partido, entre as quais, o eterno “Cavaleiro da Esperança” Luiz Carlos Prestes, que recomendava sistematicamente a votação nos “candidatos populares” sob a legenda do PSP (Figura 05), Gregório Bezerra, personagem de grande prestígio popular em todo Recife, e pelos Comitês Pró Candidaturas Populares instalados nos diversos bairros da capital pernambucana (Figura 06). Nos dias que antecederam as eleições de 26 de outubro de 1947 foram distribuídas nas portas das fábricas, nas ruas e nos bairros do Recife as cartas de recomendação do “companheiro Prestes” aos “seus amigos do Recife”.

O povo desse município vai escolher nas eleições que se realizaram no domingo, dia 26 de outubro próximo, as pessoas que devem representá-lo na assembleia local, que será a Câmara de vereadores do município. Nessa Câmara serão discutidos todos os problemas municipais e será decidida também a maneira de empregar o dinheiro do povo, que é a renda dos impostos, inclusive a parte paga pelo governo federal dos dez por cento do imposto da renda, conforme o novo preceito constitucional conseguido pelos comunistas na Assembleia Constituinte. Para o povo é de grande importância que na Câmara Municipal estejam seus verdadeiros representantes, pessoas honestas e corajosas, modestas e trabalhadoras, que sejam capazes de defender os interesses do povo e de tudo fazer pelo progresso do município. Como brasileiro e patriota, acompanho com o maior interesse a sorte desse município, e é por isso que venho lhe pedir o seu voto, os das pessoas de sua família e de sua amizade, para os seguintes candidatos, que são os meus candidatos porque estou certo que saberão defender honestamente e corajosamente os interesses do povo na Câmara Municipal: Agualdo de Barros Correia – Pedro Renoux – Otávio José do Nascimento – Cândida Maranhão Otero – Carlos José Duarte – Heitor Manuel Pereira – Júlia da Conceição Santiago – Andronico de Barros – Claudino Lourenço de Albuquerque – Democrito Ramos da Silveira – José Albino de Miranda – José Coutinho Lira – Ramiro Justino da Silva e Antônio Marques da Silva.

E recomendo também:

Para SUB-PREFEITO: Vicente Barbosa da Silva

PARA DEPUTADOS: Nelson Monteiro – Paulo Cavalcanti e Cassimiro Pereira.

Vote, pois, nesses candidatos, porque a vitória deles será mais uma vitória do povo, do progresso e da democracia em nossa pátria.

Muito obrigado e um abraço de

LUIZ CARLOS PRESTES

Rio, 20/X/47.

VOTE CERTO!
Prestes Recomenda

TODOS SOB A LEGENDA DO **P. S. P.**
 Para Prefeito - GREGORIO BEZERRA
 Vice-Prefeito - JONH KIRCHOFER CABRAL
 Sub-Prefeito - VICENTE BARBOSA

PARA VEREADORES

Aguinaldo Corrêa	—	Ramiro Justino
Claudino Lourenço	—	Julia Santiago
Heitor Pereira	—	José Coutinho Lira
Candida Maranhão	—	Democrito Silveira
Olavio Nascimento	—	José Albino
Pedro Renauz	—	Carlos Duarte
Antonio Marques	—	Andronico Barros
Aurino Batista	—	Claudio Tavares

Deputados Estaduais **P. S. D.**
 NELSON MONTEIRO
 CASSIMIRO PEREIRA
 PAULO CAVALCANTI

PRESTES ANITA LIGIA
 Lembrança dos Comitês PRÓ-CANDIDATURA POPULARES

Fig. 05 – Prestes recomenda os candidatos comunistas sob a legenda do PSP.
 Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário individual de Pedro Renauz de nº 10119.

AO POVO DE AFOGADOS

No dia 26 de Outubro o povo vai eleger os seus Vereadores, Sub-Prefeitos, Vice-Prefeitos e Prefeitos.

Nestas eleições, o povo vai eleger homens de sua confiança, capazes de lutarem contra os exploradores do povo.

O operário **ANTONIO MARQUES DA SILVA**, velho lutador em defesa da classe operaria e do povo é candidato a Vereador para a Camara Municipal do Recife.

A Comissão Pró-Candidatura de **ANTONIO MARQUES DA SILVA**, pede aos habitantes de Afogados, Vila S. Miguel, Mangueira, Mustardinha e Remedio, que apoie o seu candidato, que na Camara lutará pelos seguintes beneficios para o Povo.

Defesa das Constituições: Federal e Estadual.
 Chafariz, banheiro público e lavanderias.
 Aterro dos alagados, Escolas, Açougues, Postos de distribuição de leite para as crianças (lactários).
 Um Posto Médico; e assistência dentária.
 Transporte e iluminação, e três telefones: um para S. Miguel, um para Mangueira e outro para Mustardinha.
 Pela distribuição de terras aos camponeses e contra o aumento dos alugueis de chão.

Votem em Antonio Marques da Silva

Pela vitória do povo Antonio Marques da Silva é recomendado pelo grande defensor do povo - Luiz Carlos Prestes.

A Comissão Pró-Candidatura de Antonio Marques da Silva.

Antonio Marques da Silva

Tip. São José - R. Sta. Teresa 115

Fig. 06 – Panfleto de divulgação da candidatura de Antônio Marques da Silva ao povo do bairro de Afogados.
 Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário individual de Antônio Marques da Silva de nº 8872.

As propostas dos comunistas para o município do Recife eram articuladas pelos “Comitês Pró Candidaturas Populares” tomando por base os Programas Mínimos para os diversos municípios em que o PCB concorreu às eleições. O Programa Mínimo para o município do Recife possui dezessete propostas sendo consideradas como as linhas centrais do que seria a luta dos candidatos do povo na Câmara do Recife. Assim era apresentado o Programa Mínimo para o Recife: “Os candidatos do povo, colocando-se acima dos interesses pessoais e de grupos, comprometem-se perante o povo defender os pontos constantes destes programas, os quais consubstanciam de fato as mais sentidas reivindicações da população do Recife”.

Os principais pontos defendidos pelo Programa Mínimo para o Recife eram de forte apelo social e evidenciam as demandas de uma cidade marcada por fortes contradições sociais e em crescimento acelerado. Há no programa dos comunistas evidente apelo a questões fundamentais da plataforma comunista no Brasil, como por exemplo, a defesa intransigente das Constituições Federal e Estadual, da Reforma Agrária, da habitação popular, do ensino público, dos transportes públicos e suas respectivas melhorias e o combate ao analfabetismo. Entre os principais pontos do Programa Mínimo podemos destacar:

- Aplicação intransigente das Constituições Federal e Estadual;
- Combate ao câmbio negro e aos açambarcadores;
- Entrega gratuita ou arrendamento a preço módico das terras devolutas nas seguintes propriedades: Brejo, Passarinho, terras da firma Mendes Lima em Iputinga, Engenhos do Meio, São Paulo, Poeta e Uchoa, a quem as cultivar, assegurando aos camponeses e horticultores assistência técnica e empréstimos sem juros;
- Desapropriação dos terrenos situados na zona suburbana, que são utilizados na exploração de arrendamento de chãos de casa, a fim de serem loteados e vendidos a longo prazo;
- Criação de feiras livres nos diversos bairros, com isenção de impostos, inclusive para as feiras já existentes. Diminuição dos impostos para o pequeno comércio e isenção para os vendedores ambulantes dos gêneros de primeira necessidade;
- Incentivo para o desenvolvimento da pequena indústria;
- Execução imediata dos planos já existentes: calçamento, abastecimento d’água e rede de esgoto para os diversos bairros, e pavimentação das principais ruas que ligam um bairro a outro;
- Revisão da Pernambuco Autoviária Ltda. e liberdade para a exploração dos transportes coletivos mediante contrato com a municipalidade, assim como,

a manutenção do serviço de bondes, que pela encampação da Pernambuco *Tramways*, quer obrigando-a a cumprir o contrato;

- Redução dos preços das passagens dos transportes coletivos;
- Criação de serviços de Pronto Socorro nos bairros;
- Criação de Parques infantis;
- Combate intensivo ao analfabetismo com a criação de novas escolas primárias e técnico profissionais com ensino gratuito, assim como, a criação de escolas de alfabetização nas fábricas que tenham um número superior a 100 operários, com as despesas custeadas pelas empresas;
- Reajuste dos vencimentos dos servidores e funcionários municipais que lhes possibilite existência condigna.

Os embates políticos e ideológicos que foram travados na Câmara Municipal do Recife entre os vereadores progressistas e os grupos políticos que ensejaram pela cassação dos mandatos dos vereadores comunistas, especialmente, a luta travada com Wandenkolck Wanderley, principal articulador da cassação dos mandatos populares, será trabalhado no capítulo final de minha dissertação. Nesse último capítulo, reconstituirei uma pequena biografia dos vereadores “comunistas progressistas”, sua luta pelo cumprimento dos pontos políticos do Programa Mínimo do Recife e a defesa dos mandatos populares.

3 O EXPURGO DOS VEREADORES COMUNISTAS DA CÂMARA DO RECIFE

3.1 Ações e embates

Às quinze horas do dia 15 de dezembro de 1947, sob a presidência do Dr. Pedro Cabral de Vasconcelos, juiz eleitoral da 1ª zona do Recife, foi instalada a Câmara Municipal do Recife. Nela, 25 vereadores eleitos em outubro do mesmo ano foram empossados. Segundo o *Jornal do Commercio* do dia 16 de dezembro, o ato teve caráter solene e contou com a presença dos senhores Luiz Cabral de Melo, representando o governador do Estado de Pernambuco, Antônio Pereira, prefeito da cidade do Recife, Edson Moury Fernandes, presidente da Assembleia Legislativa, os comandantes Paulo Caldas Pires e Zenha de Figueiredo, vários deputados e uma enorme massa de assistentes que se espremiavam nas galerias da apertada sala do edifício “Alfredo Fernandes”. Após rápido discurso de saudação aos vereadores e autoridades presentes, o presidente daquela seção convocou os vereadores a prestar compromisso de honra, no qual exaltou os deveres dos legisladores municipais para que fossem votadas leis em favor da coletividade. Em seguida procedeu-se o juramento regimental dos vereadores eleitos.¹¹⁴

A partir da leitura e análise dos principais jornais do Recife e do vasto acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS), tive acesso aos materiais que me subsidiaram na elaboração desse terceiro e último capítulo de minha dissertação. Nesse capítulo, eixo central da minha pesquisa, busco reconstituir as atuações e embates dos vereadores comunistas eleitos pelo PSP em 26 de outubro de 1947 na Câmara recifense, assim como, sua luta pela manutenção de seus mandatos em meio às pressões políticas que sofreram dos grupos anticomunistas. No final do capítulo, trouxe um pouco da história de alguns desses personagens e conectei seu passado de lutas com sua atuação na Câmara e os confrontos que antecederam a cassação.

Os jornais do Recife noticiaram de forma distinta a instalação da Câmara Municipal do Recife. A *Folha do Povo* estampava em sua manchete principal que a instalação da Câmara dos vereadores do Recife representava a “vitória do povo”. Sem dúvidas, a posse dos doze vereadores comunistas significava um marco histórico para o Partido Comunista do Brasil. Naquela edição do dia 16 de dezembro de 1947, o periódico comunista já informa o que seriam os maiores desafios dos comunistas na Câmara: a luta

¹¹⁴ Instalada, ontem, solenemente, a Câmara dos vereadores do Recife. **Jornal do Commercio**, 16/12/1947 (APEJE).

pela manutenção de seus mandatos, a defesa intransigente dos direitos constitucionais e a defesa dos interesses do povo. A fala do vereador comunista Carlos Duarte, o mais votado naquele pleito eleitoral, traduz o pensamento e a ação dos comunistas na Câmara do Recife:

Falar em ordem constitucional no Brasil, quando o que enxergamos por aí afora é o povo sem direito de reunião em praça pública? Os espancamentos policiais e as prisões ilegais se sucedendo noite e dia? O direito de greve peremptoriamente negado e até combatido a pata de cavalo? A liberdade de organização sindical e profissional afrontosamente violada com a dissolução arbitrária da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, das Uniões Sindicais e das Associações Camponesas e Populares e com a intervenção indébita do Ministério do Trabalho na vida dos sindicatos operários?¹¹⁵

Em outro momento do discurso, Carlos Duarte refere-se à questão da tentativa de cassação dos mandatos comunistas, no que a *Folha do Povo* afirma que a palavra do vereador foi ovacionada pelos presentes, “seremos mais do que suicidas, seremos meros e caricatos perjuros, se contra esse monstruoso estado de coisas, não erguermos bem alto e vigoroso o nosso protesto”.¹¹⁶

Em outra fase da sessão de abertura da Câmara, o vereador comunista Aguinaldo Correia, líder da bancada do PSP, traçou os rumos das atividades de sua bancada que é a “de aceitar a cooperação de todos os demais partidos para a solução dos problemas comuns do nosso povo”. Ele também enfatiza os problemas do governo Dutra, que “liderado por um pequeno, mas perigoso grupo fascista [...], executa fielmente o plano de aniquilamento da nossa indústria e de liquidação das liberdades democráticas, para facilitar a tarefa de colonização da nossa Pátria, que tanto ambiciona o imperialismo americano”.¹¹⁷ Ainda em seu pronunciamento, Aguinaldo Correia fala das grandes dificuldades do povo pernambucano e responsabiliza o governador de Pernambuco, Otávio Correia, pelo “desinteresse com que olha esses problemas e a sua capitulação ao grupo fascista do Catete, manifestada pela nomeação do Sr. Alarico Bezerra¹¹⁸ para a

¹¹⁵ A vitória do povo. **Folha do Povo**, 16/12/1947 (APEJE).

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Alarico Bezerra Cavalcanti foi secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco na vigência do governo do presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, Otávio Correia de Araújo, de primeiro de julho de 1947 a 14 de fevereiro de 1948. Durante o período em que esteve à frente da Secretaria de

secretaria da Segurança Pública”. Conclui o seu pronunciamento ressaltando a firme posição de sua bancada de “estender a mão a todos aqueles que desejem dar um passo em defesa da legalidade democrática e constitucional, de lutar contra a ditadura e pelo restabelecimento do clima de liberdades necessários à solução dos graves problemas que aflige todo o país”.¹¹⁹

O Diário de Pernambuco revela o quanto foi agitada a primeira sessão da Câmara do Recife. Em sua primeira página, o jornal evidencia: “bastante agitada a sessão”, “violentos apartes e contra-apartes”. De fato, na leitura dos principais periódicos da época vislumbra-se tal situação de conflito político. Após a palavra do vereador Carlos Duarte, tomou a palavra o vereador Edgar Galvão Raposo da UDN. Em seu pronunciamento, atacou os comunistas taxando-os de “pregadores da desordem e inculcadores de falsas ideias no seio da massa”.¹²⁰ Wandenkolk Wanderley, principal líder da oposição aos comunistas na Câmara, fez um incisivo discurso anticomunista por “acreditar no bom Deus”, discurso que elevou os ânimos na casa do legislativo municipal, que ficaram ainda mais exaltados quando o vereador comunista Ramiro Justino perguntou a Wanderley se quando ele falava em Deus ele não se lembrava que assassinara covardemente o “bravo” gazeteiro José Lourenço Bezerra.¹²¹

Nas leituras e análises dos principais jornais do período percebem-se nitidamente posturais editoriais distintas no que diz respeito aos embates políticos e ideológicos travados na Câmara Municipal do Recife. O Diário de Pernambuco e o Jornal Pequeno lançam vários artigos alarmando a sociedade pernambucana em relação ao perigo comunista, assim como, em vários momentos há a defesa intransigente da política de aproximação do Brasil com os Estados Unidos. A Folha da Manhã demonstra certa indefinição quanto à questão da cassação dos mandatos comunistas transparecendo em vários momentos ser favorável ao andamento legal dos processos políticos. A Folha do Povo associava a luta pelos mandatos à defesa da Constituição, da legalidade e da própria sobrevivência da democracia, buscando transmitir aos seus leitores a imagem de um

Segurança Pública ocorreram diversos incidentes como espancamentos e prisões arbitrárias envolvendo a polícia do Estado e os comunistas, fatos amplamente divulgados pela imprensa pernambucana e os próprios comunistas pernambucanos.

¹¹⁹ A vitória do povo. **Folha do Povo**, 16/12/1947 (APEJE).

¹²⁰ Bastante agitada a sessão na Câmara dos vereadores do Recife. **Diário de Pernambuco**, 16/12/1947 (APEJE).

¹²¹ Idem.

partido democrático. Como canal de divulgação do PCB, oferecia espaço para que as massas se manifestassem a respeito não só dos problemas políticos enfrentados por seus representantes, mas também sobre as inúmeras dificuldades cotidianas como as questões de abastecimento, transporte, custo de vida, entre outros. Se para a Folha do Povo a cassação dos mandatos dos comunistas significa retrocesso em plena marcha democrática, para os jornais anticomunistas, a Folha do Povo instigava o conflito e a anarquia, o que reforçava a tese de que o PCB era um partido extremista e antidemocrático em sua natureza.

As palavras proferidas por aqueles homens na Câmara municipal do Recife deixam evidentes as tensões políticas e sociais que o país viveu sob os auspícios do governo Dutra. Ao final do ano de 1947 já estavam bem claras as disputas políticas que os comunistas travavam com os seus opositores para manterem seus mandatos parlamentares, assim como, os seus projetos políticos.

Durante o período da legalidade, Luís Carlos Prestes considerava possível transformar a sociedade utilizando métodos estritamente legais e sem grandes rupturas. Para Dulce Pandolfi, em **Camaradas e Companheiros, história e memória do PCB**, a palavra de ordem entre os comunistas não era mais de revolução operário-camponesa, mas de uma revolução nacional-democrática ou revolução anti-feudal e antiimperialista. A tarefa do proletariado era, em aliança com a burguesia, destruir os restos do feudalismo, romper os laços com o imperialismo e instalar uma sociedade industrial e democrática. Pandolfi afirma que Prestes insistia na defesa de uma política de colaboração entre o capital e o trabalho.¹²² No início de 1946, Luís Carlos Prestes, em discurso proferido ao povo do Recife na Praça 13 de Maio confirma o pensamento de Dulce Pandolfi:

Lutar pela assiduidade no trabalho, pelo seu rendimento maior, é lutar pelo progresso nacional, é lutar por uma saída pacífica para a crise, é provar na prática que ao proletariado não interessa a desordem. É fazer um esforço prático no sentido de maior aproximação com o patrão, em busca da solução pacífica das contradições de classe inevitáveis na sociedade capitalista. É tentar harmonia entre operário e patrão nas relações capitalistas para melhor

¹²² PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**, história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 157.

lutar contra o atraso, a miséria e a ignorância em que vegeta o nosso povo. É melhor concentrar a luta contra o latifúndio e o imperialismo.¹²³

De fato, entre dos meses pós-anistia até os primeiros atos políticos de perseguição e retorno à repressão ao PCB, a postura dos comunistas é de tentar conciliar os interesses do Estado aos intentos do partido comunista. A linha política de luta contra o imperialismo, pela paz e em defesa das liberdades democráticas parece viabilizar o trabalho dos comunistas naquele momento. Moisés Vinhas, em seu livro de memórias **O Partidão, a luta por um partido de massas (1922-1974)** lembra que a mensagem dos comunistas pregava a democracia, a liberdade, à unidade dos operários na luta por suas reivindicações, a reforma agrária e a paz. Optando pela atuação na estrutura sindical existente, conseguem desenvolver intensa atividade política atraindo para o partido “as massas operárias recém-despertadas” para a vida política. Ao abrir suas portas para quem aceitasse o seu programa e acatasse a sua disciplina, o partido comunista enraíza-se profundamente na classe operária.¹²⁴ Vinhas afirma que nas eleições o PCB apresentava programas políticos locais, vinculados a cada região, além das bandeiras pragmáticas em nível nacional. Desenvolvendo intensa atividade cultural nos bairros e nas universidades existentes, criando ou participando da criação de inúmeros “Comitês Populares” e Centros Estudantis.¹²⁵

Contudo, a ascensão do movimento operário, o recrudescimento do regime e a campanha anticomunista em marcha já no governo de José Linhares selaram o destino do PCB na conjuntura. Para Marco Aurélio Santana, em **Homens Partidos, comunistas e sindicatos no Brasil**, foi nesse contexto que se acirraram as provocações dos mais reacionários. Espremidos, interna e externamente aos parlamentos, os comunistas ainda tinham de lidar como as forças de repressão. Nesse momento, não só o partido, como instituição, sofreu duros golpes com invasões de sedes e prisões de militantes, como também seus parlamentares foram seguidamente vítimas das ações policiais. O governo fechava o cerco sobre os comunistas. Não foram poucas as arbitrariedades cometidas: prisões de militantes, violações de imunidades parlamentares, invasões de sedes, cerceamento e banimento da participação dos comunistas no serviço público, proibições

¹²³ Idem.

¹²⁴ VINHAS, Moisés. **O Partidão**, A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 91.

¹²⁵ Idem.

de comícios e sucessivos “empastelamentos” da imprensa comunista são alguns dos fatos mais corriqueiros.¹²⁶

A primeira sessão ordinária da Câmara Municipal do Recife reuniu-se no dia 17 de dezembro de 1947 às 14 horas sob a presidência do vereador Demócrito Ramos Silveira.¹²⁷ Como assunto mais importante dessa sessão constou a apresentação de uma moção de repúdio ao Projeto Ivo de Aquino que previa a cassação dos mandatos comunistas. Subscrita pelos representantes do PSP e os vereadores Pais de Andrade, Sérgio Godoy e Antônio Moury Fernandes, ambos do PSD. A moção afirmava:

A Câmara Municipal do Recife, interpretando fielmente o pensamento do povo da capital pernambucana, apela para todos os representantes da Câmara Federal, no sentido de manifestar sua repulsa à tentativa de mutilação do regime democrático, rejeitando o projeto de cassação dos mandatos parlamentares comunistas, eleitos pelo voto consciente do povo brasileiro.¹²⁸

A bancada da coligação UDN-PL-PDC votou contra a moção por entender que não compete a Câmara Municipal tratar de assuntos da competência exclusiva da Câmara Federal, mesmo assim, a moção foi aprovada sob protestos da Coligação por 14 votos contra 10.

Durante os anos em que os vereadores comunistas estiveram na Câmara do Recife, houve uma luta intermitente não só pela defesa dos seus mandatos, mais também em favor dos principais pontos do programa mínimo elaborado para o município do Recife. Por meio de doações de simpatizantes, filiados e os próprios parlamentares comunistas (Fig. 07), a Folha do Povo imprimia diversos panfletos e mantinha o próprio jornal ativo na luta pela manutenção dos mandatos populares. Na maioria das vezes, os panfletos eram jogados nas ruas do Recife próximos aos locais de grande circulação de pessoas e nas portas das fábricas.

¹²⁶ SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos, comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p. 55.

¹²⁷ Moção aprovada contra o projeto Ivo de Aquino. **Jornal do Commercio**, 17/12/1947 (APEJE).

¹²⁸ **Jornal do Commercio**, 17/12/1947 (APEJE).



Fig. 07 – Doação de Heitor Manoel Pereira ao Partido Comunista do Brasil em favor da campanha pró-imprensa.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário individual de Heitor Manoel Pereira de nº 2050.

Em panfleto assinado pelo vereador Heitor Pereira (Fig.08) há uma convocatória ao povo do Recife e em especial aos operários da capital em favor dos mandatos comunistas e pelos direitos do povo:

São cada vês mais sérios os golpes desfechados pelo Governo contra o nosso povo. O orçamento do Estado é de fome e miséria: aumenta o imposto de vendas e consignações que recai sobre o povo; as verbas destinadas a educação e saúde são ridículas. De 6 em 6 horas morre um tuberculoso. A maioria das crianças morrem de fome e falta de assistência. Faltam hospitais, creches, escolas, água, luz, pontes – e as existentes estão caindo. A situação da massa trabalhadora é de miséria e fome, desemprego, trabalho excessivo, horas extraordinárias. O Governo aumenta quase diariamente o preço da carne, do arroz, da farinha, da banha, etc., e os salários são miseráveis, variando de 400 a 600 cruzeiros pôr mês – onde se gasta somente de transportes, uma média de 150 cruzeiros. O governo fecha os olhos ao monopólio da Autoviária, que cobra altas passagens e aniquila as pequenas empresas. A Lei nº41, elaborada pela Assembleia do Estado e regulamentada pela Câmara Municipal, foi arbitrariamente suspensa pelo judiciário em benefício da Autoviária e em prejuízo da população. Para arranjar um empréstimo dos banqueiros norte-americanos, o governo tenciona contratar a pavimentação das estradas do Estado sem abrir concorrência e entregar 8.000 hectares de terra aos espíões colonizadores da Missão Abbink,¹²⁹ enquanto os camponeses não têm terras para cultivar. Ao mesmo tempo,

¹²⁹ A Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, conhecida como Missão Abbink, tinha como atribuição diagnosticar os principais problemas da economia brasileira e, como especial recomendação, empregar recursos externos no setor petrolífero.

pretende endossar um empréstimo de 40 milhões a “Pernambuco Tramways” – companhia imperialista que sabota a produção da nossa indústria, não fornecendo energia, faltando luz nos bairros, e praticamente acabou com o serviço de bondes e quer entrega-lo ao Estado, depois de obter um aumento de 30 centavos por quilowatt – verdadeiro crime contra o povo.

O prefeito representa a intervenção descarada do Governo do Estado nos negócios municipais, desrespeitando a Câmara Municipal, não cumprindo as resoluções da mesma, e veta os projetos de que beneficiam o povo, como o da lei de transportes, a criação de vinte escolas, a encampação do Ginásio Pinto Júnior, o abono de natal ao funcionalismo etc. isto nos mostra a necessidade da luta pela autonomia municipal.

Para melhor trair o nosso povo e entregar as nossas riquezas aos Abbinks – cassaram o registro do PCB e cassaram os registros dos seus representantes, fecharam a CTB e as uniões sindicais, intervieram nos sindicatos, quebram e empastelam a imprensa popular, processam jornalistas, mantêm Gregório Bezerra preso ilegalmente há um ano e pretendem encarcerar o grande dirigente do povo brasileiro – Luís Carlos Prestes.

As manobras de cassação dos mandatos dos vereadores populares é a continuação dessa política de entrega da nossa Pátria ao imperialismo e esfomeamento crescente do nosso povo. A orientação do Governo é de reação policial, visando impedir pela violência as lutas reivindicatórias das massas, fazendo a política das classes dominantes, dos grandes industriais, dos altos comerciantes e contra os interesses da população.

RECIFENSES! – Barremos a reação redobrando a luta por aumento de salários, pelo repouso semanal remunerado, contra o pagamento do imposto sindical, contra a entrega das nossas terras e do nosso petróleo, por aumento de salários, contra a carestia de vida, contra o terror policial, nos organizando nos locais de trabalho e quando necessário – recorrer a greve, que é um direito dos trabalhadores.

Lutemos contra a cassação dos mandatos! – Tudo por aumento de salários, contra a carestia da vida e o terror policial! Pela liberdade de Gregório Bezerra! Pela autonomia municipal! Pela encampação da *Tramways* e da *Great Western*! Contra a entrega das nossas terras e do nosso petróleo! Expulsemos a missão Abbink! Pelo cumprimento da lei 171 que rebaixa o preço dos transportes! Tudo pela união de todos os patriotas numa frente antiimperialista, pela paz e o progresso do Brasil.

VEREADOR HEITOR PEREIRA, DA BANCADA POPULAR.¹³⁰

¹³⁰ Prontuário individual de Heitor Manuel Pereira de nº 2050. **SSP/DOPS/APEJE**.

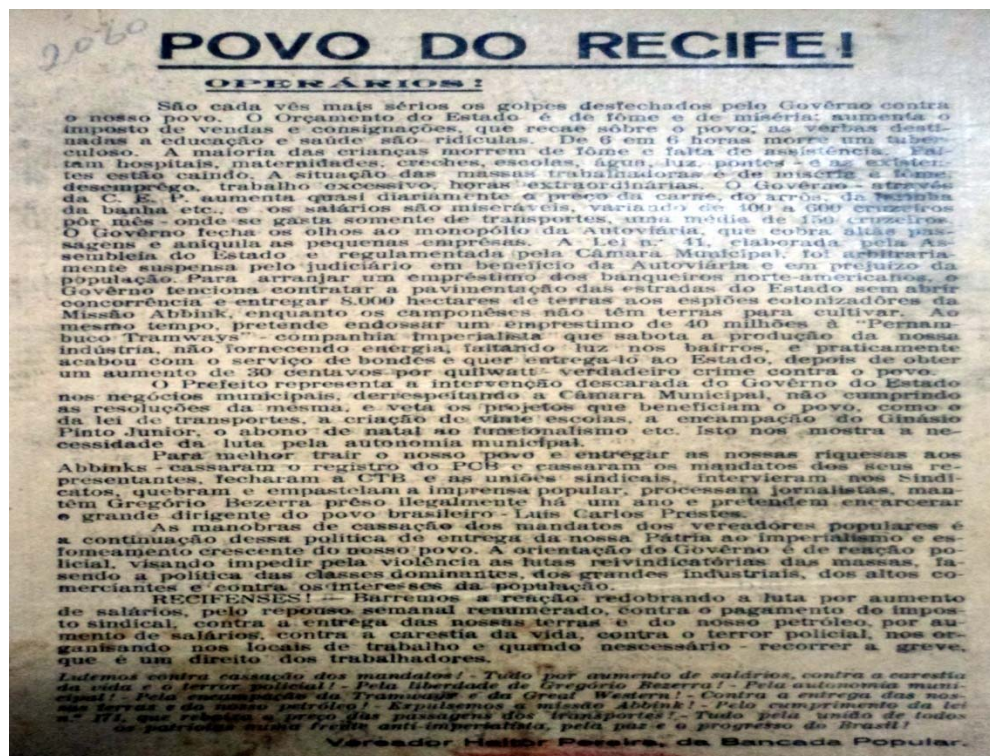


Fig. 08– “Carta ao povo Recife”.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário individual de Heitor Manuel Pereira de nº 2050.

A leitura deste documento nos revela as principais discussões e as linhas políticas traçadas pelos comunistas na Câmara do Recife, uma câmara de uma cidade em franca expansão. Virginia Pontual em sua obra **Uma cidade e dois prefeitos, narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950**, nos informa que o crescimento demográfico do Recife nas décadas de 1940-1950 foi de 50,6%, fato que contribui de forma contundente para o agravamento dos problemas sociais da capital pernambucana. Ao lado das elevadas taxas de crescimento demográfico, o fenômeno das secas, os males do latifúndio improdutivo, as deficiências de distribuição de energia elétrica, a carência de transportes, o analfabetismo, a mortalidade infantil, as endemias e a carência alimentar compunham o quadro aterrador do Nordeste e, particularmente, da sua metrópole regional, o Recife. A cidade modificava-se pelas mazelas econômicas e pelo crescimento demográfico. A cidade da miséria já era propalada nos anos 30, porém não com a ênfase conferida nos anos 40-50, principalmente por ter sido feita a associação entre miséria e atraso regional. Citando Mário Melo, a autora diz que a cidade podia ser figurada como a menina

maltrapilha e desajustada, relegando-se a segundo plano os enunciados de descaracterização, desordem e descontrole.¹³¹

A construção de pontes, avenidas amplas e modernos edifícios transformam o centro do Recife. Antigos moradores de mocambos que não conseguiram moradia nas vilas construídas pela campanha da Liga Social Contra o Mocambo e que insistiam em viver na capital, contribuíam para aumentar a população dos morros que cercavam a planície recifense. Essas novas comunidades necessitavam de água, iluminação, terraplanagem, calçamento, pavimentação, transportes, saneamento e etc.¹³²

Com relação ao cotidiano das seções da Câmara, é interessante observar que os jornais pesquisados nos dão conta de que as sessões plenárias eram sempre muito tumultuadas e quase sempre terminavam com ásperos bate bocas entre os vereadores ou até na suspensão das sessões, fato que comprova a intensidade das disputas envolvendo os comunistas progressistas e a bancada coligada. Os vereadores “populares” representavam de fato, o povo. Em 15 de dezembro de 1947, dia da instalação da Câmara do Recife, subiram à tribuna operários, estudantes, trabalhadores braçais e um funcionário público federal de baixo escalão. Do outro lado estavam proprietários, comerciantes e profissionais liberais com sobrenome e tradição na política.

A Folha da Manhã, em sua edição matutina do dia 18 de dezembro de 1947 informa-nos que “infelizmente começam a se reproduzir na Câmara de vereadores os mesmos fatos deprimentes ocorridos por mais de uma vez na Câmara dos Deputados”. A retaliação pessoal, a “lavagem de roupa suja” e “a falta de coordenação nos apartes vêm se avolumando no plenário do legislativo municipal, trazendo-lhe um triste aspecto”.¹³³

Na opinião do jornal, essa crítica é feita visando melhorar o nível dos debates promovidos pela Câmara, uma vez que nessas condições, o parlamento municipal do Recife tornava-se desacreditado em suas atribuições perante o povo do Recife.

O Jornal do Commercio nos informa que no terceiro dia de trabalho dos vereadores na Câmara, discutiram-se amplamente algumas questões relevantes que foram citadas no panfleto do vereador Heitor Manoel Pereira, tais como, a solicitação de

¹³¹ PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**, narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: Ed. UFPE, 2001, pp. 38-41.

¹³² Idem.

¹³³ A bancada pessedista repele os insultos do Sr. Wandenkolk Wanderley. **Folha da Manhã**, 18/12/1947 (APEJE).

autorização para abertura de crédito de Cr\$ 30.000,00 destinados a auxiliar o Natal das crianças pobres do Recife; a isenção de impostos, taxas e emolumentos aos vendedores ambulantes de gêneros alimentícios e aos pequenos comerciantes de feiras livres; o encaminhamento de um projeto de lei autorizando a Prefeitura a projetar e realizar o calçamento do trecho da Avenida Norte, compreendido entre a Avenida Cruz Cabugá e a Encruzilhada; a necessidade de transporte público para as Avenidas Cruz Cabugá, Norte e João de Barros; as instalações de um chafariz em Nova Descoberta, de uma feira livre no bairro da Macaxeira e de banheiros públicos nos mercados públicos. Ainda naquela sessão do dia 18 de dezembro de 1947, foram feitas denúncias pelo vereador Arthur Coutinho, do Partido Democrata Cristão, da existência de sítios não habitados ou em estado de abandono, como também foi solicitado à perfuração de poços ou cacimbas para o atendimento das populações carentes. Antes de encerrar a sessão, os vereadores do PSP, José Albino de Miranda e Otávio Nascimento, apresentaram requerimento solicitando ao prefeito informações sobre a cobrança de impostos aos partidos políticos, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1946 que diz, em seu artigo 31, que é vedado lançar impostos sobre os serviços dos Partidos Políticos.¹³⁴

Em poucos momentos naqueles primeiros dias de vida da Câmara são relatados momentos de conciliação entre os vereadores, pelo menos é o que transparece a Folha da Manhã em sua edição matutina do dia 19 de dezembro. Nessa edição, o periódico enfatiza a importância dos trabalhos dos vereadores no que diz respeito à construção da democracia e ao bom e verdadeiro espírito que deve prevalecer em benefício da população. Em suas primeiras páginas, a Folha da Manhã destaca:

Os vereadores da Câmara Municipal do Recife, deram ontem, uma esplendida demonstração do quanto podem os parlamentos democráticos realizar em benefício da coletividade, pela qual foram escolhidos como seus representantes quando presidem os seus trabalhos o espírito de concórdia e a vontade de encontrar solução para os mais complexos problemas. [...] as tricas políticas, que em vezes anteriores chegaram a perturbar o ambiente, foram relegadas a um plano secundário, imperando, do princípio ao fim dos trabalhos, a compreensão das altas finalidades que lhe foram cometidas. Vereadores das diversas bancadas democraticamente discutiram sob os vários aspectos, os problemas trazidos a plenário estudando a melhor

¹³⁴ Auxílio de 30 mil cruzeiros para o natal das crianças pobres. **Jornal do Commercio**, 19/12/1947 (APEJE).

maneira de solucioná-los, propondo, finalmente, por meio de requerimentos ou projetos de lei, a concretização das medidas.¹³⁵

Entretanto, na mesma matéria jornalística da Folha da Manhã, há ao final do texto a citação de um discurso do vereador do PSD Rivaldo Allain Teixeira em que o mesmo faz duras críticas ao comportamento da bancada coligada no exercício de seus trabalhos parlamentares:

Quando nesta casa penetrei pela primeira vez, trazia comigo a impressão de que os vereadores formariam um só bloco, a fim de solucionar os mais urgentes problemas do povo. Deste povo que nos fez intérpretes das suas justas aspirações e de defensores dos seus legítimos direitos. Tal, porém, não vem ocorrendo isso, principalmente na bancada coligacionista, onde se destacam os vereadores Romildo Gomes e Wandenkolk Wanderley que nada mais têm feito senão dirigir ataques pessoais a vultos da nossa política, dignos por todos os títulos, da admiração e respeito da maioria dos pernambucanos. Assim é que, ontem, tivemos de ouvir, o irrequieto vereador Wandenkolk, eleito com os votos dos udenistas, fazer severas críticas ao governo do prof. Agamenon Magalhães, quando interventor neste Estado. Ora, Srs. Vereadores, só mesmo a bancada coligacionista, que sofre de catarata política, não enxerga a grande obra de recuperação social, realizada neste Estado por esse impoluto pernambucano. [...] Mas, Srs. Vereadores, os ataques gratuitos dirigidos ao deputado Agamenon Magalhães em nada o atingem. Servem apenas para demonstrar a inveja e o recalque de que são possuidores os grupos que o acusam. [...] Peço, portanto, ao Sr. Presidente que faça consignar na ata dos nossos trabalhos de hoje, um voto de repulsa da bancada pessedista à maneira indelicada dos representantes que fugiram não somente da boa ética parlamentar, como se afastaram, também dos propósitos que devem imperar nesta Casa, onde os representantes do povo devem ter a preocupação apenas, de servir a esse mesmo povo.¹³⁶

Além da postura de relativa neutralidade do editorial da Folha da Manhã em relação aos embates entre os comunistas e os coligacionistas no que diz respeito à legitimidade e manutenção dos mandatos populares, deve-se levar em consideração os acordos políticos firmados entre Prestes e Agamenon Magalhães em Pernambuco nos anos da redemocratização e nas eleições legislativas, fato que comprova a postura crítica do vereador pessedista em relação aos vereadores coligados, conforme descrito no capítulo dois da minha dissertação. O fato é que, como afirma Paulo Cavalcanti, “a

¹³⁵ Decorreram calmos os trabalhos da sessão de ontem da Câmara Municipal. **Folha da Manhã**, 19/12/1947(APEJE).

¹³⁶ **Folha da Manhã**, 19/12/1947 (APEJE).

histeria anticomunista voltava à baila, reacendendo paixões, acirrando conveniências e suscitando apetites adormecidos”.¹³⁷

Ainda sobre os pontos levantados pelo vereador Heitor Pereira em sua carta ao povo do Recife, devemos salientar algumas questões importantes mencionadas no documento, tais como, as violências policiais em que foram vítimas alguns vereadores comunistas, inclusive o próprio Heitor Pereira, as questões relativas à Missão Abbink e as campanhas pela nacionalização do petróleo e pela paz mundial, as denúncias de improbidade administrativa feitas na Câmara envolvendo o prefeito Moraes Rego, a luta dos vereadores pela autonomia do Recife e contra a Lei de Segurança Nacional e a defesa dos mandatos populares.

Os primeiros relatos de violência policial contra os vereadores comunistas datam de 4 de dezembro de 1948. O Diário de Pernambuco, o Jornal do Commercio, a Folha da Manhã e a Folha do Povo são os principais veículos de comunicação a expor os inúmeros acontecimentos de violência em que foram vítimas alguns dos vereadores progressistas. As edições do Jornal do Commercio, do Diário de Pernambuco e da Folha da Manhã do dia 4 de dezembro, trazem respectivamente em suas manchetes principais: “Protesto da Câmara Municipal contra o atentado de que foram vítimas vários de seus membros”; “Discutida amplamente a prisão dos vereadores do P.S.P”; “Protesta a Câmara Municipal contra as violências do Secretário da Segurança”.¹³⁸

As prisões dos vereadores Heitor Manoel Pereira, Antônio Marques da Silva, Otávio José do Nascimento e Pedro Renaux Duarte ocorreram na entrada da fábrica de Apipucos no dia 3 de dezembro daquele ano. Na ocasião, segundo os relatos dos jornais citados, os vereadores protestavam junto aos operários daquela fábrica contra a política de arrocho salarial praticada pelos patrões e pelo governo. A prisão dos vereadores do Recife causou grande indignação de todo o corpo legislativo municipal. Até a mais ferrenha oposição da bancada coligacionista protestou contra as arbitrariedades cometidas pelos “tiras” do Sr. Alarico Bezerra, secretário de Segurança Pública, e pelo delegado José de Melo. O Jornal do Commercio traz em sua matéria que o fato foi de “desrespeito à Constituição”. O Diário de Pernambuco assevera que o episódio foi um “atentado as

¹³⁷ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: fatos do meu tempo. 2ª Ed. Recife: CEPE, 2008, p. 141.

¹³⁸ **Diário de Pernambuco, Folha da Manhã, Jornal do Commercio**, 04/02/1948 (APEJE).

normas constitucionais” e a Folha da Manhã discute a solicitação de alguns vereadores de exoneração do secretário de segurança pública.¹³⁹

Quando relatamos as prisões desses vereadores citados por esses jornais, devemos levar em consideração que esse cotidiano de violência do Estado contra eles não era novidade. Nos registros dos prontuários do DOPS sobre esses vereadores temos informações que nos ajudam a compreender o passado de conflito desses homens. Heitor Manoel Pereira, por exemplo, é descrito em seu prontuário como “subversivo e perigoso”. No seu prontuário de nº 2050, temos a informação que o referido foi expulso do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) por “subversão da ordem” no dia 12 de junho de 1948, quando cursava o 2º ano do curso. Ainda em seus registros no DOPS, verifica-se a informação de que se encontrava com ele, quando de uma diligência em sua residência, uma fórmula chamada “GARRAFA JAPONESA” (Fig. 09) em que o artefato teria poder de destruição de carros e veículos blindados.

O registro presente no prontuário individual de Antônio Marques da Silva, de nº 0080, informa que sua primeira prisão ocorreu em 1931 por motivo de ordem pública. No seu registro temos que o referido se tornou perigoso “agitador e organizador de greves e distúrbios”. Já no registro de Pedro Renaux Duarte, de nº 10119, há a informação de que o mesmo era “um elemento exaltado” dentro do PCB. Enfim, o que podemos perceber é que a grande maioria desses homens tinha um histórico de lutas e violências quando atuando pelo PCB. Se antes eram “simples” agitadores, agora eram vereadores. Todavia, as prisões e espancamentos contra eles continuariam.

¹³⁹ Idem.

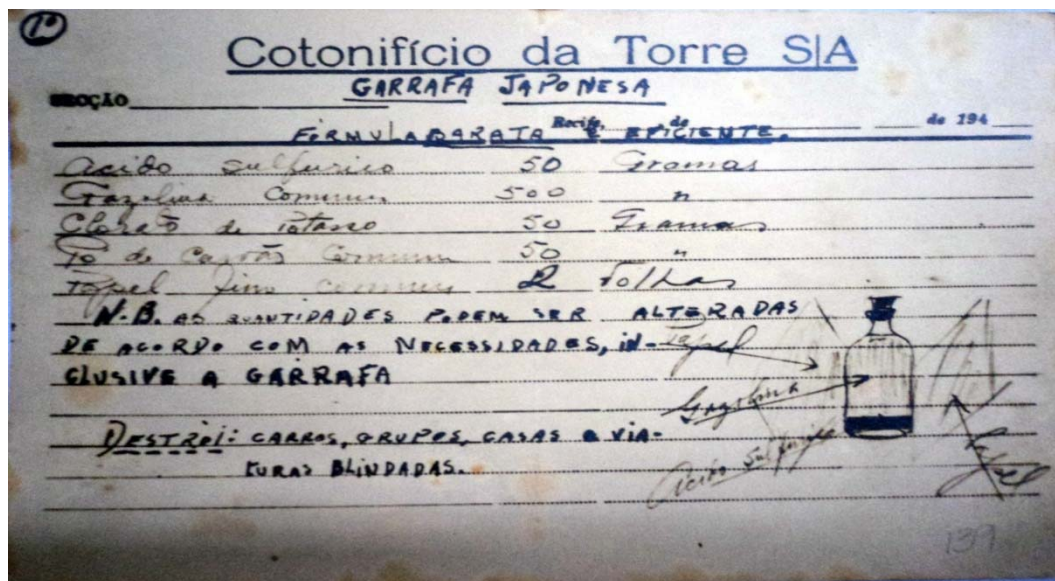


Fig. 09 – “GARRAFA JAPONESA”.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário individual de Heitor Manuel Pereira de nº 2050.

As manchetes e os editoriais da Folha do Povo eram sempre mais incisivos e críticos em relação aos problemas enfrentados pela bancada comunista. Durante todo o período em que os vereadores estiveram presentes na Câmara, a Folha do Povo cumpriu com o seu histórico e combativo papel de órgão de imprensa comunista e atuou com a pretensão de ser um catalisador dos anseios do povo e da bancada comunista na Câmara do Recife. Duros tempos, assim classifica Paulo Cavalcanti em seu livro de memórias. Tempos em que

os jornalistas da Folha do Povo enfrentavam os mais diversos problemas, da subsistência aos desmandos policiais, manipulando um acanhado parque gráfico, com impressoras e linotipos adquiridos em segunda mão, na sucata de ferro velho de empresas falidas, cosendo-se com as linhas da improvisação – o entusiasmo superando falhas materiais aparentemente incontornáveis. [...] Trincheira de lutas democráticas, na expressão da palavra, cada um de nós, dos que trabalhamos na Folha, temos a marca física da nossa passagem por ela: uma perna ou um braço com sinal de fratura, um pedaço de orelha arrancado a dentadas, uma costela fora do lugar, o ferrete da pólvora numa parte do corpo, quando não as cicatrizes invisíveis de todos os dias – o encarceramento no *buque* da polícia, a lembrança traumatizante de choques armados com os agentes do Dops, o processo na justiça por infração à Lei de Segurança Nacional, as cenas de terror nos pesadelos que rememoram um passado recente. [...] Se se pode dizer que um jornal vivia os mesmos problemas daqueles que o faziam, a Folha do Povo é um exemplo. Exceto os psicossomáticos, o jornal dos comunistas de Pernambuco podia apresentar as marcas de contínuas violências, numa repetição dos problemas que atingiam homens e máquinas, ao mesmo tempo, identificando-os nas

contorções de dores em comum, ressurgindo de escombros para recomeçar a tarefa interrompida de véspera, como se atendessem ao chamado de uma palavra-de-ordem misteriosa.¹⁴⁰

Em minhas pesquisas realizadas nos arquivos do DOPS de Pernambuco e na hemeroteca do arquivo público do estado, pude constatar vários recortes de jornais que confirmam os relatos de violências e dificuldades não somente de Paulo Cavalcanti, Gregório Bezerra e Moisés Vinhas em seus livros de memórias, mais de diversos outros autores que contribuíram para o meu trabalho.

Em mais um capítulo de embate contra as forças governamentais, a Folha do Povo do dia 17 de fevereiro de 1950 informa: “Roubadas as Máquinas do Povo”. Na sequência, o periódico comunista ressalta um veemente discurso do vereador Carlos Duarte contra o “saque” das máquinas da “Indústria Pernambucana de Artes Gráficas pertencentes ao patrimônio deste jornal”. Na ocasião, os vereadores da bancada coligacionista são taxados pelo jornal de “corifeus” do barbosismo, numa referência ao governo de Barbosa Lima Sobrinho, a quem a Folha do Povo fez diversas críticas e denúncias de violências policiais em seu governo.¹⁴¹ Nos dias 25 e 27 de abril do mesmo ano, a Folha do Povo volta a noticiar os abusos e arbitrariedades do governo Barbosa Lima, dessa vez, em relação à prisão do vereador Ramiro Justino. Em destaque, o periódico comunista afirmava ser a prisão de Ramiro Justino um sequestro e ao mesmo tempo, uma violação das imunidades parlamentares. No dia 25, o jornal nos informa:

Não tem paradeiro o banditismo policial do governo fantoche do Sr. Barbosa Lima Sobrinho. A cada ato desse governo sobressai-se o servilismo com que trata aos seus patrões americanos. Não vacilando em praticar os maiores crimes contra os patriotas brasileiros que se manifestam em defesa da soberania nacional, ameaçado pelo imperialismo americano, esse governo de traidores que aí está mandou prender o vereador Ramiro Justino da Silva.

Na edição do dia 27, temos:

Durante 83 horas seguidas, esteve preso o vereador Ramiro Justino da Silva nos cárceres imundos da Secretaria da Segurança. Seminu, faminto,

¹⁴⁰ CAVALCANTI, Paulo. *Op. Cit.*, pp. 61-62.

¹⁴¹ Roubadas as máquinas do povo. **Folha do Povo**, 17/02/1950 (APEJE).

recebendo exíguas refeições de 24 em 24 horas, o vereador dos transviários, detido no sábado último em Jaboatão quando expressava aos ferroviários da *Great Western* a solidariedade de sua classe, somente às 23 horas de anteontem foi posto em liberdade. A sua libertação se deveu unicamente aos protestos populares provocados com a grosseira e injustificável violação das imunidades de um representante do povo, a quem o artigo 3º da lei nº 1079, de 10 de abril de 1950, assegura o livre exercício de seu mandato. [...] Só o povo poderá assegurar imunidades aos seus representantes. [...] Batalhar pelo respeito às imunidades dos parlamentares populares e democráticos é neste momento lutar pela Paz, a Independência Nacional, contra a opressão imperialista e patronal.¹⁴²

As questões relativas à Missão Abbink¹⁴³ e a defesa do petróleo foram alguns dos pontos políticos amplamente discutidos na Câmara do Recife. Sob o impacto da exclusão do PCB do jogo político-partidário, os comunistas lançam o Manifesto de janeiro de 1948 exigindo a derrubada imediata do governo do general Dutra. Através da formação de uma frente, composta por todos aqueles que lutavam contra “o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo”, pregava-se a instalação de um governo democrático em favor da paz, progressista e nacionalista. O governo Dutra assume a natureza de “antidemocrático” e de “traição nacional a serviço do imperialismo norte-americano”.¹⁴⁴

A Folha do Povo em inúmeras vezes explorou esse debate conclamando a sociedade à mobilização. Sempre associando o discurso da paz mundial entre os povos e a defesa da soberana nacional, a Folha do Povo colocava-se em posição de combate contra aqueles que representavam – segundo seu editorial – os verdadeiros inimigos das massas: os governos Dutra, Barbosa Lima Sobrinho, Antônio Alves Pereira (1947-1948)

¹⁴² **Folha do Povo**, 25-27/03/1950 (APEJE).

¹⁴³ No governo do General Eurico Gaspar Dutra, foi criado em 1948, uma Comissão Técnica Mista com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico brasileiro atrelado aos capitais e interesses norte-americanos. Essa comissão, chefiada pelo economista brasileiro Otávio Gouveia de Bulhões e pelo norte-americano John Abbink, produziu em 1949 um documento conhecido como relatório Abbink. Segundo os princípios do liberalismo, o relatório dizia que o crescimento econômico nacional deveria se ocorrer pela dinamização da iniciativa privada, pela contenção da especulação imobiliária nos principais centros urbanos e, sobretudo, pela expansão e modernização dos meios de transporte e da produção de energia. Algumas propostas apresentadas por essa Comissão Técnica Mista tiveram desdobramentos que se efetivaram ainda durante o Governo Dutra. Entre esses desdobramentos, inclui-se a expansão da malha rodoviária e a abertura do Brasil a empresas multinacionais norte-americanas produtoras de automóveis, caminhões e tratores, a nacionalização de todas as companhias estrangeiras de energia elétrica que atuavam no País, visando a diminuir o custo de operação das empresas nacionais, a privatização das empresas estatais, alocadas, a partir de então, nas mãos da iniciativa privada, com base numa política de subsídios fiscais e a adoção de um plano econômico governamental de investimentos, que priorizava as áreas de saúde, alimentação, transporte e energia.

¹⁴⁴ PANDOLFI, Dulce. *Op. Cit.*, p. 170.

e Manuel César de Moraes Rego (1948-1951), os prefeitos do Recife e o governo norte-americano.

No dia dois de setembro de 1949, o jornal afirma: “Devemos defender a paz mesmo enfrentando a mão de ferro dos assassinos do povo”. A edição referia-se a um discurso do vereador Otávio do Nascimento em protesto contra a brutalidade policial em que milhares de pessoas foram vítimas em um comício pela paz e em defesa do petróleo nacional realizado na Praça 13 de Maio. Ainda em seu discurso, Otávio do Nascimento declarou: “impedindo violentamente a realização do comício marcado para ali, às 15 horas, em favor da paz mundial, a polícia do governo pisou mais uma vez na Constituição, transformada em papel sujo nas mãos dos traidores do povo e inimigos da paz e do progresso dos povos”. Ao final de sua oração, Otávio José do Nascimento defende o engajamento de todos os “democratas e patriotas da nação contra a guerra tramada pelos imperialistas americanos, ainda mesmo que se tenha de enfrentar a mão de ferro dos traidores e assassinos do povo brasileiro”.¹⁴⁵

Em suas memórias, Paulo Cavalcanti afirma que a vibração cívica que esteve presente na campanha pela nacionalização do petróleo “criou uma consciência nacionalista em todo povo”. Milhões de pessoas “viram-se motivadas” pelos slogans de propaganda do general Horta Barbosa contra o Estatuto do Petróleo, projeto de lei do governo Dutra que considerava impossível a completa nacionalização do petróleo por falta de capitais e investimentos técnicos especializados. O estreitamento das relações do governo Dutra com os norte-americanos ficou evidenciado com a formação da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos. Cavalcanti lembra que em Pernambuco formou-se o primeiro grupo de dirigentes do Centro de Estudos e defesa do Petróleo nos idos de 1949. Os Centros de Estudos e defesa do Petróleo reuniam experientes líderes políticos, estudantes e professores universitários. Raro um domingo ou feriado em que não se realizava um ato público pela propagação do movimento.¹⁴⁶

No Estado de Pernambuco, o ato de maior significação foi o 1º Congresso do Norte e Nordeste em defesa do Petróleo. Na ocasião, numerosas delegações vieram de outros Estados, juntando-se às dos vários municípios de Pernambuco. Os vereadores populares do Recife organizaram diversas conferências nos bairros do Recife com o

¹⁴⁵ Devemos defender a paz mesmo enfrentando a mão de ferro dos assassinos do povo. **Folha do Povo**, 02/09/1949 (APEJE).

¹⁴⁶ CAVALCANTI, Paulo. *Op. Cit.*, p. 264.

intuito de uma maior integração e conscientização dos recifenses na luta pela nacionalização do petróleo. As edições da Folha do Povo dos dias 25 e 26 de março de 1950 enfatizam em suas respectivas matérias jornalísticas o clima de engajamento dos vereadores na luta pelo petróleo nacional. Na matéria do dia 26, a Folha do Povo emite a sua opinião:

O petróleo brasileiro será sempre do Brasil não importa quem o aproveite e industrialize – com estas cínicas palavras o repórter Esso da *Standard Oil* termina as suas provocações nas emissoras do Estado e do país. Essa cavilosa propaganda seria o bastante para revelar o apetite voraz do imperialismo. [...] Para combater essa ameaça é que os Centros de Defesa do Petróleo do país estão se movimentando, realizando atos públicos e conferências de esclarecimento das massas populares acerca do perigo existente. [...] Nesta cidade serão realizadas duas conferências, a primeira na sede do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo do Sítio do Berardo, no Zumbi, às 16:00 horas na sede social daquela sociedade, situada à rua 4 de outubro, sendo conferencista o universitário Antônio Guilherme Rodrigues. A segunda terá lugar no Centro de Petróleo do Cordeiro, tendo como orador o vereador popular Carlos José Duarte e terá início às 15:00 horas. A população daqueles dois bairros acorrerá certamente a esses atos públicos porque compreende que o petróleo só será realmente nosso se for aproveitado e industrializado por nós brasileiros e não pelos gangsteres traiçoeiros da *Standard Oil*.¹⁴⁷

Em 17 de junho de 1949, em mais uma controvérsia, a Folha do Povo informa para a população do Recife aquela que seria uma das mais polêmicas e debatidas discussões políticas travadas na Câmara Municipal. Trata-se de um parecer do vereador Demócrito Silveira sobre as contas do prefeito da capital pernambucana do ano de 1948. Com o título “Crime de responsabilidade do Prefeito Moraes Rego” (Fig. 10), a Folha do Povo esclarece que na seção ordinária do dia 16 de junho, o vereador popular Demócrito Silveira revelaria uma série de improbidades administrativas cometidas pelo prefeito Moraes Rego. Segundo a Folha do Povo, os crimes cometidos pelo prefeito são de ordem financeira no que diz respeito ao uso indevido das verbas públicas que deveriam ser destinados ao povo. No parecer do vereador Demócrito Silveira há dois crimes de responsabilidade, o de estorno de verbas na ordem de Cr\$ 1.528.478.30 e o de execução de obras não autorizadas na ordem de Cr\$ 1.644.303.20. Ainda segundo o parecer, foram

¹⁴⁷ Em defesa do petróleo do Brasil. **Folha do Povo**, 26/03/1950 (APEJE).

periódico comunista lembra mais uma vez que “os vereadores populares por serem os únicos que não compactuam com tais crimes têm por isso os seus mandatos ameaçados. [...] Mas não será isso que os fará calar, silenciar diante dos crimes das classes Dominantes”.¹⁵⁰ Durante os meses em que estiveram presentes na Câmara do Recife, os vereadores da bancada popular continuariam insistindo em responsabilizar o prefeito Moraes Rego pelo uso indevido das verbas municipais.

Entre os anos de 1945 e 1955, o Recife conheceu nove prefeitos nomeados, fato histórico que atesta a complexidade política do período. Como já é sabido, na vigência do governo Dutra, mantiveram-se dispositivos ditatoriais travestidos de Segurança Nacional que tinham como objetivos centrais frear o crescimento do PCB e a forte influência que os parlamentares comunistas passaram a ter nas capitais brasileiras. É esse o contexto no qual várias capitais do Brasil, notadamente aquelas de forte presença operária, perderam as suas autonomias. O atrelamento do Estado brasileiro à política anticomunista norte-americana são as condições que possibilitam o exercício de uma democracia fundada em uma liberdade controlada, assim, as cassações dos mandados comunistas e a perda das autonomias municipais podem ser consideradas como ações cautelares dos grupos dominantes.

Os comunistas saíram em defesa da autonomia municipal mobilizando a sociedade em uma campanha que se atrelou à defesa da Constituição, da democracia, da legalidade do PCB, dos mandatos comunistas e a defesa dos direitos daqueles eleitos por outras legendas, como ocorrera em alguns municípios do interior em que alguns comunistas foram eleitos pelo PSD e a própria UDN. Em 11 de agosto de 1948, a Folha do Povo denuncia as manobras do deputado do PSD Magalhães Melo ao propor a aprovação de uma emenda à Constituição de Pernambuco na qual o cargo de prefeito das cidades-bases passaria a ser da confiança do governador do Estado. A emenda ainda indicava que a Câmara Municipal do Recife não precisaria mais ser ouvida e nem se analisariam mais os vetos ao prefeito. Por várias seções seguidas, os vereadores do Recife protestaram energicamente contra a emenda Magalhães Melo. A edição da Folha da Manhã do dia 11 de agosto do mesmo ano traz um incisivo discurso do vereador pessedista Antônio Moury Fernandes. Para o vereador, a emenda do deputado Magalhães Melo “se tratava de um atentado à democracia e aos direitos do povo, que todos os

¹⁵⁰ Idem.

vereadores da Câmara Municipal do Recife deveriam repudiar sem paixões partidárias”.¹⁵¹ Na Folha do Povo do mesmo dia, o vereador popular José Albino Ferreira de Miranda conclama todos os vereadores comunistas a se unirem a todas as outras bancadas em defesa da democracia e da autonomia do município. Na mesma edição do dia onze de agosto, a Folha do Povo nos informa que naquela seção do dia 10 ficou decidido que:

Todos os vereadores incorporados foram a Assembleia Legislativa do Estado com o intuito de protestar contra a emenda do deputado Magalhães Melo, as únicas exceções foram os vereadores Sérgio Godoy e Paes de Andrade do PSD. Também no mesmo dia, o vereador Demócrito da Silveira exigiu esclarecimentos e providências do presidente da Mesa a respeito do prefeito Moraes Rego não estar cumprindo as deliberações da Câmara, fato compreendido como um desrespeito a autonomia do Recife através da Câmara Municipal.¹⁵²

Os debates se sucederam de forma acalorada em torno da constitucionalidade ou inconstitucionalidade da emenda Magalhães Melo. À exceção dos vereadores Sergio Godoy e Paes de Andrade, todos os outros vereadores entendiam que a autonomia municipal constituía a base de qualquer democracia e que nem os poderes do Estado e da União poderiam intervir. A emenda do deputado Magalhães Melo foi rejeitada pela Assembleia Legislativa do Estado, que em quatro de janeiro de 1949 promulgou a Lei de Organização Municipal de Pernambuco. O artigo 55 da Lei de Organização Municipal do Estado decretava que o prefeito deveria ser eleito por “sufrágio universal, igual e secreto, na forma da lei, para um período de quatro anos, vedada a reeleição para o período subsequente”. Todavia, em parágrafo único temos que, os municípios que estivessem enquadrados na lei federal como “bases e portos militares de excepcional importância para a defesa do país” seriam nomeados pelo Governador do Estado. Entretanto, a Lei Orgânica do Município reconheceu a emancipação e a soberania da Câmara Municipal ao determinar que o prefeito fosse empossado em Assembleia na Câmara, reunindo-se periodicamente com os vereadores para a prestação de contas e realização de consultas,

¹⁵¹Atentado à democracia e aos direitos do povo. **Folha da Manhã**, 11/08/1949 (APEJE).

¹⁵²Não à Emenda do deputado Magalhães Melo. **Folha do Povo**, 11/08/1949 (APEJE).

além de que, estabeleciam-se prazos e condições para que os edis pudessem recorrer em caso de veto do prefeito.¹⁵³

A autonomia política do município do Recife foi restabelecida em 3 de janeiro de 1955 mediante projeto de lei do deputado federal pernambucano Antônio de Barros Carvalho, do PTB.

Como último ponto a ser abordado referente à carta do vereador Heitor Pereira ao povo do Recife, temos a luta dos vereadores comunistas progressistas pelos seus mandatos, eixo central da minha pesquisa e que será abordado no próximo subitem.

3.2 O processo de cassação

Como dito anteriormente, o trabalho daqueles doze vereadores em defesa de seus mandatos foi heróico e incansável. Durante os anos em que estiveram presentes na Câmara do Recife, a tribuna da Câmara e a Folha do Povo foram os porta-vozes da esperança de que aqueles mandatos fossem preservados.

A Folha do Povo investia diariamente na confiança de que as regras do regime democrático funcionariam e havia esperança de que os comunistas conseguissem derrubar os decretos que ameaçavam os mandatos, assim como, acreditava-se também na revalidação do registro do PCB. Em 30 de novembro de 1947, a Folha do Povo publicou uma lista com os nomes e endereços dos deputados federais com o intuito de incitar o povo a organizar abaixo-assinados para os parlamentares. Esperava-se que mensagens fossem enviadas para pressionar os mesmos a não votar pela cassação dos mandatos comunistas.¹⁵⁴ Por meio dos Comitês de Mulheres Pró-Democracia que se multiplicavam em Subcomitês espalhados em diversos bairros da periferia do Recife, as mulheres também participavam ativamente da luta pela manutenção dos mandatos populares.

Na Câmara do Recife, elas eram representadas pela combativa vereadora Júlia Santiago da Conceição. Como porta-voz das mulheres do Recife, organizou diversos movimentos em prol dos mandatos populares, da democracia e dos direitos da mulher. Na edição do dia 9 de junho de 1949, a Folha do Povo apresentava aos seus leitores as resoluções da I Convenção Nacional das Mulheres organizada pelas comunistas, entre elas a vereadora Júlia Santiago. Entre as resoluções estavam questões referentes à luta

¹⁵³ Lei de Organização Municipal. **Folha da Manhã**, 04/06/1949 (APEJE).

¹⁵⁴ Só o povo poderá barra a marcha da reação. **Folha do Povo**, 30/11/1947 (APEJE).

pela democracia e pelos mandatos populares, os direitos da mulher, tais como, isonomia salarial em relação aos homens, o combate à prostituição, a oferta de creches para os filhos das mulheres operárias, a criação de leis com o intuito de proteger as empregadas domésticas e as lavadeiras, a defesa de políticas de proteção as mulheres no campo e o cumprimento dos artigos 147 e 156 da Constituição sobre os problemas das terras no Brasil.¹⁵⁵

Entre os opositores na Câmara do Recife, a principal voz a favor da cassação dos mandatos comunistas foi a de Wandenkolk Wanderley. No episódio da moção de repúdio dos vereadores comunistas à cassação dos mandatos, como vimos anteriormente, externou toda a sua linha de pensamento e o que foi a sua conduta política na Câmara quando defendia a tese de que a cassação desses mandatos não passava de uma decorrência lógica do fechamento do PCB. Para Wanderley, “não havia razões para continuar a existir a representação comunista, pois se o partido político se constituiria em ameaça para a nação, essa ameaça persistiria com a presença de seus representantes no Parlamento”.¹⁵⁶ Em outra ocasião, Wandenkolk sustentava que “a Câmara não tome reconhecimento de quaisquer requerimentos, indicação ou projetos apresentados em nome do Partido Comunista, ou pelo menos, que em exposição verbal a título de justificativa faça referência a esse partido”.¹⁵⁷

Wandenkolk Nunes de Sousa Wanderley nasceu na cidade de Triunfo, sertão pernambucano no dia seis de março de 1912. Era filho de um oficial de polícia e de uma doméstica. De sua infância guarda boas recordações, especialmente das brincadeiras de menino do interior, não esquecendo também das surras que levou por causa das peraltices. Graduou-se em Direito em 1941 e exerceu por pouco tempo a advocacia. Foi policial militar e delegado de polícia, aliás, com oito anos já manuseava as armas do pai, chegando inclusive a acompanhar algumas diligências ao seu lado. Combateu Lampião e outros cangaceiros pelo sertão com muito orgulho. Presenciou atento aos acontecimentos que selaram os destinos das oligarquias do café em 1930 e em 1935, diante do levante comunista encabeçado por Luís Carlos Prestes, amadureceu um forte sentimento anticomunista.

¹⁵⁵A I Convenção Nacional Feminina através da palavra da vereadora Santiago. **Folha do Povo**, 09/06/1949 (APEJE).

¹⁵⁶Moção aprovada contra o projeto Ivo de Aquino. **Jornal do Commercio**, 17/12/1947 (APEJE).

¹⁵⁷Contra o sabujo Wanderley. **Folha do Povo**, 19/02/1948 (APEJE).

Em entrevista concedida a Prof.^a Dr.^aEliane Moury Fernandes, da Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Wandenkolk Wanderley relata de forma contundente qual seria a principal motivação ideológica que o fez ingressar na carreira política. Em suas palavras:

Foi o comunismo! Porque o Sr. Gregório Bezerra era deputado federal, e aqui houve um tempo em que o país rompeu relações de amizade com a Rússia, porque deram uma surra no Cônsul dos russos, lá, e eu fiz uma passeata de satisfação, aqui na cidade. Convoquei muita gente, estudantes e tudo mais e fiz uma passeata de satisfação. Então, Gregório Bezerra, na hora em que ia começar o meu comício, pegou um montão de pó de serra e tocou fogo. A fumaça vinha toda pro lado do palanque, quase que acabou com meu comício. Aí eu disse para José Coelho: “pega o Gregório Bezerra aí”. Tentaram pegá-lo, mas ele correu, danou-se no mundo, foi bater em Catende. Ele era deputado federal. Foi embora. Então começaram a me amedrontar. Eu botei na frente do meu escritório: “Wandenkolk Wanderley não tem medo, não tem receio dos lacaios de Moscou, seja Gregório ou não Gregório”. O comunismo estava ficando muito forte, resolvi entrar para a política embora não compensasse financeiramente.¹⁵⁸

Em outro momento da entrevista, quando perguntado sobre a legalização do PCB em 1945, a sua posição de combate ao comunismo fica mais uma vez evidente. Em suas palavras:

Em 45? Fui contra. Toda vez que se fala em legalização do Partido, sou contra. Nem mesmo, quando uns dizem assim: “olhe, o Partido Comunista..., eles vão. Não vão! Porque o perigo não são esses comunistas “perrapados”, são os intelectuais que não tem a necessária coragem de se apresentar como tal, de fazer o que esses, coitadinhos, fazem. Eles procuram uma posição para adquirir vantagens do governo ou porque querem combater o governo e conseguir uma eleição pra ficar recebendo como se aquilo fosse um emprego, ou por um motivo qualquer de revolta, uma injustiça com uma pessoa da família ou com ele próprio... quem tem trabalho é quem está fazendo as coisas. Quem faz as coisas é quem pode fazer, é quem manda. Ficam apenas envenenando, procurando o que pode poluir a mente do povo para chegarem lá.¹⁵⁹

No dia 4 de fevereiro de 1948, Wandenkolk Wanderley formaliza oficialmente o pedido de cancelamento dos mandatos de todos os vereadores “comunistas progressistas”

¹⁵⁸Entrevista realizada pela CEHIBRA, da FUNDAJ, com Wandenkolk Nunes de Sousa Wanderley em depoimento a Prof.^a Dr.^aEliane Moury Fernandes em 15 de junho de 1982.

¹⁵⁹Idem.

e de seus respectivos suplentes ao juiz de direito da primeira zona eleitoral do Recife. Sob alegação de inconstitucionalidade para a manutenção dos respectivos mandatos, Wandenkolk usa do direito de representação contra os vereadores com fundamento no artigo 141§13 da Constituição Federal, nos termos do artigo 104 do decreto de lei de nº 7586 de 28 de maio de 1945, Lei Eleitoral, e nas resoluções de números 1841 e 2382 de 7 de maio a 10 de dezembro de 1947 respectivamente, do Tribunal Superior Eleitoral.

A Constituição Federal em seu artigo 141§13 traz: “É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”. Na página dois do requerimento temos:

Foi precisamente por ofender a esse preceito constitucional que, pela resolução de nº 1841, de 7 de maio de 1947 que o TSE cassou o registro e proibiu o funcionamento do Partido Comunista do Brasil. E, logo, depois, a fim de cumprir a decisão do Judiciário, a Lei federal de nº 211, de 7 de janeiro de 1948, extinguiu os mandatos dos membros dos Corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos Municípios, eleitos ou não sob legendas partidárias (art.1º), conferindo às mesas dos Corpos Legislativos respectivos, a competência da declaração da extinção do mandato, quando pela cassação do registro do partido, por incidir no §13 do art. 141, da Constituição Federal, e pela perda dos direitos políticos. [...] postas em execução a resolução de nº 1841 a lei nº211, acima indicadas, o Partido Comunista do Brasil, imediatamente, impedido de continuar explorando uma situação de direito, passou, então, a explorar uma situação de fato, sem levar na devida conta que aquela resolução tendo por fundamento o §13 do art. 141, da Constituição Federal, vedou o seu funcionamento mesmo nessa circunstância. Por outro lado, não lhe sendo possível concorrer em pleitos eleitorais posteriores a fim de reconduzir às Câmaras Legislativas aqueles seus mandatários em consequência da lei nº 211, bem como para a eleição de outros tantos adeptos seus e, portanto, seguidores do seu programa – do programa que a Constituição Federal declarou infringir o regime democrático, começou a exercer uma atividade criminosa, vez que, burlando o julgado que cassou o seu registro, e em fraude à lei, fez acordos com outros partidos políticos legalmente registrados, incluindo, dest’arte elementos fiéis à sua ideologia, nas legendas desses partidos, cuja resultante é que ele – o Partido Comunista do Brasil – está em pleno funcionamento no Brasil. [...] evidentemente, não foram cassados os direitos políticos dos comunistas.

Ao longo das trinta e duas páginas do requerimento em que se espera pelo deferimento da cassação dos mandatos dos vereadores comunistas, Wandenkolk Wanderley elenca uma série de fatos que buscam comprovar as atividades subversivas

dos vereadores eleitos pelo PSP. Na página trinta e um do requerimento, o suplicante escreve:

A mais ingênua pessoa desta cidade conhece pelo noticiário da imprensa, diariamente, e pela voz pública, que os vereadores eleitos à Câmara Municipal do Recife, eleitos na legenda do PSP, mas pertencentes ao extinto PCB, desde que foram empossados em 15 de dezembro de 1947, vem exercendo atividades extremistas nesta capital, por isso que, exploram tudo e todos, direta e indiretamente, para dar curso a um programa de confusão, de desordens, tal seja o do PCB. É a não aplicação imediata de uma providência administrativa, a detenção de alguém, a carestia de vida, a pobreza de nosso povo, a exploração, a ganância do capitalismo, e, até a tese nacionalista do petróleo, que num sentido aparente de defender o povo, lhe tem servido de cabedal para sair à rua com cartazes, distribuir boletins subversivos, fazer comícios, provocar greves, etc., numa visível demonstração de que, a despeito do decreto judicial da cassação, o PCB está vivo e bem vivo e funcionando abertamente.¹⁶⁰

Os vereadores comunistas impetraram vários mandatos de segurança para continuarem legislando até 1950, e por serem maioria na Câmara, sobreviveram às pressões dos seus opositores até 15 de junho de 1950, quando tiveram os seus mandatos cassados. Do outro lado, temos os vereadores anticomunistas, em especial Wandenkolk Wanderley, lançando requerimentos no sentido de fazê-los reafirmar sua condição ilegal de comunistas, já que se mantinham no cargo pela filiação ao PSP. Na Assembleia Legislativa do Estado, os deputados Edson Moury Fernandes (PR), presidente da Mesa, e Afonso Ferraz (PSD), agilizaram os procedimentos para a cassação dos mandatos dos deputados estaduais comunistas logo que receberam o comunicado do TSE determinando que as “Mesas das Assembleias Legislativas declarem ‘vagas’ as cadeiras ocupadas pelos comunistas”. O exemplo da Assembleia Legislativa de Pernambuco serviria para os vereadores anticomunistas na Câmara Municipal do Recife, era uma questão de tempo.

Mais uma vez a Folha do Povo nos fornece vasto material no sentido de compreender parcialmente esse cenário político do Recife. Na edição do dia 26 de março de 1949, o jornal dos comunistas nos informa: “O facínora Wandenkolk insiste na cassação” (Fig.11). Nessa publicação do dia 26 de março, a Folha do Povo repercute a sentença que negou provimento ao pedido de cassação dos mandatos comunistas e conclama as massas a estarem vigilantes na defesa dos mandatos populares, pois “só a

¹⁶⁰Prontuário de Wandenkolk Nunes de Sousa Wanderley de nº 20.119. **SSP/DOPS/APEJE**.

mobilização popular poderá assegurar as cadeiras de que o povo da capital dispõe na Câmara Municipal”. O jornal nos informa ainda que

o advogado Carlos Duarte demonstra como não cabe recurso no caso, em face do artigo 121 da Constituição. Segundo tal dispositivo, o recurso somente é possível quando a decisão é contrária a expressa disposição de lei ou colide com os julgados dos tribunais eleitorais. Isto, porém, não acontece porque o Tribunal Regional Eleitoral apenas cumpriu a lei nº 85, que considerou precluso o prazo para a cassação dos registros. E não há nenhum julgado de Tribunal Eleitoral do Brasil

que contrarie essa decisão do Tribunal Eleitoral de Pernambuco.¹⁶¹

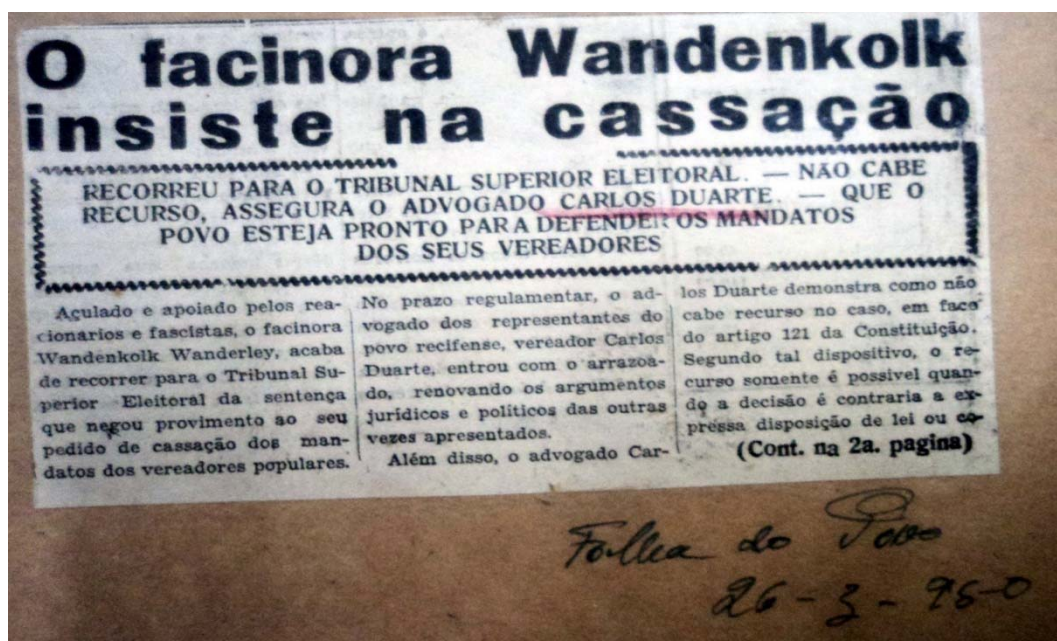


Fig. 11 – O facínora Wandenkolk insiste na cassação.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário individual de Demócrito Ramos da Silveira de nº 13601.

No dia 23 de novembro de 1949, a Folha do Povo comemora, mais uma vez, a manutenção dos mandatos populares quando do indeferimento do segundo recurso impetrado pela cassação dos mandatos comunistas do vereador Wandenkolk Wanderley com a manchete: “A vitória contra a cassação foi a vitória do povo”. Nessa edição, a Folha do Povo destaca o envio de um telegrama ao TRE dos vereadores Heitor Manoel Pereira (PSP), Antônio Moury Fernandes (PSD), Eugenio Coimbra Jr.(Suplente), Luiz Ramos Leal (UDN), Ricardo Allain Teixeira (PSD) e os onze vereadores populares: “A

¹⁶¹O facínora Wandenkolk insiste na cassação. **Folha do Povo**, 26/03/1949 (APEJE).

Câmara Municipal desta cidade, congratula-se com esse Colendo Tribunal pela decisão proferida no dia 22 do corrente, referente à cassação dos mandatos dos vereadores recifenses”.¹⁶²

Entretanto, a cassação estava próxima de acontecer. No dia 14 de junho de 1950, um dia antes da seção da cassação dos mandatos populares, o escritório dos vereadores progressistas situado na Rua da Palma foi invadido e assaltado enquanto os vereadores encontravam-se na Câmara. Às 14:20 do dia 15 de junho de 1950, o vereador Wandenkolk Wanderley iniciou a leitura de “um imundo papelório forjado intelectualmente no consulado americano”, em que exigia que os vereadores comunistas tivessem seus mandatos cassados com base na Lei Ivo de Aquino que cassou o mandato dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB em 1948. O requerimento foi entregue à Comissão Executiva da Casa às 15:00 horas. Segundo a Folha do Povo, o vereador Henrique Valença da Mota (PSD) solicitou reforço policial para o local onde já se encontravam dezenas de arcares e policiais. O edifício Alfredo Fernandes, local onde se situava a Câmara na época, encontrava-se cercado por quatro carros de radio patrulha. A Comissão Executiva da Casa decretou por três votos a um a cassação dos mandatos dos vereadores comunistas às 15:30. Votaram pela cassação os vereadores Henrique Valença da Mota (PSD) e os vereadores do PL Romildo Ferreira Gomes e José Gomes de Moura. O único voto contrário à cassação foi o de Antônio Moury Fernandes (PSD) que classificou a cassação de “imoralidade drástica” e “anticonstitucional”. Carlos Duarte, na tribuna, “queimou como o ferro em brasa a carne podre dos traidores do povo, declarando, por fim, que recorria da decisão para a Assembleia Estadual, de acordo com a Lei de Organização Municipal de Pernambuco. O patife Mota cassou-lhe a palavra, dizendo que não era ele mais vereador”. Henrique Mota, ao anunciar a decisão provocou a ira dos vereadores populares que gritavam: “Imoral!, Fascista!, Cassador Indigno!”. Enquanto isso, os “tiras” gritavam vivas e o presidente da Câmara mandou expulsar os vereadores cassados que gritavam: “Voltaremos!”, “Estaremos aqui de novo por que somos o povo!”.¹⁶³

Após a decisão da Comissão Executiva da Casa, o vereador Wandenkolk Wanderley requereu a homologação da decisão e Henrique da Mota solicitou o

¹⁶²A vitória contra a cassação foi a vitória do povo. **Folha do Povo**, 23/11/1949 (APEJE).

¹⁶³ Ato de violência desfechado contra a Carta Magna Federal. **Folha do Povo**, 16/06/1950 (APEJE).

pronunciamento da plenária à exceção dos vereadores cassados. Em favor da cassação votaram: Henrique Valença da Mota (PSD), Romildo Ferreira Gomes (PL), José Gomes de Moura (PL), Wandenkolk Wanderley (UDN), Sérgio Godói Vasconcelos (PSD), Ranilson Sá Barreto (UDN-Integralista), Arnaldo Paes de Andrade (PSD), José Cupertino Rocha (PDC) e Antônio Luiz da Silva Filho (PDC). Os vereadores que votaram contra a cassação foram: Antônio Moury Fernandes (PSD), Rivaldo Allain Teixeira (PSD), Eugenio Coimbra Júnior (UDN) e Luís Ramos Leal (UDN).

A historiadora Zélia de Oliveira Gominho, em sua tese de doutorado **Cidade Vermelha: a experiência democrática no pós-Estado Novo** informa, ao analisar a ata da sessão da cassação, que não havia número legal para a cassação dos mandatos, e foi isso, além da inadequação da lei, que motivou o deputado estadual de Pernambuco, Carlos Rios (UDN), a solicitar a anulação da decisão da Câmara do Recife.¹⁶⁴

O que se verificou na imprensa pernambucana após a cassação dos mandatos comunistas foi uma verdadeira batalha e guerra de informações em torno da legitimidade ou não do processo de cassação dos mandatos. O Diário da Manhã, do dia 16 de maio de 1950, comemora a anulação dos mandatos populares afirmando que o ato de invalidação dos mandatos foi a justa medida para àqueles que burlavam o TSE e “exerciam atividades atentatórias às instituições nacionais”. Para o Diário da Manhã, a Câmara Municipal do Recife, ao homologar a cassação dos mandatos comunistas, dava um importante passo para a consolidação da democracia no Brasil.¹⁶⁵

A Folha do Povo tratou a cassação dos mandatos populares como “manipulada pelos chefes militares de Dutra”. Na edição do dia 4 de julho de 1950, noticia que milhares de pessoas protestaram “contra o roubo dos mandatos”. A União dos Estudantes de Pernambuco, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito e o Diretório Estudantil da UDN contestavam energicamente o “roubo dos mandatos dos vereadores do povo recifense”. Da tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, eram lidos pelos deputados contrários à anulação dos mandatos, diversos requerimentos em favor do retorno dos vereadores progressistas de moradores dos bairros do Recife, Olinda,

¹⁶⁴ GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade Vermelha: a experiência democrática no pós-Estado Novo**. Recife: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2011, p. 203.

¹⁶⁵ Cassados os mandatos dos vereadores comunistas. **Diário da Manhã**, 16/05/1950 (APEJE).

Paudalho, Vitória de Santo Antão, Timbaúba, Jaboatão, São Lourenço e vários outros municípios, bem como dos trabalhadores da construção civil e das docas do Recife.¹⁶⁶

Paralelamente aos protestos populares, travou-se uma batalha política na Assembleia Legislativa do Estado. No dia 16 de junho de 1950, o deputado udenista Carlos Rios apresentou um projeto de lei que buscava tornar sem efeito a resolução nº1, de 15 de junho de 1950, da Mesa da Câmara Municipal do Recife, que declarou extintos os mandatos dos vereadores eleitos sob a legenda do Partido Social Progressista. O projeto do deputado Carlos Rios entende que

a resolução da Mesa da Câmara do Recife infringe violentamente a Constituição Federal e a própria jurisprudência dos tribunais eleitorais do país, que asseguram aos adeptos de qualquer credo político o desempenho livre de mandatos eletivos. O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por exemplo, em acórdão de 19 de março de 1948, tomado por maioria de votos, decidiu que, perante a Constituição Federal, nenhum cidadão pode sofrer perda de seus direitos políticos ou de condições de elegibilidade por motivo de ideologia que tenha adotado o regime político – continua o acórdão do Colendo Tribunal de Pernambuco – lhe garante a liberdade de consciências. A Lei 211, de 7 de janeiro de 1948, que serviu de fundamento à Resolução da Câmara de Vereadores do Recife, não se aplica, de nenhum modo, ao caso em questão. Declarou ela, apenas, extintos os mandatos dos parlamentares sufragados na legenda do Partido Comunista do Brasil, cujo registro eleitoral havia sido anteriormente cancelado pelo Superior Tribunal Eleitoral. Tanto assim é que, dois dos deputados federais, os Srs. Diógenes Arruda e Pedro Pomar, também eleitos sob a legenda do mesmo Partido Social Progressista, em São Paulo, não foram atingidos pelos efeitos da chamada Lei Ivo de Aquino. De acordo com o art. 51, inciso I, da Lei de Organização do Estado de Pernambuco, Lei 443, de 4 de janeiro de 1948, à Assembleia Legislativa é facultado, por sua própria iniciativa, tornar sem efeito Leis, resoluções, posturas e atos municipais desde que contrários às Constituições e leis da União e dos Estados. Desse modo, e a fim de que a Resolução arbitrária e inconstitucional da Mesa da Câmara de Vereadores do Recife não faça perdurar, por mais tempo, um ato de violência, desfechado contra a Carta Magna Federal e a essência da mesma do regime democrático – é que deliberamos submeter à consideração do plenário o presente projeto de Resolução.¹⁶⁷

No dia 12 de julho de 1950, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado, indeferiu a aprovação do projeto-resolução Carlos Rios por quatro votos contra dois, por entender que não é de competência da Assembleia anular o ato da

¹⁶⁶ Milhares de pessoas contra o roubo dos mandatos. **Folha do Povo**, 04/07/1950 (APEJE).

¹⁶⁷ O Projeto Carlos Rios. **Folha do Povo**, 17/06/1950 (APEJE).

mesa da Câmara Municipal do Recife. O que nos chama a atenção é que em ocasiões onde ocorreram cassações de mandatos de parlamentares comunistas em outras cidades do interior de Pernambuco, a Assembleia Legislativa, quando requisitada para dar seu parecer, anulou vários atos de impugnações de mandatos nessas Câmaras Municipais.

Fica evidente que a anulação dos mandatos comunistas em Recife é um ato de natureza política que confirma a repressão do governo Dutra. Também devemos levar em consideração que os acordos políticos entre os comunistas pernambucanos e o governador do Estado, Barbosa Lima Sobrinho, haviam sido rompidos, e na Câmara do Recife, os vereadores comunistas insistiam em punir o prefeito Moraes Rego pelo uso indevido das verbas do município. Como é sabido, a capital pernambucana foi um dos maiores centros de vitalidade política dos comunistas, portanto, barrar e aniquilar essa força foi condição essencial para o cumprimento do projeto político das elites conservadoras e anticomunistas alinhadas com a doutrina norte-americana. De todos os vereadores comunistas que tiveram seus mandatos cassados, somente Carlos Duarte retornou a Câmara Municipal do Recife na legenda do PRB em 1952.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei minhas pesquisas na hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em 2010, não tinha ainda a dimensão da importância dos episódios ocorridos no Recife entre os anos de 1947 e 1950. Em um primeiro momento, a simples leitura daqueles jornais do Recife que noticiavam em suas manchetes e editoriais os embates entre os vereadores comunistas progressistas e as oposições coligadas de Pernambuco passaram despercebidos. Um pouco mais adiante, em minhas leituras, percebi que além de mais um episódio da Guerra Fria no mundo, o evento da cassação dos vereadores comunistas é de grande importância para a compreensão da política brasileira e, em especial, da história de Pernambuco e sua capital.

Ao aprofundar as minhas análises sobre o período, percebi que os historiadores especializados na história da política republicana em Pernambuco pouco comentam a respeito daquele episódio ocorrido na Câmara Municipal do Recife. Para ter certeza disso, iniciei a leitura de obras fundamentais que tratam da política em Pernambuco nas décadas de 1940 a 1950, e constatei que em quase nenhuma delas há menção aos vereadores do Recife eleitos em 26 de outubro de 1947 e que tiveram seus mandatos cassados em 15 de junho de 1950. Nem Antônio Lavareda, nem Paulo Cavalcanti, nem Dulce Pandolfi, tratam desse episódio em detalhes. Entretanto, no ano de 2011, a historiadora Zélia de Oliveira Gominho, defendeu sua tese de doutoramento na Universidade Federal de Pernambuco com o título, **Cidade Vermelha: a experiência democrática no pós-Estado Novo**. A referida obra analisa vários aspectos da história do Recife entre os anos de 1945 a 1955. Nesse estudo, a autora também aborda, embora não seja aspecto central de sua pesquisa, em um subitem do capítulo três de sua tese, a cassação dos mandatos dos vereadores comunistas, o que para mim foi de grande surpresa dada a importância para as minhas pesquisas, assim como, para a escrita da minha dissertação. Zélia de Oliveira Gominho teve acesso às atas das plenárias da Câmara Municipal do Recife ao realizar a sua pesquisa, algo de suma importância, uma vez que nas atas das plenárias estão todas as movimentações dos vereadores e os embates na Câmara.

Para a execução do meu trabalho, utilizei como fontes de pesquisa os jornais da época, especialmente a Folha do Povo, e os prontuários dos vereadores comunistas localizados nos arquivos do DOPS de Pernambuco. Ao contrário de Zélia Gominho, eu não tive acesso às atas das plenárias da Câmara do Recife, uma vez que essas atas

estavam indisponíveis na época de desenvolvimento de minha dissertação. O acervo no qual essas atas estavam depositadas foi transferido da Rua da União, bairro da Boa Vista, para a Av. Monte Castelo, também no bairro da Boa Vista. Nesse percurso, as atas foram largadas em um pequeno quarto desse prédio. Por alguma razão, desconhecida para mim, alguns dos livros onde estavam essas atas desapareceram, tornando impossível a leitura dessas atas. Ademais, os livros encadernados das atas estavam em estado de completa desordem. Outro fato que dificultou a minha pesquisa foi a falta de interesse dos responsáveis pelo acervo da Câmara do Recife em dar acesso ao acervo, mesmo após inúmeros contatos. Aqui fica o meu profundo desapontamento e protesto com o desrespeito à memória política do Recife registrada nessas atas.

O meu trabalho, dividido em três capítulos, tem como finalidade maior, resgatar, na medida do possível, a memória política do Recife vivenciada na Câmara dos vereadores entre os anos de 1947 e 1950 e o processo de cassação dos mandatos dos 12 vereadores comunistas eleitos pelo Partido Social Progressista. A contribuição do meu trabalho encontra-se na pesquisa, análise e reconstituição de um período da história de Pernambuco pouco estudado.

Para responder aos meus objetivos no trabalho, analisei, em um primeiro momento da dissertação, todo o processo histórico de reordenamento político institucional do Brasil e de Pernambuco tomando por base importantes obras historiográficas e os principais jornais de Pernambuco que retratam a redemocratização do país, assim como empreendi uma discussão sobre as atas e mapas eleitorais do TRE de Pernambuco que tratam das eleições de 2 de dezembro de 1945. A leitura dessas atas e mapas eleitorais nos fornece dados imprescindíveis para a compreensão dos principais atores políticos envolvidos no pleito de 1945. Ainda no primeiro capítulo da dissertação, dediquei atenção ao breve retorno legal dos comunistas e o ressurgimento do PCB no Brasil e em Pernambuco. Ao abordar as eleições de 2 de dezembro de 1945, conclui que o resultado final das eleições consolidou a vitória das três principais forças políticas de Pernambuco: o PSD, a UDN e o PCB.

O processo de redemocratização e institucionalização do Brasil se fez dentro de uma margem de segurança e relativo conforto no que diz respeito à permanência dos grupos sociais dominantes no poder. Desde o primeiro momento, Vargas e os seus principais colaboradores costuraram e consolidaram a passagem da ditadura

estadonovista em um ambiente de extrema segurança para a realização de seus interesses políticos.

Na segunda parte do trabalho, utilizei valiosas contribuições de obras bibliográficas acerca do período, assim como, os principais periódicos de Pernambuco e os prontuários do DOPS do estado para dissertar sobre a Constituição de 1946, as eleições de janeiro de 1947 em Pernambuco à Assembleia Legislativa e ao governo do estado, a proscrição do PCB em 7 de maio de 1947, a alternativa “entrista” aos comunistas e a significativa vitória eleitoral dos comunistas progressistas no pleito de outubro de 1947 à Câmara Municipal do Recife.

Como foi analisada anteriormente, a constituição de 1946 legitimou todo um processo histórico de transição de cima para baixo. O processo de redemocratização de 1945 não teve a intenção de consolidar uma nova ordem político-social, na qual a modernização econômica fosse acompanhada pela modernização política e pela institucionalização de verdadeiros canais de participação social e de controle social do Estado. Ao contrário, a manutenção da estrutura corporativa estadonovista, da “cidadania regulada”, de partidos criados de cima para baixo e mais, os obstáculos à autonomia das classes trabalhadoras no campo e na cidade, limitaram o projeto de redemocratização pós-45.

No que tange aos resultados das eleições de janeiro de 1947 em Pernambuco, o PSD e a UDN saíram-se vitoriosos, enquanto que na eleição de outubro de 1947, por seus resultados, surtiu efeito para os grupos dominantes a exclusão do PCB. O enfraquecimento do partido, agravado com a suspensão de eleições para prefeito em alguns municípios, a exemplo do Recife onde era certa sua vitória, traduziu-se na diluição de sua força eleitoral. Como alternativa a proscrição do PCB, estabeleceu-se o “entrismo”, ou seja, a filiação dos comunistas em outras siglas partidárias por meio de acordos eleitorais com os partidos que desejavam para si atrair o capital político comunista, como se verificou nos acordos entre os comunistas e Agamenon Magalhães, ou dos comunistas com Barbosa Lima Sobrinho para o governo do Estado.

O último ponto da segunda parte da minha pesquisa tratou das candidaturas comunistas progressistas que concorreram à vereança da Câmara do Município do Recife. Por meio de uma vigorosa campanha orquestrada pelas principais lideranças comunistas do Estado e do Brasil, os candidatos à vereação do Recife eram apresentados à sociedade

recifense pelos Comitês Pró Candidaturas Populares instalados nos diversos bairros da capital pernambucana. Com a promessa do cumprimento dos Programas Mínimos para o Recife, projetos políticos dos comunistas, foram eleitos 12 vereadores para a Câmara do Recife nas eleições municipais de 26 de outubro de 1947.

Por fim, o mais importante capítulo da dissertação. Nele, reconstruí as atuações dos vereadores comunistas eleitos pelo PSP para a Câmara recifense, assim como, a luta pela manutenção de seus mandatos em meio às pressões políticas que sofreram dos grupos anticomunistas. Ao final do trabalho, tracei um breve painel geral biográfico de alguns desses personagens, fazendo conexões entre o passado de lutas desses homens e suas atuações na Câmara do Recife.

Durante o tempo em estiveram na Câmara, esses vereadores de condição humilde e de fato, pertencentes às massas, lutaram até o último instante pelos seus mandatos e pelos compromissos firmados com os seus eleitores no que diz respeito às demandas sociais dos setores sociais menos favorecidos. As questões de saúde, saneamento, pavimentação, distribuição de água e energia para os bairros, carestia, transportes, eram alguns dos pontos discutidos na Câmara recifense, além da luta pela autonomia da capital e a defesa intransigente dos mandatos populares. Esses vereadores enfrentaram em diversas ocasiões violências policiais e foram vítimas de vários episódios de prisões e espancamentos. Enquanto isso, na tribuna da Câmara, denunciaram as arbitrariedades cometidas contra eles e as várias tentativas de cassação de seus mandatos impetradas pelos vereadores anticomunistas, em especial, Wandenkolk Wanderley.

A cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas foi o desfecho de um longo processo de perseguição e exclusão política dos comunistas que ocorreu em todo Brasil, tanto nas Assembleias Legislativas, quanto nas Câmaras municipais. Os expurgos políticos sofridos por esses homens foram ações cautelares das elites conservadoras e anticomunistas antenadas com as diretrizes da Casa Branca e do governo Dutra. Sem dúvidas, essa foi uma rica experiência política daquela jovem república brasileira tão acostumada aos bacharéis e as tradicionais famílias oligárquicas. Para mim, não resta dúvidas: era preciso eliminar esses inconvenientes homens da política da “gente grande”.

REFERÊNCIAS

Impressas e manuscritas

- **Anuário Estatístico do Brasil 1946.** Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- **Ata da Convenção da seção regional do PSD.** Recife, 25/11/1946, Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEJE).
- **Atas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (1945)** – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).
- **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-1946** (edição comemorativa - 1º decênio). Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
- Depoimento de Oswaldo Lima Filho ao núcleo de História Política Regional do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (CEPJC) no Recife.
- Depoimento de Pelópidas Silveira ao núcleo de História Política Regional do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro(CEPJC), 23/01/1985.
- Entrevista realizada pela Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), com Wandenkolk Nunes de Sousa Wanderley, em depoimento a Prof.^a Dr.^aEliane Moury Fernandes em 15 de junho de 1982.
- Jornais (Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, APEJE):

Folha do Povo (1945-1950)

Jornal da Manhã (1945-1950)

Jornal do Commercio (1945-1950)

Diário de Pernambuco (1945-1950)

- Prontuários do Arquivo do Departamento de Operações da Polícia Secreta de Pernambuco (SSP/DOPS/APEJE):

Aguinaldo de Barros Correia - nº 7.414

Antônio Marques da Silva - nº 10.728

Carlos José Duarte - nº 14.103

Claudino Lourenço de Albuquerque - nº 13.479

Demócrito Ramos da Silveira - nº 13.601

Heitor Manoel Pereira - nº 2.050, nº 27.660

José Albino Ferreira de Miranda - nº 13. 946

José Coutinho de Lira - nº 17.863

Júlia Santiago da Conceição - nº 31.443

Otávio José do Nascimento - nº 35.306

Pedro Renaux Duarte - nº 30.572

Ramiro Justino da Silva - nº 10.075

Wandenkolk Nunes de Sousa Wanderley - nº 20.119

Iconográficas

- Mapa Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral (1945) – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Bibliográficas

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP 2001.

ALEM, Silvio F. **Os Trabalhadores e a “redemocratização”**(Estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da Guerra e Pós-Guerra imediato). Dissertação de mestrado - IFCH - Unicamp, Campinas, 1981.

BASBAUN, Leônio. **História sincera da República de 1930 a 1960**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BEIGUELMAN, Paula. O processo político partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BEZERRA, Gregório. **Memórias, 1900-1945**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CARONE, Edgar. **A Quarta República (1945 – 1964)**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da coluna prestes a queda de Arraes: memórias. Recife: Cepe, 2009.

_____. **O caso eu conto como o caso foi:** Nos tempos de Prestes. Recife: Cepe, 2009.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros.** Brasília: Ed. UNB, 1998.

COUTINHO, Lourival. **O general Góes depõe....** Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano** V.3, O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DULCI, Otávio Soares. **A União Democrática Nacional e o antipopulismo no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

FALCÃO NETO, Joaquim Arruda. **Cultura jurídica liberal e ordem política autoritária.** Recife: UFPE, 1979.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

GERNANI, Gino. Democracia representativa y clases populares. In: DI TELLA, Torquato S.; IANNI, Octávio. **Populismo e contradicciones de clase en Latinoamérica.** Mexico: Era, 1977.

GOMES, Ângela de Castro. Jango e a República de 1945-1964: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino;

AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas.** Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade Vermelha:** o Tempo da experiência democrática no pós Estado Novo. Recife, 1945-1955. Recife: Tese de Doutorado da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

GUSMÃO FILHO, Jaime. (Org.). **Pelópidas:** o homem e a obra. Recife: EDUFPE, 2005.

LAVAREDA, Antônio. **Partidos no Pós-Guerra:** Primeiras eleições em Pernambuco, 1945 – 1947. Recife: EDUFPE, 2008.

_____. **A democracia nas urnas.** O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Notas para o estudo do sistema partidário brasileiro, 1945-1962.** São Paulo: Anpocs, 1979.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa.** Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

Nosso Século 1945-1960 - A Era dos Partidos Políticos. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Massangana, 1984.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**, narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: Ed. UFPE, 2001.

PRESTES, Luís Carlos. **Problemas atuais da democracia**. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1947.

RODRIGUES, Leôncio Martins. PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira**, tomo 3, vol. 3: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-64). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed., 1996.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos, comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Hélio. **História da República Brasileira: O fim da Ditadura Vargas (1946 – 1950)**. São Paulo: Edições Istoé, 1998.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

SKIDMORE, Thomas E..**Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

VALE, Oswaldo Trigueiro do. **O general Dutra e a redemocratização de 45**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Luís Werneck. **A revolução passiva – iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**, A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

VILLA, Marco Antônio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Editora Leya, 2011.